



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

Estado do Paraná

PROCESSO ADMINISTRATIVO - DG Nº 21/2022

AUTUAÇÃO

Aos 13 de Maio de 2022, na cidade de Londrina, autuo a documentação juntada na Fase 1 - Cotação, para contratação do seguinte objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos (ampla concorrência).

Gabriel Cazado Candрева
Departamento de Suprimentos e Patrimônio





Câmara Municipal de Londrina ***Estado do Paraná***

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2/2022

INTERESSADO: Departamento de Suprimentos e Patrimônio

ASSUNTO: Licitação, na modalidade pregão eletrônico, para registro de preços para contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO
– LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL
– REGISTRO DE PREÇOS – MENOR
PREÇO – CLIMATIZAÇÃO –
LICITAÇÃO FRACASSADA – ANÁLISE
DAS CLÁUSULAS EDITALÍCIAS. –
ABERTURA DE PROCESSO
ADMINISTRATIVO SANCIONATÁRIO -
HOMOLOGAÇÃO

1. RELATÓRIO

O Departamento de Suprimentos e Patrimônio da Casa envia para análise o processo administrativo nº 2/2022, que encerra os atos do Pregão Eletrônico nº 3/2022, cujo objeto foi registro de preços para contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.

O objeto deste parecer encerra o exame dos atos procedimentais realizados na fase externa da licitação.

Submetido à Assessoria Jurídica (seq. 2.7), aprovou-se a minuta do edital e da ata de registro de preços.

Após autorização do Diretor-Geral (seq. 3.1), o aviso resumido do edital definitivo da licitação, convocando os interessados para o certame, fora publicado em 25 de fevereiro de 2022 no Jornal Oficial do Município (Edição n.º 4572 pág. 52) e no portal de compras do SIASG. Não há publicação no Diário Oficial do Estado em razão do permissivo disposto no § 2º do art. 2º da Lei Complementar Estadual n.º 137/2011.

Após pedidos de esclarecimento, o Edital foi republicado (seqs. 3.31) em 11 de abril de 2022 no Jornal Oficial do Município (Edição n.º 4610, pág. 44) e no portal de compras do SIASG, com sessão agendada para o dia 27 de abril, às 14 horas.

O certame foi aberto no dia agendado, por meio da plataforma Comprasnet, porém restou fracassado, pois a única empresa participante, F. A. L. EVENTOS, CNPJ nº: 16.993.356/0001-03, não apresentou, quando solicitados pelo Pregoeiro, proposta final ajustada e catálogo/manual do equipamento do item único do certame (item 2.5 do Termo de Referência), sendo, portanto, desclassificada.





Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

É o relatório.

2. ANÁLISE

a. Da Abertura de Processo Administrativo Sancionatório

Pelo que foi narrado pelo Pregoeiro, e do que se retira da ata da sessão (p. 303 e 304), o licitante classificado não apresentou documentação prevista o edital e no termo de referência quando convocado:

| | | |
|-----------|------------------------|--|
| Pregoeiro | 29/04/2022 14:02:05 | Boa tarde. Retomando a sessão apenas para verificar o cumprimento da convocação. |
| Sistema | 29/04/2022 14:02:22 | Senhor fornecedor F.A.L. EVENTOS LTDA, CNPJ/CPF: 16.993.356/0001-03, o prazo para envio de anexo para o item 1 foi encerrado pelo Pregoeiro. |
| Pregoeiro | 29/04/2022 14:03:22 | Verifiquei que a empresa F.A.L. EVENTOS LTDA não apresentou o documento solicitado, por isso encerrei a convocação. |
| Pregoeiro | 29/04/2022 14:05:18 | Vou suspender novamente a sessão, por impossibilidade de prosseguimento na data de hoje, haja vista que por problema de saúde na família o Pregoeiro não está em expediente. |
| Pregoeiro | 29/04/2022 14:05:51 | Sessão suspensa. Retomaremos para decisão final na terça-feira, dia 05/01/2022, às 14:00. |
| Pregoeiro | 02/05/2022 19:02:39 | Correção. Sessão suspensa. Retomaremos para decisão final na quarta, dia 04/05/2022, às 14:00. |
| Pregoeiro | 04/05/2022 14:10:37 | Boa tarde |
| Pregoeiro | 04/05/2022 14:20:46 | Dando continuidade à sessão |
| Pregoeiro | 04/05/2022 14:30:08 | Considerando que a empresa F.A.L. EVENTOS LTDA não apresentou a documentação solicitada na convocação, deve ser desclassificada e a licitação de clarada fracassada. |
| Pregoeiro | 04/05/2022 14:38:35 | Vou desclassificar a empresa no sistema e abrir o prazo para registro de intenção de recursos. |
| Sistema | 04/05/2022 14:52:07 | Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'. |
| Pregoeiro | 04/05/2022 14:52:43 | Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 04/05/2022 às 15:23:00. |

Tal ato poderá se enquadrar na conduta de “deixar de entregar documento quando convocado”, o que é vedado pelo artigo 7º da Lei 10.520/02 e pelo item 15.1.3 do edital:

“Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, **não mantiver a proposta**, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais”. (g.n.)





Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

Contudo, para se averiguar se, de fato, houve o cometimento de infração, é preciso que seja instaurado o devido processo administrativo, no qual o licitante terá a oportunidade de se defender

Assim, recomenda-se a abertura de processo administrativo sancionatório, nos termos do item 15 do edital, para se averiguar o fato narrado e se é cabível sanção.

b. Do Processo

A Lei de Licitações trouxe apenas três possibilidades para se finalizar um procedimento licitatório: homologação (art. 46, inc. VI), anulação e revogação (art. 49). A homologação tem lugar quando a licitação obteve êxito, a anulação é ato praticado para pôr fim a um procedimento que contenha vício de legalidade, já a revogação cabe quando a licitação não concretiza seu objetivo, a contratação, em razões de fatos supervenientes que a tornam inoportuna ou inconveniente.

Ocorre que, há casos em que não há o comparecimento de interessados nos certames, não havendo inclusive, protocolo de envelopes de propostas, sendo considerada deserta a licitação; ou, ainda, quando os participantes presentes são desclassificados por desrespeitarem alguma regra do edital, o que configura licitação fracassada. Estes dois casos não se enquadram nos exatos termos legais de nenhuma das hipóteses acima aventadas para finalização do procedimento.

Nos casos de licitação deserta ou fracassada na qual persiste o interesse da Administração na contratação, não há que se falar em revogação do certame, tendo em vista que esse ato, também utilizado para desfazimento de licitação, deverá ocorrer por motivos supervenientes de conveniência e oportunidade, conforme dispõe o art. 49 da Lei nº 8.666/1993, aplicada subsidiariamente à modalidade Pregão, conforme previsão do art. 9º da Lei nº 10.520/2002.

Uma licitação quando deserta/fracassada deve simplesmente assim ser declarada, vale dizer, o resultado do certame e seu encerramento se dão por meio de ato administrativo, praticado por autoridade competente, simplesmente declarando a licitação deserta.

Cabe lembrar que a Administração deve rever seus atos a fim de verificar se não há cláusulas ou condições restritivas à competição, e, sendo detectado qualquer vício de legalidade que tenha afastado os interessados, deverá a Administração anular o certame, realizando novo procedimento, sem os vícios detectados no anterior. Agora, se somente constatado que o edital pode melhorar, trazendo novas cláusulas que ampliem a concorrência, basta então sua republicação, com as alterações necessárias.

No presente caso, o Pregoeiro sugere a republicação do edital, ampliando a participação para outras empresas que não ME/EPP, sugestão com a qual se concorda.





Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

3. CONCLUSÃO

Pelo exposto, opina-se: a) pela abertura de processo administrativo sancionatório para averiguar o possível cometimento de infração administração pelas empresas F. A. L. EVENTOS e b) pela declaração de licitação fracassada, devendo ainda, pelo princípio da publicidade, publicar o ato; persistindo o interesse pelo objeto, após a revisão das cláusulas na forma supramencionada e analisada a conveniência e oportunidade, deverá repetir-se o certame.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Londrina, 13 de agosto de 2021.

Rafael Carvalho Neves dos Santos
Advogado da CML
OAB/PR 66.939





CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

Pregão Eletrônico nº. 03/2022 – Processo Administrativo nº. 02/2022

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.

Diante do Relatório do Pregoeiro (seq. 4.6, fls. 304-305) e do Parecer Jurídico (seq. 4.7, fls. 306-309), e considerando que a única proponente para a licitação foi desclassificada, declaro **Fracassado** o item único do Pregão Eletrônico nº. 03/2022.

Determino a republicação do Edital, em ampla concorrência.

Publique-se. Diligências necessárias

Londrina, 13 de maio de 2022.

**Jairo Tamura
Presidente**



Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

SEÇÃO I – DO OBJETO

- 1 O presente termo de referência tem como objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos que serão utilizados na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Londrina.
- 2 A locação inclui as manutenções preventivas e corretivas e substituições que se fizerem necessárias à continuidade dos serviços.
- 3 A existência de preços registrados não obriga a Câmara Municipal de Londrina a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

SEÇÃO II – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- 4 O climatizador evaporativo deve apresentar as seguintes características:
 - 4.1 Móvel.
 - 4.2 Com grade móvel que possibilite o direcionamento de ar.
 - 4.3 Controle de velocidade do ar.
 - 4.4 Fluxo de ar (vazão) de 18.000m³/h.
 - 4.5 Possibilidade de ajuste da vazão de ar.
 - 4.6 Capacidade total do **reservatório de água de no mínimo 70 litros.**
 - 4.7 Consumo de água de no máximo 10 litros/h.
 - 4.8 Caso a voltagem seja de 220v, é necessário o aparelho transformador, sendo o fornecimento deste de responsabilidade da contratada.
- 5 As medidas máximas do climatizador deverão ser de:
 - 5.1 largura de frente: 86cm.



Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

5.2 largura de fundo: 1,12m.

5.3 altura sem reservatório: 1,40m.

5.4 altura com reservatório: 1,97m.

5.5 profundidade: 67cm.

- 6 Caso o aparelho tenha um reservatório complementar, a empresa contratada deverá observar as medidas máximas informadas no item anterior no momento da instalação dos equipamentos.
- 7 Caso o aparelho fornecido possua as medidas superiores às das portas, a Contratada poderá desmontá-lo e remontá-lo no local onde serão instalados. No entanto, o aparelho depois de montado não poderá exceder as medidas máximas informadas neste Termo de Referência.
- 8 A contratada deverá fornecer manual do equipamento ou outro documento que comprove a capacidade de vazão do aparelho.

SEÇÃO III – DA JUSTIFICATIVA

- 9 A locação dos climatizadores visa amenizar o calor suportado pelos servidores, Vereadores, convidados e imprensa na Sala de Sessões, especialmente nos meses de outubro a junho, caracterizado por altas temperaturas.
- 10 A capacidade mínima do reservatório de água de no mínimo 70 litros e o consumo de água de no máximo 10 litros/hora são exigidos em virtude de dois aspectos: necessidade de climatizar o ambiente antes de sua utilização e duração mínima das sessões ser de 6 horas.
- 11 As medidas máximas dos aparelhos e dos reservatórios foram solicitadas para que os aparelhos sejam instalados na parte superior da Sala de Sessões, com portas de 86cm de largura e 2,0 metros de altura. Além disso, o local onde os aparelhos serão instalados tem uma profundidade máxima de 1,0m, e se for maior, poderá ocasionar acidentes.

SEÇÃO IV – DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 12 A locação de climatizadores compreende a disponibilização de aparelhos de climatização com tecnologia evaporativa, incluindo as manutenções e



Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

substituições que se fizerem necessárias à continuidade dos serviços, respeitados os prazos do presente Termo de Referência.

- 13 O quantitativo registrado (o máximo que poderá ser contratado simultaneamente) é de 4 (quatro) equipamentos e será indicado na Nota de Empenho.
- 14 A instalação inclui mão de obra especializada, materiais necessários, adaptadores de tomadas, recolhimento de resíduos, colocação dos aparelhos e testes necessários.
- 15 A contratada será responsável pela instalação de equipamentos de substituição e pelas manutenções (preventivas e corretivas) dos aparelhos enquanto permanecerem no prédio da contratante e deverão atender o disposto neste Termo.
 - 15.1 A contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho para entregar, instalar e colocar os equipamentos em funcionamento.
- 16 A expectativa é de que nos meses de calor intenso na cidade de Londrina a locação seja contínua e no quantitativo máximo de aparelhos registrados.
- 17 O cálculo do valor devido por período locado, a título remuneração pelo serviço de locação, será aferido por dia de equipamento efetivamente disponível para utilização da contratante.
- 18 **O valor mínimo devido por equipamento locado é o equivalente a locação pelo período de 7 (sete) dias.**
- 19 A remuneração é devida a partir do dia do recebimento provisório, até o envio da notificação, por e-mail de que o equipamento está à disposição para retirada.
- 20 Quando um ou mais equipamentos se apresentarem desnecessários o fiscal do contrato notificará a contratada, por e-mail, informando que o equipamento encontra-se à disposição.



Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

- 21 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, caso a contratada queira deixar o equipamento nas dependências da contratante, no local onde fora instalado, poderá fazê-lo, sem remuneração – desde que a presença do equipamento não prejudique as atividades da Casa.
- 22 Quando do encerramento da vigência da Ata de Registro de Preços ou quando a presença do equipamento prejudicar as atividades da Casa, a notificação que informa da disponibilidade dos equipamentos concederá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a retirada dos equipamentos.
- 23 Em casos excepcionais, a empresa poderá solicitar, por e-mail, a permanência dos equipamentos no prédio da contratante e o fiscal do contrato decidirá sobre a possibilidade de cada caso.
- 24 A entrega, instalação, manutenção e retirada dos equipamentos não poderá ser realizada nos horários de sessões ou outros eventos.

SEÇÃO V – DA LEGISLAÇÃO REFERENTE AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

- 25 As manutenções preventivas ou corretivas dos climatizadores deverão atender as seguintes legislações:
 - 25.1 Lei nº 13.589/2018 que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes.
 - 25.2 Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde que aprova Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a Qualidade do Ar de Interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados e seu anexo.
 - 25.3 Resolução - RE nº 9/2003 – ANVISA, que determina a publicação de Orientação Técnica elaborada por Grupo Técnico Assessor, sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo.
 - 25.4 Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no artigo



Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

7º da Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde.

25.5 Demais normas que sejam aplicadas ao objeto desta contratação ou que sejam aprovadas posteriormente.

SEÇÃO VI – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

- 26 Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados por profissionais especializados e legalmente habilitados, com métodos, materiais e equipamentos específicos que atendam a demanda da Câmara Municipal de Londrina.
- 27 Os serviços deverão obedecer as normas técnicas vigentes e as recomendações dos fabricantes.
- 28 A responsabilidade técnica pela execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva será integralmente da empresa e do responsável técnico indicado por esta, podendo ser:
- 28.1 Ambos com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – CREA-PR ou, se de outro Estado, com autorização para atuar no Paraná.
- 28.2 Ambos com registro no Conselho Federal ou Regional de Técnicos Industriais - CFT/CRT.
- 28.2.1 O profissional habilitado pelo CFT/CRT poderá ser Técnico de Eletromecânica, Técnico de Mecânica Industrial, Técnico de Refrigeração ou Técnico de Climatização.
- 28.3 A responsabilidade técnica da empresa será comprovada mediante a entrega da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA-PR ou pelo CFT/CRT na apresentação da habilitação, demonstrando a regularidade da situação da empresa na forma da legislação vigente.
- 28.4 A responsabilidade técnica inclui a verificação e as adequações necessárias ao cumprimento de toda a legislação descrita neste Termo, além de outras que sejam aprovadas posteriormente.
- 29 A empresa contratada, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho, deverá encaminhar ao e-mail da fiscal do



Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

contrato:

- 29.1 Certidão de Registro de Pessoa Física ou outro documento que comprove a regularidade da situação do responsável técnico na forma da legislação vigente perante o CREA-PR ou perante o CFT/CRT.
 - 29.2 Comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa contratada pela Câmara, mediante a apresentação de cópia do registro de vínculo empregatício em Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços caso seja autônomo.
 - 29.3 Fotocópias dos documentos de identificação profissional e pessoal do responsável técnico.
 - 29.4 Número de telefone e e-mail da empresa para contato e solicitações.
- 30 Caso haja necessidade de substituição do responsável técnico pelos serviços, a empresa deverá comunicar, por e-mail, a fiscal do contrato com antecedência mínima de 3 (três) dias corridos e providenciar a nova ART ou o novo TRT e a documentação prevista nos itens anteriores no prazo máximo de 3 (três) dias corridos a contar do recebimento do e-mail pela fiscal do contrato.
- 30.1 Se durante a execução do contrato ocorrer o vencimento de algum documento elencado nos itens anteriores, a contratada deverá encaminhar documento atualizado no prazo máximo de 3 (três) dias corridos contados da data final de vigência do documento que expirou.

SEÇÃO VII – DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE (PMOC)

- 31 O PMOC deverá ser elaborado pelo responsável técnico indicado pela empresa e deverá ser entregue em meio físico, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho, ao e-mail da contratada.
- 31.1 A ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou TRT (Termo de Responsabilidade Técnica) deverá acompanhar o PMOC e deverá ser entregue também em meio físico no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho, ao e-mail da contratada.
- 31.2 AART ou TRT deverá estar devidamente quitado (a) e com a descrição dos serviços inerentes a esta contratação.





CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

- 32 O PMOC deverá seguir a Lei nº 13.589/2018, a Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde e a Resolução - RE nº 9/2003 – ANVISA, além de outras normas aplicáveis às características dos equipamentos.
- 33 No PMOC deverá constar a rotina de análise da qualidade do ar, conforme a Resolução - RE nº 9/2003 – ANVISA.
- 33.1 Esta rotina deverá ser entregue em meio físico e acompanhar o PMOC. Portanto, deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho ao e-mail da contratada.

SEÇÃO VIII – DA VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE DO AR – RESOLUÇÃO RE Nº 9/2003 – ANVISA

- 34 A contratada é responsável pelo cumprimento da Resolução - RE nº 9/2003 – ANVISA, e deverá cumprir a rotina estabelecida por técnico responsável.
- 35 A Contratada responsabiliza-se pela segurança e pela qualidade dos serviços de análise da qualidade do ar.
- 36 A análise da qualidade do ar deverá atender as características dos equipamentos e dos ambientes da contratante.
- 37 O serviço deverá ser realizado conforme a legislação vigente, com profissionais técnicos habilitados para os serviços.
- 38 O laudo de análise da qualidade do ar deverá ser entregue à fiscal do contrato ou encaminhado por e-mail, no prazo de até de 15 (quinze) dias corridos contados da coleta das amostras, obedecendo a frequência descrita no PMOC e deverá ser assinado pelos responsáveis técnicos da empresa autorizada a realizar os serviços.
- 38.1 O laudo deverá acompanhar a análise do responsável técnico da empresa contratada pela Câmara Municipal de Londrina, indicando a necessidade ou a manutenção da rotina de serviços.
- 38.2 Caso o responsável técnico informe a necessidade de alteração dos serviços, a contratada deverá providenciar as devidas adequações.
- 38.3 O prazo máximo para adequação do PMOC será de 5 (cinco) dias corridos



Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

contados do recebimento do laudo pela fiscal do contrato.

SEÇÃO IX – DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

- 39 A manutenção preventiva tem por finalidade conservar os equipamentos, mantendo-os em perfeitas condições de operação e higiene.
- 40 Os serviços de manutenção preventiva consistem na execução de procedimentos rotineiros estabelecidos no PMOC, mediante visitas previamente agendadas e deverão atender a periodicidade estabelecida pelo responsável técnico.
- 41 A manutenção será de caráter espontâneo, ou seja, não dependerão de chamados ou reclamações com periodicidade definida no PMOC.
- 42 Os serviços de manutenção preventiva deverão ocorrer independentemente de ter havido ou não manutenção corretiva no período.
- 43 Os serviços de manutenção preventiva devem ser realizados às segundas, quartas e sextas feiras, mediante prévio agendamento com a fiscal do contrato.
 - 43.1 Os serviços serão realizados em horários que não prejudiquem os trabalhos da Câmara.
 - 43.2 Os horários nos quais os serviços poderão ser realizados serão informados pela fiscal do contrato por e-mail.
 - 43.3 A empresa deverá informar os horários de início e de término dos serviços.
 - 43.4 De forma excepcional, a fiscal do contrato poderá autorizar a realização de serviços de manutenção preventiva às terças e quintas.
- 44 As visitas técnicas deverão obedecer a periodicidade estabelecida pelo responsável técnico no PMOC.
- 45 Todas as manutenções preventivas deverão ser anotadas no PMOC, de forma clara, organizada, sem rasuras e com as datas de realização dos serviços.
- 46 O preenchimento do PMOC deverá ocorrer no mês de realização dos serviços e não ultrapassar a vigência da Nota de Empenho do respectivo mês.
- 47 Caso seja necessária a retirada de algum equipamento do prédio da Câmara,



Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

para manutenção preventiva, a empresa é responsável pelo transporte e a reinstalação deverá ocorrer no mesmo dia.

SEÇÃO X – DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

- 48 A manutenção corretiva tem por finalidade a correção dos defeitos, incluindo a mão de obra e as substituições necessárias de partes, peças, componentes e/ou acessórios com defeitos, ausentes ou gastos pelo uso.
- 49 Os serviços de manutenção corretiva devem ser realizados às segundas, quartas e sextas feiras, mediante prévio agendamento com a fiscal do contrato, com prazo máximo de 3 (três) dias úteis para atendimento e correção do equipamento, a contar do envio do pedido por e-mail.
- 49.1 Os serviços serão realizados em horários que não prejudiquem os trabalhos da Câmara.
- 49.2 Os horários nos quais os serviços poderão ser realizados serão informados pela fiscal do contrato por e-mail.
- 49.3 Caso o termo final do prazo recaia em terças ou quintas-feiras, considerar-se-á prorrogado até o dia útil seguinte.
- 49.4 De forma excepcional, a fiscal do contrato poderá autorizar a realização de serviços de manutenção corretiva às terças e quintas.
- 49.5 Quando não for possível o conserto do aparelho, a contratada deverá realizar a substituição do equipamento no prazo máximo 3 (três) dias úteis a contar do envio da solicitação ao e-mail da contratada.
- 49.6 Caso o prazo para a substituição do equipamento ultrapasse 7 (sete) dias, o valor da locação correspondente será descontado da nota fiscal.

SEÇÃO XI - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

- 50 O recebimento provisório ocorrerá nos casos em que o equipamento for devidamente instalado, testado **e com a entrega do PMOC, da ART ou TRT e da rotina de análise da qualidade do ar** à fiscal do contrato.
- 51 O recebimento definitivo será efetuado pelo servidor designado a atuar como fiscal do contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da Nota Fiscal, e implicará no reconhecimento de que o serviço foi prestado nos





CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

termos da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da garantia do serviço.

- 52 O recebimento definitivo proferido sem que o equipamento esteja em posse da contratante é nulo, sem prejuízo de qualquer responsabilidade.
- 53 O prazo para proferir recebimento definitivo fica suspenso enquanto não entregues provisoriamente o quantitativo total de equipamentos previstos na Nota de Empenho ou a documentação necessária à correta manutenção.

SEÇÃO XII – DA VISTORIA

- 54 As proponentes poderão realizar vistoria prévia, mediante agendamento, arcando com o ônus de tal operação ou assumindo o risco de uma avaliação menos acurada, caso decida não realizá-la.
 - 54.1 As vistorias deverão ser agendadas com o Departamento de Administração Predial pelo telefone (43) 3374-1340 ou pelo e-mail virginiareis@cml.pr.gov.br, de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 18:00 e serão acompanhadas pela servidora Virginia Barboza Reis de Oliveira
- 55 A proponente que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente subestimar sua proposta, incorrerá em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração Pública para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

SEÇÃO XIII– DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 56 A contratação será feita com base nos preços registrados na Ata de Registro de Preços – considerando o valor por semana, por equipamento licitado.
- 57 O prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo, pelo servidor designado a atuar como fiscal do contrato, da Nota Fiscal apresentada pela contratada.
- 58 A Nota Fiscal deverá ser apresentada até 5 (cinco) dias úteis após o término do período de locação descrito na Nota de Empenho.
- 59 O recebimento definitivo fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada pela contratada e do regular cumprimento das



Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

obrigações assumidas neste Termo de Referência.

- 60 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.
- 61 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 62 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 63 A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 64 A contratante poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

SEÇÃO XIV – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

- 65 A Contratada obriga-se a:
 - 65.1 Efetuar a manutenção e a entrega dos equipamentos em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência.
 - 65.2 Cumprir os prazos estipulados neste Termo.
 - 65.3 Realizar as manutenções conforme o disposto no PMOC.
 - 65.4 Entregar a ART ou TRT devidamente quitada e a rotina de análise da qualidade do ar à fiscal do contrato.
 - 65.5 Prover os responsáveis pela manutenção com os equipamentos de proteção adequados à execução dos serviços, observando as normas de segurança do trabalho.
 - 65.6 A empresa deverá orientar os responsáveis pela manutenção a tomarem



Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

decisões compatíveis com os compromissos assumidos neste Termo.

- 65.7 Fornecer todos os materiais necessários à execução das manutenções ou outros serviços, inclusive as manutenções que ocorram de forma emergencial e urgente, sem ônus à contratante.
- 65.8 Efetuar os testes de segurança que achar necessário ao instalar os equipamentos.
- 65.9 Relatar à fiscal do contrato, por escrito, toda e qualquer irregularidade, que prejudique a execução deste Termo.
- 65.10 Informar à fiscal do contrato quaisquer danos causados às suas instalações ou a qualquer de seus bens.
- 65.11 Responsabilizar-se pelos danos causados ao imóvel e qualquer equipamento a este comum, bem como ao patrimônio da contratante, por culpa ou dolo, ficando obrigado a reparar ou corrigir o dano causado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data do fato.
- 65.12 Após a realização dos serviços, manter as instalações da contratante em perfeitas condições de operacionalidade e limpeza.
- 65.13 Responsabilizar-se pela adoção de medidas necessárias à proteção ambiental, evitando danos ao meio ambiente e a terceiros.
- 65.14 Utilizar, na limpeza dos equipamentos, somente produtos biodegradáveis.
- 65.15 Fornecer endereço de e-mail e telefone para contato com a fiscal do contrato.
- 65.16 Atender prontamente a quaisquer exigências da contratante, inerentes ao objeto da contratação.
- 65.17 Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados de maneira clara, concisa e lógica, bem como atendendo de imediato às reclamações;
- 65.18 Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos equipamentos ou a entrega da documentação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 65.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 65.20 Manter seu endereço de e-mail atualizado e apto a receber mensagens da





CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

Contratante, caso não seja informado e-mail específico, o endereço utilizado para envio de notificações e outros documentos serão os presentes nos autos do processo licitatório, notadamente eventual e-mail utilizado para orçamento na fase de instrução do procedimento, expresso na proposta ou outros documentos apresentados pela contratante durante a licitação.

66 A Contratante obriga-se a:

- 66.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.
- 66.2 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado;
- 66.3 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

SEÇÃO XV – DAS PENALIDADES

67 A contratada que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições previstas neste Termo de Referência ficará sujeita às penalidades previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, bem como nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.

68 Nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/1993 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratada, garantida a defesa prévia, ficará sujeita às seguintes sanções:

68.1 **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

68.2 **Multa:**

68.2.1 **Moratória de 5% (cinco por cento)** por dia útil de atraso injustificado, calculada sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por atrasos que prejudiquem o quantitativo de equipamentos em funcionamento.

68.2.2 **Moratória de 2,5% (dois vírgula cinco por cento)** por dia útil de atraso injustificado sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por atraso na entrega do PMOC e/ou da ART ou TRT e da rotina de análise da qualidade do ar no prazo estipulado neste Termo de Referência ou atraso injustificado para



Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

a realização das manutenções previstas no PMOC ou da análise da qualidade do ar.

68.2.3 **Moratória de 1,5% (um vírgula cinco por cento)** por dia útil de atraso injustificado sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por atraso injustificado na retirada dos equipamentos após a solicitação da fiscal do contrato. Após esse período a contratante poderá pôr o equipamento em uso a título de ressarcimento pela guarda.

68.2.4 **Compensatória de 50% (cinquenta por cento)** calculada sobre o valor total da Nota de Empenho, pela injustificada inexecução do objeto deste Termo de Referência.

68.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Londrina por até 2 (dois) anos.

68.4 Impedimento de licitar e contratar com o Município de Londrina por até 5 (cinco) anos.

68.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior

69 Nenhuma penalidade será aplicada à contratada sem que lhe seja dada oportunidade de defesa e apresentação de sua versão dos fatos e justificativas, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

69.1 A contratada terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar defesa, contados da data de sua notificação.

69.2 A não apresentação de defesa no prazo designado implicará a presunção de veracidade dos fatos imputados pela contratada.

70 O procedimento para aplicação de penalidade será instruído pelo Gestor do Contrato e se dará da seguinte maneira:

70.1 O Fiscal do Contrato enviará relatório ao Gestor do Contrato, onde indicará as eventuais falhas e circunstâncias, solicitando providências.

70.2 Autorizado pela Diretoria-Geral, o Gestor do Contrato notificará a



Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

contratada para se defender.

70.3 Apresentada a defesa, o Gestor do Contrato encaminhará relatório à Presidência da Câmara Municipal de Londrina, que então decidirá pela aplicação ou não da penalidade, assim como a medida da incidência.

71 Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, far-se-á a comunicação escrita à empresa e publicação no Jornal Oficial do Município (exceto nos casos de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado em cadastro correspondente.

SEÇÃO XVI- DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

72 A fiscal será a servidora Virginia Barboza Reis de Oliveira, lotada no Departamento de Administração Predial.

Londrina, 16 de maio de 2022.

Virginia Barboza Reis de Oliveira
Departamento de Administração Predial

Mauricio Calgarotto
Gerente
Departamento de Administração Predial





CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA

Processo Administrativo – DG nº. 02/2022

Objeto: Registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.

Autorizo a abertura de procedimento licitatório para efetivação da contratação em epígrafe, conforme Termo de Referência juntado aos autos.

Londrina, 10 de janeiro de 2022.

Alexandre Fujita
Diretor-Geral





CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

Despacho

Processo Administrativo – DG nº. 02/2022

Assunto: Designação de responsável pela Gestão do Contrato.

Em atenção ao artigo 7º, § 1º do Ato da Mesa nº. 11/2013, designo a servidora **Lilian Matsubara Denobi Vieira**, matrícula 11018, para a Gestão da contratação eventualmente decorrente do presente processo, e substitutivamente a servidora **Allana Ferreira de Andrade Melanda**, matrícula 99970, ambas lotadas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio.

Na ausência das referidas servidoras, a gestão será realizada pela servidora **Andréia Herculano do Prado da Silva**, matrícula 99953, também lotada no Departamento de Suprimentos e Patrimônio.

Londrina, 10 de janeiro de 2022.

Luiz Fernando Moraes Marendaz
Departamento de Suprimentos e Patrimônio





Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

RELATÓRIO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº 02/2022.

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.

Trata-se de solicitação do Departamento de Administração Predial, que, por meio do Termo de Referência de fls. 03-17 e 41-55 (atualizado)¹, objetiva o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.

Em pesquisa de mercado, buscou-se, ao máximo, diversificar as fontes para formação do preço máximo, de modo que, neste caso, foi possível consultar²: (...) *editais de licitação e contratos similares firmados por entes da Administração Pública, além de contratações anteriores do próprio órgão, concluídos em até 180 dias anteriores a consulta ou em execução; (...) cotações com fornecedores em potencial.* (Acórdão 4624/2017 do Tribunal Pleno – TCE/PR)

Diversas empresas do ramo foram, via e-mail (fls. 20-22), instadas a encaminhar orçamento a este Departamento de Suprimentos e Patrimônio, sendo que 03 (três) delas o fizeram: Magma do Brasil (fls. 23-26), Nim Climatização (fls. 27-28) e Confort Brisa (fls. 58-65); verificou-se, também, no “Portal de Licitações” da Prefeitura Municipal de Londrina (<http://www1.londrina.pr.gov.br/sistemas/licita/index.php>), que o órgão realizou, recentemente, o Pregão Presencial por Videoconferência nº. 343/2021, de objeto com especificações similares às ora pretendidas pela Câmara Municipal de Londrina (fls. 29-40); além disso, foi consultado o valor registrado na ARP nº. 10/2021 – CML (fls. 66-74), cujo objeto é idêntico ao deste certame, e que, todavia, foi descartado por destoar, significativamente, dos demais valores obtidos.

Os resultados seguem tabela abaixo:

1 Todas as empresas, inicialmente contatadas, foram informadas da atualização realizada no Termo de Referência, sendo-lhes facultado o envio/atualização de orçamento (fls. 56-57).

2 Não é necessário que sejam consultadas todas as fontes citadas no Acórdão nº 4624/17 – Tribunal Pleno. A definição de quais e de quantas fontes serão consultadas para a formação do preço máximo deve ter em conta as peculiaridades do objeto a ser contratado (...). (Acórdão 1108/2020 do Tribunal Pleno – TCE/PR).



| Item | Descrição | Valores | Magma do Brasil (fls. 25-26) | Nim Climatização (fls. 28) | Confort Brisa (fls. 62-65) | PP nº 343/2021 – PML (fls. 40) | ARP nº 10/2021 – CML (fls. 66-74) | Valor Médio |
|-------|---|---|------------------------------|----------------------------|----------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|---------------------|
| Único | Locação de Climatizador Evaporativo Móvel, conforme Termo de Referência. | Valor Unitário/Semana | R\$ 405,00 | R\$ 300,00 | R\$ 280,00 (1) | R\$ 350,00 (2) (3) | R\$ 400,00 | R\$ 333,75 |
| | | Valor para 4 (quatro) Equipamentos/Semana | R\$ 1.620,00 | R\$ 1.200,00 | R\$ 1.120,00 | R\$ 1.400,00 | R\$ 400,00 | R\$ 1.335,00 |

(1) Valor obtido pela divisão por 04 (quatro) semanas do valor mensal cotado pela empresa por equipamento.

(2) Valor obtido pela divisão do valor máximo mensal, constante no Anexo 01 do Edital do Pregão Presencial por Videoconferência nº 343/2021 – PML (fl. 40), por 04 (quatro) semanas.

(3) Em que pese o fato do quantitativo contratado pela PML ser bem maior do que o pretendido pela CML, eventual ganho de escala daquele órgão não se concretizou num preço máximo destoante dos orçamentos fornecidos pelas empresas do ramo, e, portanto, foi considerado nesta cotação.

Considerando-se a supracitada pesquisa de mercado, sugere-se à Presidência desta Câmara Municipal de Londrina a fixação do preço médio unitário de R\$ 333,75 (trezentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos) por semana para a locação de climatizador evaporativo, totalizando R\$ 1.335,00 (mil trezentos e trinta e cinco reais) para a quantidade de 04 equipamentos/semana, culminando no valor total anual da contratação de, no máximo, R\$ 69.420,00 (sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte reais).

Londrina-PR, 07 de fevereiro de 2022.

Gabriel Cazado Candreva
Departamento de Suprimentos e Patrimônio





Câmara Municipal de Londrina
Estado do Paraná

C.I. N°. 19/2022-FIN.

Londrina, 08 de fevereiro de 2022.

De: Departamento Financeiro

Para: Departamento de Suprimentos e Patrimônio

Assunto: Saldo Orçamentário Processo Administrativo n°. 02/2022.

Prezados(as) Senhores(as),

Em atenção a CI n°. 54/2022 – DSP, informamos no Quadro abaixo a funcional programática e o saldo orçamentário, atualizado nesta data, da dotação orçamentária a que se refere o Processo Administrativo n°. 02/2022, referente a contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos, estando a despesa adequada a previsão no Plano Plurianual-PPA.

| | |
|---|---|
| Funcional Programática: | 01.010.01.031.0001.2001 |
| Elemento de Despesa: | 3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. |
| Desdobramento: | 3390.391200 – Locação de Máquinas e Equipamentos. |
| Orçamento atualizado para o elemento de despesa 3390.3900: | 1.100.000,00 |
| (-) Despesas empenhadas no elemento de despesa 3390.3900: | (122.970,44) |
| Saldo orçamentário nesta data no elemento de despesa 3390.3900: | 977.029,56 |
| Despesas empenhadas com processo de licitação no desdobramento 3390.391200: | 1.600,00 |
| Despesas empenhadas sem processo de licitação no desdobramento 3390.391200: | 0,00 |

Atenciosamente,

Hermes de Faria Barbeta,
Gerente do Departamento Financeiro.



Jornal Oficial nº 4389

Pág. 56

Quarta-feira, 7 de julho de 2021

Telefone residencial:

Celular:

E-mail pessoal:

Formação acadêmica e/ou profissão:

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Instituição:

Endereço:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Site:

CÂMARA JORNAL DO LEGISLATIVO ATOS LEGISLATIVOS PORTARIA

PORTARIA Nº 118/2021

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e com base no art. 3º, inc. IV, da Lei Federal 10.520/2002.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar para a função de Pregoeiro os servidores desta Casa abaixo relacionados:

- I. Luiz Fernando Moraes Marendaz – matrícula 02811;
- II. Maurício Calgarotto – matrícula 17918;
- III. Felipe Werlang Paim – matrícula 08713;

Art. 2º. São atribuições do Pregoeiro, tanto no Pregão Presencial quanto no Eletrônico, além de outras naturalmente decorrentes de sua função:

- I. Conduzir a sessão pública;
- II. Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- III. Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- IV. Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- V. Verificar e julgar as condições de habilitação;

- VI. Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- VII. Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII. Indicar o vencedor do certame;
- IX. Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- XI. Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação;

§ 1º Caso se trate de Pregão Presencial, também serão de responsabilidade do Pregoeiro o credenciamento dos interessados, o recebimento, a abertura dos envelopes e o exame da proposta e habilitação, bem como a condução da sessão de lances verbais e os demais atos pertinentes à especificidade da modalidade.

§ 2º O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros departamentos, a fim de subsidiar suas decisões.

Art. 3º. O Edital de Licitação determinará, em cada caso, qual será o Pregoeiro responsável.

Art. 4º. Podem atuar como membros da Equipe de Apoio do Pregoeiro, em licitações na modalidade de Pregão, no âmbito da Câmara Municipal de Londrina, os seguintes servidores:

Designados como Pregoeiros no art. 1º, desta Portaria, nos procedimentos de licitação em que não atuem nesta qualidade:

- I. Allana Ferreira de Andrade Melanda – matrícula 99970;
- II. Andréia Herculano do Prado da Silva – matrícula 99953;
- III. Angélica Tiemi Nakai – matrícula 5813;
- IV. Bruna Fernandes Lonni Hipolito – matrícula 8613;
- V. Gabriel Cazado Candreve – matrícula 4419;
- VI. Hermes de Faria Barbeto – matrícula 9012;
- VII. Julia Saragoça Bogo – matrícula 10318;
- VIII. Lilian Matsubara Denobi Vieira – matrícula 11018;
- IX. Mitio Yoshida – matrícula 04212.

Art. 6º. O Pregoeiro fica autorizado a convocar membros da Equipe de Apoio, e, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores da Casa, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial, a Portaria nº. 75/2020.

Registre-se e Afixe-se

Edifício da Câmara Municipal, em 6 de julho de 2021. Jairo Tamura, Presidente

AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão Eletrônico nº. 14/2021

Exclusivo para participação de ME/EPP

Processo Administrativo nº 12/2021

Tipo: Menor preço por item

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e substituição de peças, na plataforma elevatória instalada no prédio da Câmara Municipal de Londrina.

Obs.: Em caso de divergências entre as disposições do Edital e seus Anexos e a descrição do objeto no sistema Comprasnet, prevalecerão as do Edital.

RECURSOS: Funcional programática: 01.010.01.031.0001.2001, Desdobramento: 3390.391600 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis.

VALOR TOTAL MÁXIMO: R\$ 5.990,04 (cinco mil, novecentos e noventa reais e quatro centavos).

DATA E HORA DA SESSÃO: Às 9 horas do dia 21/07/2021.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br – UASG: 926708.

OBTENÇÃO DO EDITAL: no site da Câmara Municipal de Londrina:

<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/licitacaodetalhe.xhtml?origem=0&idlicitacao=514>, ou poderão ser solicitados através do endereço eletrônico licitacao@cml.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@cml.pr.gov.br ou nos telefones (43) 3374-1324 (Gabriel) e (43) 3374-1312 (Luiz).

Em 06/07/2021

Alexandre Fujita

Diretor-Geral da Câmara Municipal de Londrina

EXPEDIENTE JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

Lei n.º 6.939, de 27/12/96 - Distribuição gratuita

Prefeito do Município – Marcelo Belinati Martins

Secretário de Governo – Alex Canziani Silveira

Jornalista Responsável – José Otávio Sancho Ereno

Editoração: Emanuel Campos – Núcleo de Comunicação da Prefeitura de Londrina

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E IMPRESSÃO - Av. Duque de Caxias, 635 - CEP 86.015-901 - Londrina-PR - Fone: (43) 3372-4013

Endereço Eletrônico: <http://www.londrina.pr.gov.br/jornaloficial> - E-mail: jornaloficial@londrina.pr.gov.br

Processo Administrativo nº 2/2022. Doc juntado em: 09/02/2022, Seq.: 2.4, por: gabrielcandreve pag. 80



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

Certidão

Processo Administrativo nº. 21/2022

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos (ampla concorrência).

Considerando que em janeiro deste ano foi instaurado o Processo Administrativo nº. 02/2022 cujo desfecho foi uma **Licitação Fracassada** (Pregão Eletrônico nº 03/2022);

Considerando o Parecer Jurídico de fls. 02-05 e o Termo de Declaração de Licitação Fracassada assinado pela autoridade máxima deste Órgão (fl. 06), que referendam a sugestão do Pregoeiro daquele certame pela republicação do Edital, em ampla concorrência.

Certifico que os seguintes documentos foram aproveitados do Processo Administrativo nº. 02/2022 na presente instrução processual para que, após os devidos trâmites legais, seja publicado novo Edital, em ampla concorrência, visando a efetivação da contratação em epígrafe:

- i – Parecer Jurídico (fls. 02-05);
- ii – Termo de Declaração de Licitação Fracassada (fl. 06);
- iii – Despacho de Autorização para Abertura de processo licitatório (fl. 22);
- iv – Despacho de Designação de Gestor de Contrato;
- v – Relatório de Preços (fls. 24-25);
- vi – Informação acerca de Dotação Orçamentária (fl. 26);
- vii – Portaria nº. 118/2021 (Pregoeiro e Equipe de Apoio) (fls. 27-28).

Londrina, 16 de maio de 2022.

Gabriel Cazado Candreva
Departamento de Suprimentos e Patrimônio





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. ***MINUTA***/2022

(Processo Administrativo nº. 02/2022)

A **CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA**, por meio de seu Departamento de Suprimentos e Patrimônio, torna público aos interessados que realizará licitação, para **Registro de Preços**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com o critério de julgamento **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 e do Ato da Mesa nº. 11/2013, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e conforme as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.

Valor máximo: R\$ 69.420,00 (sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte reais)

Data da sessão: ***MINUTA***/2022

Horário: 14h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 926708

Pregoeiro: Luiz Fernando Moraes Marendaz ou, substitutivamente, o servidor Maurício Calgarotto, ambos designados e autorizados pela Portaria nº. 118/2021, a convocar membros da Equipe de Apoio.

Contato: Gabriel Cazado Candreva – Tel.: (43) 3374-1324 e Luiz Fernando Moraes Marendaz – Tel.: (43) 3374-1312 (de segunda a sexta-feira, das 13 às 18 horas).

Obtenção do Edital: O Edital e as especificações estarão à disposição dos interessados no *site* da Câmara Municipal de Londrina: ***MINUTA*** ou poderão ser solicitados através do e-mail: licitacao@cml.pr.gov.br.

Integram o presente Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I: Termo de Referência;

ANEXO II: Minuta de Ata de Registro de Preços;

ANEXO III: *Checklist* da Documentação necessária à participação no Pregão Eletrônico.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para a eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será de item único.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O preço máximo admitido para este certame é de até **R\$ 69.420,00 (sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte reais)**, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Edital e conforme descrição na tabela abaixo:

| Item | Descrição | Qtd. Estimada | Preço Máximo Unitário por Semana | Preço Máximo Total (4 Equip/ Semana) | Qtde de Semanas no Ano-Calendário | Valor Máximo Total (Anual) |
|-------|---|---------------|----------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|----------------------------|
| Único | Locação de Climatizador Evaporativo Móvel, conforme Termo de Referência | 4 | R\$ 333,75 | R\$ 1.335,00 | 52 | R\$ 69.420,00 |

1.5. Os equipamentos serão locados por meio do Sistema de Registro de Preços e terão sua contratação formalizada por meio de Nota de Empenho, nos termos do art. 62 da Lei nº. 8.666/1993.

1.5.1. A existência de preços registrados não obriga a Câmara Municipal de Londrina a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

1.5.2. A vigência da Ata de Registro de Preços e seu termo inicial estão previstos na minuta da Ata de Registro de Preço (Anexo II deste Edital).

1.6. As disciplinas das especificações do objeto e dos serviços, das manutenções preventivas e corretivas, dos prazos e condições para sua execução, das obrigações da contratante e da contratada, das condições de pagamento e das sanções administrativas aplicáveis no curso da execução contratual estão dispostas no Termo de Referência anexo a este Edital (Anexo I deste



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

Edital) e/ou na minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo II deste Edital).

1.6.1. Em caso de divergências entre as disposições deste Edital e seus Anexos e a descrição do objeto no sistema Comprasnet, prevalecerão as deste Edital.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de recursos do orçamento vigente da Câmara Municipal de Londrina, conforme a seguinte classificação: Funcional Programática: 01.010.01.031.0001.2001, Desdobramento: 3390.391200 – Locação de Máquinas e Equipamentos.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação (os interessados):

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seus Anexos;

4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. Que tenham, como sócio-gerente, administrador ou integrante de conselho, servidor do Município de Londrina, por força do art. 204, I, II, III e IV da Lei Municipal 4.928/1992 – Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Londrina – PR;

4.2.6. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.7. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 – TCU – Plenário).

4.2.9. Empresas que atuem em ramo incompatível com o objeto da licitação.

4.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

4.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos;

4.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

4.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8. Que os serviços serão prestados por empresas que comprovem o cumprimento de reserva de cargos, previsto em lei, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. A **PROPOSTA** deverá ser redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, sem acréscimos, sem entrelinhas, sem rasuras, datada, assinada pelo licitante ou seu representante, e **deve apresentar:**

5.2.1. **As características do objeto de forma clara e precisa e todas as informações necessárias para verificação da adequação da cotação ao objeto do certame, observadas as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).**

5.2.2. **O preço em algarismo, unitário e total, expresso em moeda corrente nacional (real), no qual devem estar incluídos todos os custos decorrentes da execução contratual.**

5.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

5.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e/ou trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Valor unitário da locação por equipamento por semana e valor total;**

6.1.2. **Descrição detalhada do objeto, contendo as informações relativas às especificações do Termo de Referência.**

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos na licitação nos termos do art. 27, XXI da Constituição do Estado do Paraná.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta preenchida no sistema que identifique o licitante.

7.2.1.1. **O subitem acima não se refere à proposta apresentada como anexo em arquivo PDF, mas sim às informações cadastradas no sistema, nos termos do item 6.1 deste Edital.**

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,01** (um centavo);

7.9. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O **critério de julgamento** adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus Anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.22.1. no país;

7.22.2. por empresas brasileiras;

7.22.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;

7.22.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.24.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.1. Em caso de indisponibilidade do sistema e mediante autorização do Pregoeiro, será aceito o envio da documentação através do e-mail licitacao@cml.pr.gov.br.

8.4.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.4.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

8.7. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

8.8. Nos itens não exclusivos para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

9.1.2.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.2.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos da habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03 de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no **item 5.4**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de **Empresário Individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de **Microempreendedor Individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8.3. No caso de **Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de **Sociedade Simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país: decreto de autorização;

9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional** (referente a créditos tributários federais, à Dívida Ativa da União e à Seguridade Social), nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do art. 642-A da CLT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT);

9.9.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante**;

9.9.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante**;

9.9.7. O licitante detentor do menor preço qualificado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. **Qualificação Econômico-Financeira:**

9.10.1. **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

9.11. **Qualificação Técnica:**

9.11.1. Comprovação do **registro da empresa e do responsável técnico indicado por ela no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – CREA-PR** ou, se de outro Estado, com autorização para atuar no Paraná, em plena validade; **ou**

9.11.2. Comprovação do **registro da empresa e do responsável técnico indicado por ela junto ao Conselho Federal ou Regional de Técnicos Industriais – CFT/CRT**.

9.11.2.1. O profissional habilitado pelo CFT/CRT poderá ser Técnico em Eletromecânica, Técnico de Mecânica Industrial, Técnico de Refrigeração ou Técnico de Climatização.

9.11.3. A empresa deverá **comprovar que o responsável técnico pertence ao seu quadro permanente ou é contratado como autônomo**, mediante a cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho ou Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços.

9.12. Caso os documentos de habilitação não mencionem o prazo de validade e/ou validação, será considerado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado e/ou definido neste Edital.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e/ou trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal ou assinada digitalmente.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. Caso o licitante queira apresentar documentos complementares ao recurso apresentado no sistema, poderá encaminhá-los para o e-mail licitacao@cml.pr.gov.br, desde que atendidas as seguintes condições:

11.3.1. Listar no recurso no sistema (Comprasnet) os anexos que foram ou serão encaminhados por e-mail;

11.3.2. Mencionar no recurso no sistema que os anexos foram encaminhados por e-mail;

11.3.3. Encaminhar os anexos tempestivamente e, se possível, de uma vez, em um único e-mail;

11.3.4. O e-mail que encaminhar os anexos deverá servir a esse único propósito, não



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

podendo conter argumentação de mérito, pois o local próprio para isso é o sistema Comprasnet;

11.3.5. O e-mail encaminhado será encaminhado para ciência da(s) empresa(s) interessada(s) em apresentar contrarrazões.

11.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (*chat*), e-mail, ou, comunicado no site oficial, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **07 (sete) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

14.2. A Assinatura da Ata de Registro de Preço pelo adjudicatário poderá se dar, alternativamente:

14.2.1. Pela convocação para comparecer perante a Administração para a assinatura;

14.2.2. Pelo encaminhamento da Ata de Registro de Preços pela Administração ao adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; ou

14.2.3. Pelo encaminhamento do arquivo digital para assinatura por meio de certificado digital emitido por uma Autoridade Certificadora (AC) credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil), na forma da legislação vigente (como, por exemplo, o Assinador Serpro, disponível em <https://www.serpro.gov.br/links-fixos-superiores/assinador-digital/assinador-serpro>).

14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito pela Administração.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

15.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

15.1.2. Apresentar documentação falsa;

15.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

15.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.5. Não mantiver a proposta;

15.1.6. Cometer fraude fiscal;

15.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

15.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Microempresa/Empresa de Pequeno Porte ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

15.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

15.3.2. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

15.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Londrina e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

15.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

15.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência e/ou na Ata de Registro de Preços.

16. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

16.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

16.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

16.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

16.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

17.2. Os pedidos de impugnação, deverão ser encaminhados ao Departamento de Suprimentos e Patrimônio da Câmara Municipal de Londrina, A/C do Pregoeiro, das seguintes formas:

17.2.1. Mediante protocolo de documento assinado pelo representante legal, acompanhado de documentação comprobatória dos poderes de representação, junto ao Departamento de Documentação e Informação da Câmara Municipal de Londrina, na Rua Governador Parigot de Souza, 145, Jd. Caiçaras, CEP-86.015-930, Londrina – PR; ou

17.2.2. Mediante envio de documento assinado pelo representante legal, acompanhado de documentação comprobatória dos poderes de representação, ao e-mail licitacao@cml.pr.gov.br;

17.2.3. Deve o licitante confirmar junto ao Pregoeiro o recebimento do pedido da impugnação.

17.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

- 17.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 17.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 17.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.
- 17.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 17.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 17.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico e na página do processo licitatório no *site* da Câmara Municipal de Londrina: [***MINUTA***](#).
- 18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso de Licitação e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 18.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 18.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 18.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

18.11. O Edital do certame e o respectivo processo estão disponibilizados na página do processo licitatório no *site* da Câmara Municipal de Londrina: [***MINUTA***](#) e, também, poderão ser lidos e/ou obtidos na sede da Câmara Municipal de Londrina (Rua Governador Parigot de Souza, nº. 145, Caiçaras, Londrina/PR), nos dias úteis, entre 13 e 18 horas, mesmo endereço e período nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Londrina, ***MINUTA*** de 2022.

Alexandre Fujita
Diretor da Câmara Municipal de Londrina-PR



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem como objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos que serão utilizados na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Londrina.

1.2. A locação inclui as manutenções preventivas e corretivas e substituições que se fizerem necessárias à continuidade dos serviços.

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Câmara Municipal de Londrina a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. O climatizador evaporativo deve apresentar as seguintes características:

2.1.1. Móvel.

2.1.2. Com grade móvel que possibilite o direcionamento de ar.

2.1.3. Controle de velocidade do ar.

2.1.4. Fluxo de ar (vazão) de 18.000m³/h.

2.1.5. Possibilidade de ajuste da vazão de ar.

2.1.6. Capacidade total do **reservatório de água de no mínimo 70 litros**.

2.1.7. Consumo de água de no máximo 10 litros/h.

2.1.8. Caso a voltagem seja de 220v, é necessário o aparelho transformador, sendo o fornecimento deste de responsabilidade da contratada.

2.2. As medidas máximas do climatizador deverão ser de:



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

2.2.1. largura de frente: 86cm.

2.2.2. largura de fundo: 1,12m.

2.2.3. altura sem reservatório: 1,40m.

2.2.4. altura com reservatório: 1,97m.

2.2.5. profundidade: 67cm.

2.3. Caso o aparelho tenha um reservatório complementar, a empresa contratada deverá observar as medidas máximas informadas no item anterior no momento da instalação dos equipamentos.

2.4. Caso o aparelho fornecido possua as medidas superiores às das portas, a Contratada poderá desmontá-lo e remontá-lo no local onde serão instalados. No entanto, o aparelho depois de montado não poderá exceder as medidas máximas informadas neste Termo de Referência.

2.5. A contratada deverá fornecer manual do equipamento ou outro documento que comprove a capacidade de vazão do aparelho.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A locação dos climatizadores visa amenizar o calor suportado pelos servidores, Vereadores, convidados e imprensa na Sala de Sessões, especialmente nos meses de outubro a junho, caracterizado por altas temperaturas.

3.2. A capacidade mínima do reservatório de água de no mínimo 70 litros e o consumo de água de no máximo 10 litros/hora são exigidos em virtude de dois aspectos: necessidade de climatizar o ambiente antes de sua utilização e duração mínima das sessões ser de 6 horas.

3.3. As medidas máximas dos aparelhos e dos reservatórios foram solicitadas para que os aparelhos sejam instalados na parte superior da Sala de Sessões, com portas de 86cm de largura e 2,0 metros de altura. Além disso, o local onde os aparelhos serão instalados tem uma profundidade máxima de 1,0m, e se for maior, poderá ocasionar acidentes.

4. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A locação de climatizadores compreende a disponibilização de aparelhos de climatização com tecnologia evaporativa, incluindo as manutenções e substituições que se fizerem necessárias à continuidade dos serviços, respeitados os prazos do presente Termo de Referência.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

4.2. O quantitativo registrado (o máximo que poderá ser contratado simultaneamente) é de 4 (quatro) equipamentos e será indicado na Nota de Empenho.

4.3. A instalação inclui mão de obra especializada, materiais necessários, adaptadores de tomadas, recolhimento de resíduos, colocação dos aparelhos e testes necessários.

4.4. A contratada será responsável pela instalação de equipamentos de substituição e pelas manutenções (preventivas e corretivas) dos aparelhos enquanto permanecerem no prédio da contratante e deverão atender o disposto neste Termo.

4.4.1. A contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho para entregar, instalar e colocar os equipamentos em funcionamento.

4.5. A expectativa é de que nos meses de calor intenso na cidade de Londrina a locação seja contínua e no quantitativo máximo de aparelhos registrados.

4.6. O cálculo do valor devido por período locado, a título remuneração pelo serviço de locação, será aferido por dia de equipamento efetivamente disponível para utilização da contratante.

4.7. O valor mínimo devido por equipamento locado é o equivalente a locação pelo período de 7 (sete) dias.

4.8. A remuneração é devida a partir do dia do recebimento provisório, até o envio da notificação, por e-mail de que o equipamento está à disposição para retirada.

4.9. Quando um ou mais equipamentos se apresentarem desnecessários o fiscal do contrato notificará a contratada, por e-mail, informando que o equipamento encontra-se à disposição.

4.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, caso a contratada queira deixar o equipamento nas dependências da contratante, no local onde fora instalado, poderá fazê-lo, sem remuneração – desde que a presença do equipamento não prejudique as atividades da Casa.

4.11. Quando do encerramento da vigência da Ata de Registro de Preços ou quando a presença do equipamento prejudicar as atividades da Casa, a notificação que informa da disponibilidade dos equipamentos concederá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a retirada dos equipamentos.

4.12. Em casos excepcionais, a empresa poderá solicitar, por e-mail, a permanência dos equipamentos no prédio da contratante e o fiscal do contrato decidirá sobre a possibilidade de cada caso.

4.13. A entrega, instalação, manutenção e retirada dos equipamentos não poderá ser realizada nos horários de sessões ou outros eventos.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

5. DA LEGISLAÇÃO REFERENTE AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

5.1. As manutenções preventivas ou corretivas dos climatizadores deverão atender as seguintes legislações:

5.1.1. Lei nº 13.589/2018 que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes.

5.1.2. Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde que aprova Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a Qualidade do Ar de Interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados e seu anexo.

5.1.3. Resolução - RE nº 9/2003 – ANVISA, que determina a publicação de Orientação Técnica elaborada por Grupo Técnico Assessor, sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo.

5.1.4. Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no artigo 7º da Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde.

5.1.5. Demais normas que sejam aplicadas ao objeto desta contratação ou que sejam aprovadas posteriormente.

6. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

6.1. Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados por profissionais especializados e legalmente habilitados, com métodos, materiais e equipamentos específicos que atendam a demanda da Câmara Municipal de Londrina.

6.2. Os serviços deverão obedecer as normas técnicas vigentes e as recomendações dos fabricantes.

6.3. A responsabilidade técnica pela execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva será integralmente da empresa e do responsável técnico indicado por esta, podendo ser:

6.3.1. Ambos com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – CREA-PR ou, se de outro Estado, com autorização para atuar no Paraná.

6.3.2. Ambos com registro no Conselho Federal ou Regional de Técnicos Industriais - CFT/CRT.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

6.3.2.1. O profissional habilitado pelo CFT/CRT poderá ser Técnico de Eletromecânica, Técnico de Mecânica Industrial, Técnico de Refrigeração ou Técnico de Climatização.

6.3.3. A responsabilidade técnica da empresa será comprovada mediante a entrega da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA-PR ou pelo CFT/CRT na apresentação da habilitação, demonstrando a regularidade da situação da empresa na forma da legislação vigente.

6.3.4. A responsabilidade técnica inclui a verificação e as adequações necessárias ao cumprimento de toda a legislação descrita neste Termo, além de outras que sejam aprovadas posteriormente.

6.4. A empresa contratada, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho, deverá encaminhar ao e-mail da fiscal do contrato:

6.4.1. Certidão de Registro de Pessoa Física ou outro documento que comprove a regularidade da situação do responsável técnico na forma da legislação vigente perante o CREA-PR ou perante o CFT/CRT.

6.4.2. Comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa contratada pela Câmara, mediante a apresentação de cópia do registro de vínculo empregatício em Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços caso seja autônomo.

6.4.3. Fotocópias dos documentos de identificação profissional e pessoal do responsável técnico.

6.4.4. Número de telefone e e-mail da empresa para contato e solicitações.

6.5. Caso haja necessidade de substituição do responsável técnico pelos serviços, a empresa deverá comunicar, por e-mail, a fiscal do contrato com antecedência mínima de 3 (três) dias corridos e providenciar a nova ART ou o novo TRT e a documentação prevista nos itens anteriores no prazo máximo de 3 (três) dias corridos a contar do recebimento do e-mail pela fiscal do contrato.

6.5.1. Se durante a execução do contrato ocorrer o vencimento de algum documento elencado nos itens anteriores, a contratada deverá encaminhar documento atualizado no prazo máximo de 3 (três) dias corridos contados da data final de vigência do documento que expirou.

7. DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE (PMOC)



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

7.1. O PMOC deverá ser elaborado pelo responsável técnico indicado pela empresa e deverá ser entregue em meio físico, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho, ao e-mail da contratada.

7.1.1. A ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou TRT (Termo de Responsabilidade Técnica) deverá acompanhar o PMOC e deverá ser entregue também em meio físico no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho, ao e-mail da contratada.

7.1.2. A ART ou TRT deverá estar devidamente quitado (a) e com a descrição dos serviços inerentes a esta contratação.

7.2. O PMOC deverá seguir a Lei nº 13.589/2018, a Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde e a Resolução - RE nº 9/2003 – ANVISA, além de outras normas aplicáveis às características dos equipamentos.

7.3. No PMOC deverá constar a rotina de análise da qualidade do ar, conforme a Resolução - RE nº 9/2003 – ANVISA.

7.3.1. Esta rotina deverá ser entregue em meio físico e acompanhar o PMOC. Portanto, deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho ao e-mail da contratada.

8. DA VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE DO AR – RESOLUÇÃO RE Nº 9/2003 – ANVISA

8.1. A contratada é responsável pelo cumprimento da Resolução - RE nº 9/2003 – ANVISA, e deverá cumprir a rotina estabelecida por técnico responsável.

8.2. A Contratada responsabiliza-se pela segurança e pela qualidade dos serviços de análise da qualidade do ar.

8.3. A análise da qualidade do ar deverá atender as características dos equipamentos e dos ambientes da contratante.

8.4. O serviço deverá ser realizado conforme a legislação vigente, com profissionais técnicos habilitados para os serviços.

8.5. O laudo de análise da qualidade do ar deverá ser entregue à fiscal do contrato ou encaminhado por e-mail, no prazo de até de 15 (quinze) dias corridos contados da coleta das amostras, obedecendo a frequência descrita no PMOC e deverá ser assinado pelos responsáveis técnicos da empresa autorizada a realizar os serviços.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

8.5.1. O laudo deverá acompanhar a análise do responsável técnico da empresa contratada pela Câmara Municipal de Londrina, indicando a necessidade ou a manutenção da rotina de serviços.

8.5.2. Caso o responsável técnico informe a necessidade de alteração dos serviços, a contratada deverá providenciar as devidas adequações.

8.5.3. O prazo máximo para adequação do PMOC será de 5 (cinco) dias corridos contados do recebimento do laudo pela fiscal do contrato.

9. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

9.1. A manutenção preventiva tem por finalidade conservar os equipamentos, mantendo-os em perfeitas condições de operação e higiene.

9.2. Os serviços de manutenção preventiva consistem na execução de procedimentos rotineiros estabelecidos no PMOC, mediante visitas previamente agendadas e deverão atender a periodicidade estabelecida pelo responsável técnico.

9.3. A manutenção será de caráter espontâneo, ou seja, não dependerão de chamados ou reclamações com periodicidade definida no PMOC.

9.4. Os serviços de manutenção preventiva deverão ocorrer independentemente de ter havido ou não manutenção corretiva no período.

9.5. Os serviços de manutenção preventiva devem ser realizados às segundas, quartas e sextas feiras, mediante prévio agendamento com a fiscal do contrato.

9.5.1. Os serviços serão realizados em horários que não prejudiquem os trabalhos da Câmara.

9.5.2. Os horários nos quais os serviços poderão ser realizados serão informados pela fiscal do contrato por e-mail.

9.5.3. A empresa deverá informar os horários de início e de término dos serviços.

9.5.4. De forma excepcional, a fiscal do contrato poderá autorizar a realização de serviços de manutenção preventiva às terças e quintas.

9.6. As visitas técnicas deverão obedecer a periodicidade estabelecida pelo responsável técnico no PMOC.

9.7. Todas as manutenções preventivas deverão ser anotadas no PMOC, de forma clara, organizada, sem rasuras e com as datas de realização dos serviços.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

9.8. O preenchimento do PMOC deverá ocorrer no mês de realização dos serviços e não ultrapassar a vigência da Nota de Empenho do respectivo mês.

9.9. Caso seja necessária a retirada de algum equipamento do prédio da Câmara, para manutenção preventiva, a empresa é responsável pelo transporte e a reinstalação deverá ocorrer no mesmo dia.

10. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

10.1. A manutenção corretiva tem por finalidade a correção dos defeitos, incluindo a mão de obra e as substituições necessárias de partes, peças, componentes e/ou acessórios com defeitos, ausentes ou gastos pelo uso.

10.2. Os serviços de manutenção corretiva devem ser realizados às segundas, quartas e sextas feiras, mediante prévio agendamento com a fiscal do contrato, com prazo máximo de 3 (três) dias úteis para atendimento e correção do equipamento, a contar do envio do pedido por e-mail.

10.2.1. Os serviços serão realizados em horários que não prejudiquem os trabalhos da Câmara.

10.2.2. Os horários nos quais os serviços poderão ser realizados serão informados pela fiscal do contrato por e-mail.

10.2.3. Caso o termo final do prazo recaia em terças ou quintas-feiras, considerar-se-á prorrogado até o dia útil seguinte.

10.2.4. De forma excepcional, a fiscal do contrato poderá autorizar a realização de serviços de manutenção corretiva às terças e quintas.

10.2.5. Quando não for possível o conserto do aparelho, a contratada deverá realizar a substituição do equipamento no prazo máximo 3 (três) dias úteis a contar do envio da solicitação ao e-mail da contratada.

10.2.6. Caso o prazo para a substituição do equipamento ultrapasse 7 (sete) dias, o valor da locação correspondente será descontado da nota fiscal.

11. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

11.1. O recebimento provisório ocorrerá nos casos em que o equipamento for devidamente instalado, testado e com a entrega do PMOC, da ART ou TRT e da rotina de análise da qualidade do ar à fiscal do contrato.

11.2. O recebimento definitivo será efetuado pelo servidor designado a atuar como fiscal do contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da Nota Fiscal, e implicará no



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

reconhecimento de que o serviço foi prestado nos termos da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da garantia do serviço.

11.3. O recebimento definitivo proferido sem que o equipamento esteja em posse da contratante é nulo, sem prejuízo de qualquer responsabilidade.

11.4. O prazo para proferir recebimento definitivo fica suspenso enquanto não entregues provisoriamente o quantitativo total de equipamentos previstos na Nota de Empenho ou a documentação necessária à correta manutenção.

12. DA VISTORIA

12.1. As proponentes poderão realizar vistoria prévia, mediante agendamento, arcando com o ônus de tal operação ou assumindo o risco de uma avaliação menos acurada, caso decida não realizá-la.

12.1.1. As vistorias deverão ser agendadas com o Departamento de Administração Predial pelo telefone (43) 3374-1340 ou pelo e-mail virginiareis@cml.pr.gov.br, de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 18:00 e serão acompanhadas pela servidora Virginia Barboza Reis de Oliveira

12.2. A proponente que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente subestimar sua proposta, incorrerá em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração Pública para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

13. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. A contratação será feita com base nos preços registrados na Ata de Registro de Preços – considerando o valor por semana, por equipamento licitado.

13.2. O prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo, pelo servidor designado a atuar como fiscal do contrato, da Nota Fiscal apresentada pela contratada.

13.3. A Nota Fiscal deverá ser apresentada até 5 (cinco) dias úteis após o término do período de locação descrito na Nota de Empenho.

13.4. O recebimento definitivo fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada pela contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Referência.

13.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

13.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

13.7. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.8. A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

13.9. A contratante poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

14.1. A Contratada obriga-se a:

14.1.1. Efetuar a manutenção e a entrega dos equipamentos em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência.

14.1.2. Cumprir os prazos estipulados neste Termo.

14.1.3. Realizar as manutenções conforme o disposto no PMOC.

14.1.4. Entregar a ART ou TRT devidamente quitada e a rotina de análise da qualidade do ar à fiscal do contrato.

14.1.5. Prover os responsáveis pela manutenção com os equipamentos de proteção adequados à execução dos serviços, observando as normas de segurança do trabalho.

14.1.6. A empresa deverá orientar os responsáveis pela manutenção a tomarem decisões compatíveis com os compromissos assumidos neste Termo.

14.1.7. Fornecer todos os materiais necessários à execução das manutenções ou outros serviços, inclusive as manutenções que ocorram de forma emergencial e urgente, sem ônus à contratante.

14.1.8. Efetuar os testes de segurança que achar necessário ao instalar os equipamentos.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

14.1.9. Relatar à fiscal do contrato, por escrito, toda e qualquer irregularidade, que prejudique a execução deste Termo.

14.1.10. Informar à fiscal do contrato quaisquer danos causados às suas instalações ou a qualquer de seus bens.

14.1.11. Responsabilizar-se pelos danos causados ao imóvel e qualquer equipamento a este comum, bem como ao patrimônio da contratante, por culpa ou dolo, ficando obrigado a reparar ou corrigir o dano causado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data do fato.

14.1.12. Após a realização dos serviços, manter as instalações da contratante em perfeitas condições de operacionalidade e limpeza.

14.1.13. Responsabilizar-se pela adoção de medidas necessárias à proteção ambiental, evitando danos ao meio ambiente e a terceiros.

14.1.14. Utilizar, na limpeza dos equipamentos, somente produtos biodegradáveis.

14.1.15. Fornecer endereço de e-mail e telefone para contato com a fiscal do contrato.

14.1.16. Atender prontamente a quaisquer exigências da contratante, inerentes ao objeto da contratação.

14.1.17. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados de maneira clara, concisa e lógica, bem como atendendo de imediato às reclamações;

14.1.18. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos equipamentos ou a entrega da documentação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

14.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.1.20. Manter seu endereço de e-mail atualizado e apto a receber mensagens da Contratante, caso não seja informado e-mail específico, o endereço utilizado para envio de notificações e outros documentos serão os presentes nos autos do processo licitatório, notadamente eventual e-mail utilizado para orçamento na fase de instrução do procedimento, expresso na proposta ou outros documentos apresentados pela contratante durante a licitação.

14.2. A Contratante obriga-se a:



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

14.2.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

14.2.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado;

14.2.3. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

15. DAS PENALIDADES

15.1. A contratada que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições previstas neste Termo de Referência ficará sujeita às penalidades previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, bem como nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15.2. Nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/1993 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratada, garantida a defesa prévia, ficará sujeita às seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

15.2.2. **Multa:**

15.2.2.1. **Moratória de 5% (cinco por cento)** por dia útil de atraso injustificado, calculada sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por atrasos que prejudiquem o quantitativo de equipamentos em funcionamento.

15.2.2.2. **Moratória de 2,5% (dois vírgula cinco por cento)** por dia útil de atraso injustificado sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por atraso na entrega do PMOC e/ou da ART ou TRT e da rotina de análise da qualidade do ar no prazo estipulado neste Termo de Referência ou atraso injustificado para a realização das manutenções previstas no PMOC ou da análise da qualidade do ar.

15.2.2.3. **Moratória de 1,5% (um vírgula cinco por cento)** por dia útil de atraso injustificado sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por atraso injustificado na retirada dos equipamentos após a solicitação da fiscal do contrato. Após esse período a contratante poderá pôr o equipamento em uso a título de ressarcimento pela guarda.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

15.2.2.4. **Compensatória de 50% (cinquenta por cento)** calculada sobre o valor total da Nota de Empenho, pela injustificada inexecução do objeto deste Termo de Referência.

15.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Londrina por até 2 (dois) anos.

15.2.4. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Londrina por até 5 (cinco) anos.

15.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior

15.3. Nenhuma penalidade será aplicada à contratada sem que lhe seja dada oportunidade de defesa e apresentação de sua versão dos fatos e justificativas, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

15.3.1. A contratada terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar defesa, contados da data de sua notificação.

15.3.2. A não apresentação de defesa no prazo designado implicará a presunção de veracidade dos fatos imputados pela contratada.

15.4. O procedimento para aplicação de penalidade será instruído pelo Gestor do Contrato e se dará da seguinte maneira:

15.4.1. O Fiscal do Contrato enviará relatório ao Gestor do Contrato, onde indicará as eventuais falhas e circunstâncias, solicitando providências.

15.4.2. Autorizado pela Diretoria-Geral, o Gestor do Contrato notificará a contratada para se defender.

15.4.3. Apresentada a defesa, o Gestor do Contrato encaminhará relatório à Presidência da Câmara Municipal de Londrina, que então decidirá pela aplicação ou não da penalidade, assim como a medida da incidência.

15.5. Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, far-se-á a comunicação escrita à empresa e publicação no Jornal Oficial do Município (exceto nos casos de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado em cadastro correspondente.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

16. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. A fiscal será a servidora Virginia Barboza Reis de Oliveira, lotada no Departamento de Administração Predial.

Londrina, 16 de maio de 2022.

Virginia Barboza Reis de Oliveira
Departamento de Administração Predial

Mauricio Calgarotto
Gerente
Departamento de Administração Predial



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. [número sequencial de atas e contratos]/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. *MINUTA***/2022**

(Processo Administrativo nº 21/2022)

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.

Valor: [preço] ([valor por extenso])

Validade: 12 (doze) meses, a contar do dia seguinte ao de sua publicação em Jornal Oficial.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA**, inscrita no CNPJ sob o nº 78.316.064/0001-93, com sede na Rua Gov. Parigot de Souza, 145, Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto, CEP nº. 86.015-903, no Município de Londrina – PR, neste ato representado por seu Presidente, Vereador **Jairo Tamura**, portador da Cédula de Identidade nº x.xxx.xxx-xx e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada Contratante;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, conforme Relatório Final de Licitação e Termo de Homologação ratificado pelo Presidente da Câmara Municipal de Londrina;

Resolve firmar Ata de Registro de Preços com [nome da licitante vencedora], inscrita no CNPJ sob o nº [número do CNPJ], com sede na [endereço completo], CEP nº. [número do CEP], no Município de [município], neste ato representada pelo(a) Sr(a). [designado em ato constitutivo ou em instrumento de mandato], portador(a) da Cédula de Identidade nº [número do RG] e do CPF nº [número do CPF], doravante denominada Contratada, nos seguintes termos:



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto deste instrumento é o **Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos**, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Londrina, conforme especificações e quantidades estabelecidas no presente instrumento, no Termo de Referência, no Edital e seus Anexos.

2. As disciplinas das especificações do objeto e dos serviços, das manutenções preventiva e corretiva, dos prazos e condições para sua execução, das obrigações do contratante e da contratada, das condições de pagamento e das sanções administrativas aplicáveis no curso da execução contratual estão previstas no Termo de Referência, documento que integra o presente instrumento, como se nele estivesse transcrito.

3. A existência de preços registrados não obriga a Câmara Municipal de Londrina a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de recursos do orçamento vigente da Câmara Municipal de Londrina, conforme a seguinte classificação: Funcional programática: 01.010.01.031.0001.2001, Desdobramento: 3390.391200 – Locação de Máquinas e Equipamentos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

5. A contratação será realizada de acordo com as disposições do presente instrumento, e será executada por emissão de Nota de Empenho.

6. A Nota de Empenho deverá ser solicitada, pelo Fiscal do Contrato.

6.1 O preço a ser empenhado deverá constar expressamente do pedido de empenho e deverá observar o preço registrado no presente instrumento.

6.2 O Fiscal do Contrato enviará, no endereço de *e-mail* ou no número de fac-símile da Contratada, Nota de Empenho a cada solicitação.

7. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

8. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data seguinte à de sua publicação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO UNITÁRIO E DO VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9. O preço unitário é:

(TABELA)

10. O presente instrumento possui valor total de [preço].

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

11. O prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo, pelo servidor designado a atuar como Fiscal do Contrato, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

12. A Nota Fiscal deverá ser apresentada junto com a entrega dos produtos.

13. Se houver erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

15. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

17. A fiscalização da contratação será exercida por representante da Câmara Municipal de Londrina, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e, quando necessário, dará ciência ao Gestor da contratação para tomar as medidas cabíveis.

17.1 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será feita pela servidora Virginia Barboza Reis de Oliveira, matrícula nº. 2711, lotada no Departamento de Administração Predial.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

18. Ao Fiscal do contrato ficam designadas as seguintes atribuições:

18.1 Somente solicitar prestações da Contratada mediante a apresentação de Nota de Empenho.

18.2 Receber e indicar o número do empenho na fatura, caso a Contratada não o tenha feito.

18.3 Verificar se o valor discriminado na Nota Fiscal é o contratado, antes de remetê-la ao Departamento Financeiro.

18.4 Notificar o Gestor do contrato caso identifique qualquer irregularidade para eventual instauração de procedimento administrativo para aplicação de penalidade.

19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

20. O Fiscal do Contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

21. A Gestão do Contrato será feita pela servidora Lilian Matsubara Denobi Vieira, matrícula 11018, e, substitutivamente, pela servidora Allana Ferreira de Andrade Melanda, matrícula 99970, ambas lotadas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio. E na ausência destas, a Gestão será realizada pela servidora Andréia Herculano do Prado da Silva, matrícula 99970, também lotada no Departamento de Suprimentos e Patrimônio.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22. A Contratada que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições da presente Ata de Registro de Preços ficará sujeita às penalidades do Art. 7º da Lei 10.520/2002, bem como às previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.

23. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a Contratada, garantida a defesa prévia, ficará sujeita às seguintes sanções:

23.1 **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

23.2 Multa Moratória de 5% (cinco por cento) por dia útil de atraso injustificado, calculada sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por atrasos que prejudiquem o quantitativo de equipamentos em funcionamento.

23.3 Multa Moratória de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por atraso na entrega do PMOC e/ou da ART ou TRT e da rotina de análise da qualidade do ar no prazo estipulado neste Termo de Referência ou atraso injustificado para a realização das manutenções previstas no PMOC ou da análise da qualidade do ar.

23.4 Multa Moratória de 1,5% (um vírgula cinco por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por atraso injustificado na retirada dos equipamentos após a solicitação da fiscal do contrato. Após esse período a contratante poderá pôr o equipamento em uso a título de ressarcimento pela guarda.

23.5 Multa Compensatória de 50% (cinquenta por cento) calculada sobre o valor total da Nota de Empenho, pela injustificada inexecução do objeto deste Termo de Referência.

23.6 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Londrina por até 2 (dois) anos.

23.7 Impedimento de licitar e contratar com o Município de Londrina por até 5 (cinco) anos.

23.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

24. Comete infração administrativa punível com impedimento de licitar, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

24.1 Não assinar a Ata de Registro de Preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a Nota de Empenho ou não assinar o Termo de Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços;

24.2 Apresentar documentação falsa;

24.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.5 Não mantiver a proposta;

24.6 Cometer fraude fiscal;



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

24.7 Comportar-se de modo inidôneo.

25. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Microempresa/Empresa de Pequeno Porte ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

26. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

27. A entrega de objeto em desacordo ao Edital não descaracteriza a mora, que continuará sendo contada sem interrupção até a entrega de objeto adequado ao especificado pela Administração no instrumento convocatório.

28. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

29. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, instaurado por despacho do Diretor-Geral e julgado pelo Presidente da Câmara Municipal de Londrina.

30. Aplica-se subsidiariamente ao procedimento de penalização previsto no presente Edital, o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e analogicamente o previsto na Lei nº 9.784, de 1999.

31. Previamente à aplicação de qualquer penalidade poderá a Contratada apresentar defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que for notificada a respeito.

31.1 Da decisão que aplicar a penalidade caberá um único recurso ao Presidente da Câmara Municipal de Londrina, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

32. Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, far-se-á a comunicação escrita à empresa e publicação no Jornal Oficial do Município (exceto nos casos de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado em cadastro correspondente.

33. O prazo para pagamento da multa será de 10 (dez) dias após o recebimento da notificação para recolhimento do valor.

34. A importância relativa ao valor da multa será corrigida pelo IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), a partir dos respectivos fatos geradores.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

35. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, exceto no que se refere ao §1º do referido artigo.

36. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Departamento de Suprimentos e Patrimônio promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666, 1993, e submeter a decisão à Presidência.

37. Quando os preços registrados tornarem-se superiores aos preços praticados no mercado por motivo superveniente, o Departamento de Suprimentos e Patrimônio convocará o prestador para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

38. Se o prestador não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante despacho da Presidência.

39. Quando os preços de mercado tornarem-se superiores aos preços registrados e o prestador não puder cumprir o compromisso, a Presidência decidirá por:

39.1 Liberar o prestador do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido do objeto, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

39.2 Convocar os demais prestadores para assegurar igual oportunidade de negociação;

39.3 Proceder a revisão dos preços registrados a fim de possibilitar o cumprimento das obrigações, desde que o requerimento do fornecedor/prestador seja devidamente documentado (por exemplo, Notas Fiscais e documentos de fabricantes), de forma suficiente para comprovar: (a) Elevação dos encargos do particular; (b) Ocorrência de evento posterior à assinatura da Ata de Registro de Preços; (c) Nexos causal entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos; (d) Imprevisibilidade da ocorrência do evento ou dos efeitos do evento.

40. Se não houver êxito nas negociações, o Departamento de Suprimentos e Patrimônio, mediante decisão da Presidência, deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

41. A Contratada terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

41.1 Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

41.2 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

41.3 Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

41.4A Contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA ONZE – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

42. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA DOZE – DOS ANEXOS E DOS CASOS OMISSOS

43. Constituem documentos anexos a este instrumento: o Edital, os Anexos que o compõem (principalmente o Termo de Referência), a proposta e quaisquer informações prestadas por escrito pelo Prestador com preço registrado.

44. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

CLÁUSULA TREZE – DA PUBLICAÇÃO

45. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação do extrato deste instrumento no Jornal Oficial do Município de Londrina, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA QUATORZE – DO FORO

46. O foro para dirimir questões relativas ao presente instrumento será o da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Londrina, [dia, mês e ano].

Jairo Tamura
Presidente da Câmara Municipal de Londrina

[nome completo da signatária]
[cargo]



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

ANEXO III – CHECKLIST DE DOCUMENTAÇÃO

Esta lista não exime a empresa da obrigação de se ater às cláusulas deste Edital, servindo como *checklist* para facilitar a entrega da documentação no certame.

Credenciamento – Item 3 do Edital

- Credenciamento da empresa no SICAF encontrado no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital.

Proposta – Itens 5 e 6 do Edital

- Proposta preenchida corretamente conforme as exigências deste Edital.

Habilitação – Item 9 do Edital

Habilitação Jurídica (item 9.8)

- **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor e atualizado (original e todas as alterações ou consolidação).

Regularidade Fiscal/Trabalhista (item 9.9)

- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral – **CNPJ ou CPF**

Link:

https://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp

- Prova de regularidade perante a **Fazenda Federal** e Seguridade Social (Certidão Conjunta – conforme Portaria RFB/PGFN nº. 1.751/2014)

Link:

<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?tipo=1>

- Prova de regularidade perante a **Fazenda Estadual**

Link **para empresas com sede no Estado do Paraná:**
<http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica>



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

- Prova de regularidade perante a **Fazenda Municipal**

Link para empresas com sede no Município de Londrina:
<https://portal.londrina.pr.gov.br/certidoes-servicos-online/certidao-negativa-unificada-e-certidao-positiva-de-debitos-com-efeito-de-negativa>

- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

Link: <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, por meio da apresentação da certidão negativa.

Link: <http://www.tst.jus.br/certidao>

Qualificação Econômico-Financeira (item 9.10)

- **Certidão Negativa de Falência ou Concordata** expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.

(OBS 1: Ato a empresa esteja em Recuperação Judicial deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente).

(OBS 2: A certidão negativa de falência ou concordata deve ser anexada no SICAF ("Nível VI – Qualificação Econômico-Financeira") ou anexada no sistema Comprasnet junto com o PDF da proposta comercial.

Para empresas com sede no Município de Londrina:

- A certidão pode ser solicitada no Cartório Distribuidor da Comarca de Londrina (Avenida Tiradentes, nº. 1575 – Londrina) e, mediante pagamento de custas diretamente no cartório, retirada após 24 horas no mesmo local; ou

- Pode ser solicitada pelo e-mail certidoes@distribuidorlondrina.com.br e, após pagamento de boleto, ser retirada (após 24 horas da solicitação) no Cartório Distribuidor da Comarca de Londrina (Avenida Tiradentes, nº. 1575 – Londrina).

Em caso de dúvida, entrar em contato com Cartório Distribuidor da Comarca de Londrina: (43) 3572-3351 ou (43) 3342-1443.

Qualificação técnica (item 9.11)

- **A qualificação técnica** deverá ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- **Comprovação do registro da empresa e do responsável técnico indicado por ela no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – CREA-PR ou, se de outro Estado, com autorização para atuar no Paraná, em plena validade; ou**



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

- **Comprovação do registro da empresa e do responsável técnico indicado por ela junto ao Conselho Federal ou Regional de Técnicos Industriais – CFT/CRT.**

- O profissional habilitado pelo CFT/CRT poderá ser Técnico Eletromecânica, Técnico de Mecânica Industrial, Técnico de Refrigeração ou Técnico de Climatização.

- A empresa deverá **comprovar que o responsável técnico pertence ao seu quadro permanente ou é contratado como autônomo**, mediante a cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho ou Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços.



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

CI nº 150/2022 – DSP

De: Departamento de Suprimentos e Patrimônio

Para: Assessoria Jurídica

Assunto: Solicitação de parecer jurídico – Processo Administrativo nº. 21/2022 – Pregão Eletrônico – Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos (ampla concorrência).

Londrina, 16 de maio de 2022.

Prezados,

considerada a certidão de fl. 29, solicita-se parecer jurídico acerca da minuta de Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe (seq. 2.5, fls. 30-76 dos autos), bem como sobre os demais aspectos do processo.

O preço máximo do certame será fixado após a análise e a aprovação da Assessoria Jurídica desta Casa.

Atenciosamente,

Gabriel Cazado Candreva
Departamento de Suprimentos e Patrimônio





Câmara Municipal de Londrina ***Estado do Paraná***

PARECER JURÍDICO¹

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2022

INTERESSADO: Departamento de Suprimentos e Patrimônio

ASSUNTO: Licitação, na modalidade de pregão eletrônico com registro de preço, para eventual locação de climatizadores

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO –
LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO –
REGISTRO DE PREÇOS –
CLIMATIZADORES – REPETIÇÃO DE
PROCESSO ANTERIORMENTE
FRACASSADO - DE ACORDO COM A
LEGISLAÇÃO

1. RELATÓRIO

Por meio da CI n. 150/2022-DSP, o Departamento de Suprimentos e Patrimônio da Casa envia, para exame e aprovação, minuta de edital de licitação, na modalidade de pregão eletrônico com registro de preços, com o seguinte objeto: eventual locação de climatizadores evaporativos.

Houve uma primeira tentativa de aquisição do produto, mas o certame restou fracassado. Em resposta, e a fim de permitir um número maior de participantes, o novo processo será ofertado para ampla concorrência

Como justificativa, o Departamento de Administração Predial afirma no Termo de Referência que *“A locação dos climatizadores visa amenizar o calor suportado pelos servidores, Vereadores, convidados e imprensa na Sala de Sessões, especialmente nos meses de outubro a junho, caracterizado por altas temperaturas.* Ademais, detalha o quantitativo e forma de instalação dos produtos.

Abriu-se procedimento licitatório, no qual foram juntados termo de referência com as especificações do objeto (fl. 7 a 21) e autorização da Direção-Geral (fl. 22). Os demais documentos foram aproveitados do certame fracassado, conforme certidão de fl. 29.

O Departamento de Suprimentos sugere a adoção da modalidade licitatória Pregão, por entender serem os objetos comuns, com especificações usuais do mercado,

¹ Parecer 25/2022 (numeração interna)





Câmara Municipal de Londrina

Estado do Paraná

registrando-se os preços. Ademais, adotará a modalidade eletrônica, realizando o pregão por meio da plataforma da usada pelo Poder Executivo Federal, Comprasnet.

Como dito acima, para fins de ampliação da concorrência, o certame não será exclusivamente para ME e EPP.

Após, conforme determina o art. 38, inc. VI e parágrafo único da Lei nº 8666/1993, as minutas do edital e da ata de registro de preços foram enviadas a esta Assessoria para emissão de parecer.

É o relatório.

2. ANÁLISE

a. Dos Limites do Parecer Jurídico

Antes de qualquer coisa, vale lembrar que a presente manifestação toma por base exclusivamente os elementos que constam até a presente data nos autos do processo administrativo encaminhado para análise.

Destarte, a manifestação é feita sob prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

b. Do Processo

A modalidade escolhida – Pregão Eletrônico – atende às características exigidas pelo art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10520/2002, ou seja, contratação de produtos ou serviços comuns, com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado.

A escolha pelo registro de preços também se encontra correta, ante a possibilidade de aquisição dos produtos de forma fracionada, nos termos do art. 15 da





Câmara Municipal de Londrina ***Estado do Paraná***

Lei nº 8666/1993 e art. 3º, inc. IV, do Decreto Federal nº 7892/2013², aplicável ao caso por falta de normativa local.

Nos demais aspectos, o procedimento como um todo se encontra em conformidade com a legislação.

Há, conforme determinação legal, descrição e quantidade necessária dos serviços cujos preços serão registrados, justificativa para sua eventual contratação, pesquisa de mercado que embasou o preço máximo, e confirmação do Departamento Financeiro informando a existência de recursos orçamentários para a despesa.

Quanto à minuta do edital e da ata de registro de preços, estão de acordo com a legislação vigente. Os demais aspectos legais foram atendidos, em conformidade com o que determina a legislação pátria.

Por fim, não vemos óbice na instrução do presente processo com documentos do PA nº 2/2022. Prima-se pela eficiência administrativa, sem a repetição de atos desnecessários. Ademais, a alteração do para ampla concorrência é medida que de fato se impõe, como tentativa de angariar mais participantes.

3. CONCLUSÃO

Sendo assim, aprova-se a minuta do edital e da ata de registro de preços, em atendimento ao disposto no art. 38, parágrafo único da Lei nº 8666/1993.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Londrina, 17 de maio de 2022.

Rafael Carvalho Neves dos Santos
Advogado da CML
OAB/PR 66.939

2 “Art. 3º Será adotado, preferencialmente, o Sistema de Registro de Preços nas seguintes hipóteses:
I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações freqüentes;
II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”





Câmara Municipal de Londrina
Estado do Paraná

TERMO DE FIXAÇÃO DE PREÇO MÁXIMO

Processo Administrativo nº 02/2022

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.

A partir das informações constantes no Relatório de Preços do Processo Administrativo em epígrafe (seq. 2.1, fls. 75-76), e após análise processual e aprovação da Assessoria Jurídica desta Casa (seq. 2.7, fls. 128-130), autorizo a realização de certame licitatório para o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos, e fixo como preço máximo unitário o valor de R\$ 333,75 (trezentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos) por locação de climatizador evaporativo, que resulta no preço máximo total de R\$ 1.335,00 (mil trezentos e trinta e cinco reais) para a quantidade de 04 (quatro) equipamentos/semana e no valor total anual da contratação de, no máximo, R\$ 69.420,00 (sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte reais), conforme tabela abaixo:

| Item | Descrição | Qtd. Estimada | Preço Máximo Unitário por Semana | Preço Máximo Total (4 Equip/ Semana) | Qtde de Semanas no Ano-Calendário | Valor Máximo Total (Anual) |
|-------|---|---------------|----------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|----------------------------|
| Único | Locação de Climatizador Evaporativo Móvel, conforme Termo de Referência | 4 | R\$ 333,75 | R\$ 1.335,00 | 52 | R\$ 69.420,00 |

Londrina, 21 de fevereiro de 2022.

Jairo Tamura
Presidente





CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

Certidão

Processo Administrativo nº. 21/2022

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos (ampla concorrência).

Considerando o exposto na Certidão de fl. 29;

E considerando o Parecer Jurídico de fls. 78-80, que referenda o procedimento descrito na supracitada Certidão.

Certifico que o seguinte documento foi aproveitado do Processo Administrativo nº. 02/2022 na presente instrução processual:

– Termo de Fixação de Preço Máximo (fl. 81).

Londrina, 19 de maio de 2022.

Gabriel Cazado Candreva
Departamento de Suprimentos e Patrimônio





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2022

(Processo Administrativo nº. 21/2022)

A **CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA**, por meio de seu Departamento de Suprimentos e Patrimônio, torna público aos interessados que realizará licitação, para **Registro de Preços**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com o critério de julgamento **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 e do Ato da Mesa nº. 11/2013, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e conforme as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.

Valor máximo: R\$ 69.420,00 (sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte reais)

Data da sessão: 03/06/2022

Horário: 14h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 926708

Pregoeiro: Luiz Fernando Moraes Marendaz ou, substitutivamente, o servidor Maurício Calgarotto, ambos designados e autorizados pela Portaria nº. 118/2021, a convocar membros da Equipe de Apoio.

Contato: Gabriel Cazado Candrea – Tel.: (43) 3374-1324 e Luiz Fernando Moraes Marendaz – Tel.: (43) 3374-1312 (de segunda a sexta-feira, das 13 às 18 horas).

Obtenção do Edital: O Edital e as especificações estarão à disposição dos interessados no *site* da Câmara Municipal de Londrina: <https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/licitacaodetalhe.xhtml?origem=0&idlicitacao=567> ou poderão ser solicitados através do e-mail: licitacao@cml.pr.gov.br.

Integram o presente Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I: Termo de Referência;

ANEXO II: Minuta de Ata de Registro de Preços;

ANEXO III: *Checklist* da Documentação necessária à participação no Pregão Eletrônico.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para a eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será de item único.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O preço máximo admitido para este certame é de até **R\$ 69.420,00 (sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte reais)**, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência anexo a este Edital e conforme descrição na tabela abaixo:

| Item | Descrição | Qtd. Estimada | Preço Máximo Unitário por Semana | Preço Máximo Total (4 Equip/ Semana) | Qtde de Semanas no Ano- Calendário | Valor Máximo Total (Anual) |
|-------|---|---------------|----------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------|----------------------------|
| Único | Locação de Climatizador Evaporativo Móvel , conforme Termo de Referência | 4 | R\$ 333,75 | R\$ 1.335,00 | 52 | R\$ 69.420,00 |

1.5. Os equipamentos serão locados por meio do Sistema de Registro de Preços e terão sua contratação formalizada por meio de Nota de Empenho, nos termos do art. 62 da Lei nº. 8.666/1993.

1.5.1. A existência de preços registrados não obriga a Câmara Municipal de Londrina a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

1.5.2. A vigência da Ata de Registro de Preços e seu termo inicial estão previstos na minuta da Ata de Registro de Preço (Anexo II deste Edital).

1.6. As disciplinas das especificações do objeto e dos serviços, das manutenções preventivas e corretivas, dos prazos e condições para sua execução, das obrigações da contratante e da contratada, das condições de pagamento e das sanções administrativas aplicáveis no curso da execução contratual estão dispostas no Termo de Referência anexo a este Edital (Anexo I deste





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

Edital) e/ou na minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo II deste Edital).

1.6.1. Em caso de divergências entre as disposições deste Edital e seus Anexos e a descrição do objeto no sistema Comprasnet, prevalecerão as deste Edital.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de recursos do orçamento vigente da Câmara Municipal de Londrina, conforme a seguinte classificação: Funcional Programática: 01.010.01.031.0001.2001, Desdobramento: 33.90.39.12.00 – Locação de Máquinas e Equipamentos.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

- 4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação (os interessados):
- 4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
 - 4.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seus Anexos;
 - 4.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 4.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
 - 4.2.5. Que tenham, como sócio-gerente, administrador ou integrante de conselho, servidor do Município de Londrina, por força do art. 204, I, II, III e IV da Lei Municipal 4.928/1992 – Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Londrina – PR;
 - 4.2.6. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
 - 4.2.7. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
 - 4.2.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 – TCU – Plenário).
 - 4.2.9. Empresas que atuem em ramo incompatível com o objeto da licitação.
- 4.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - 4.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
 - 4.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
 - 4.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos;
 - 4.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

- 4.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- 4.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.8. Que os serviços serão prestados por empresas que comprovem o cumprimento de reserva de cargos, previsto em lei, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. A **PROPOSTA** deverá ser redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, sem acréscimos, sem entrelinhas, sem rasuras, datada, assinada pelo licitante ou seu representante, e **deve apresentar:**

5.2.1. **As características do objeto de forma clara e precisa e todas as informações necessárias para verificação da adequação da cotação ao objeto do certame, observadas as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I deste Edital).**

5.2.2. **O preço em algarismo, unitário e total, expresso em moeda corrente nacional (real), no qual devem estar incluídos todos os custos decorrentes da execução contratual.**

5.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

5.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e/ou trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Valor unitário da locação por equipamento por semana e valor total;**

6.1.2. **Descrição detalhada do objeto, contendo as informações relativas às especificações do Termo de Referência.**

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos na licitação nos termos do art. 27, XXI da Constituição do Estado do Paraná.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta preenchida no sistema que identifique o licitante.

7.2.1.1. O subitem acima não se refere à proposta apresentada como anexo em arquivo PDF, mas sim às informações cadastradas no sistema, nos termos do item 6.1 deste Edital.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,01** (um centavo);

7.9. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O **critério de julgamento** adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus Anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

- 7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 7.22.1. no país;
 - 7.22.2. por empresas brasileiras;
 - 7.22.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
 - 7.22.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.24.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 7.24.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

8.2.1. Considera-se inexecúvel a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.1. Em caso de indisponibilidade do sistema e mediante autorização do Pregoeiro, será aceito o envio da documentação através do e-mail licitacao@cml.pr.gov.br.

8.4.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.4.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

8.7. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

8.8. Nos itens não exclusivos para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

9.1.2.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.2.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômica financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos da habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03 de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no **item 5.4**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

9.8. Habilitação jurídica:

- 9.8.1. No caso de **Empresário Individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2. Em se tratando de **Microempreendedor Individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8.3. No caso de **Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.8.5. No caso de **Sociedade Simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país: decreto de autorização;
- 9.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 9.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 9.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional** (referente a créditos tributários federais, à Dívida Ativa da União e à Seguridade Social), nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
- 9.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do art. 642-A da CLT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT);
- 9.9.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante**;
- 9.9.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante**;
- 9.9.7. O licitante detentor do menor preço qualificado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. **Certidão Negativa de Falência** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação do **registro da empresa e do responsável técnico indicado por ela no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – CREA-PR** ou, se de outro Estado, com autorização para atuar no Paraná, em plena validade; **ou**

9.11.2. Comprovação do **registro da empresa e do responsável técnico indicado por ela junto ao Conselho Federal ou Regional de Técnicos Industriais – CFT/CRT**.

9.11.2.1. O profissional habilitado pelo CFT/CRT poderá ser Técnico em Eletromecânica, Técnico de Mecânica Industrial, Técnico de Refrigeração ou Técnico de Climatização.

9.11.3. A empresa deverá **comprovar que o responsável técnico pertence ao seu quadro permanente ou é contratado como autônomo**, mediante a cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho ou Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços.

9.12. Caso os documentos de habilitação não mencionem o prazo de validade e/ou validação, será considerado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado e/ou definido neste Edital.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e/ou trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Sociedade Cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal ou assinada digitalmente.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. Caso o licitante queira apresentar documentos complementares ao recurso apresentado no sistema, poderá encaminhá-los para o e-mail licitacao@cml.pr.gov.br, desde que atendidas as seguintes condições:

11.3.1. Listar no recurso no sistema (Comprasnet) os anexos que foram ou serão encaminhados por e-mail;

11.3.2. Mencionar no recurso no sistema que os anexos foram encaminhados por e-mail;

11.3.3. Encaminhar os anexos tempestivamente e, se possível, de uma vez, em um único e-mail;

11.3.4. O e-mail que encaminhar os anexos deverá servir a esse único propósito, não





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

podendo conter argumentação de mérito, pois o local próprio para isso é o sistema Comprasnet;

11.3.5. O e-mail encaminhado será encaminhado para ciência da(s) empresa(s) interessada(s) em apresentar contrarrazões.

11.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (*chat*), e-mail, ou, comunicado no site oficial, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **07 (sete) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

14.2. A Assinatura da Ata de Registro de Preço pelo adjudicatário poderá se dar, alternativamente:

14.2.1. Pela convocação para comparecer perante a Administração para a assinatura;

14.2.2. Pelo encaminhamento da Ata de Registro de Preços pela Administração ao adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; ou

14.2.3. Pelo encaminhamento do arquivo digital para assinatura por meio de certificado digital emitido por uma Autoridade Certificadora (AC) credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil), na forma da legislação vigente (como, por exemplo, o Assinador Serpro, disponível em <https://www.serpro.gov.br/links-fixos-superiores/assinador-digital/assinador-serpro>).

14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito pela Administração.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

15.1.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

15.1.2. Apresentar documentação falsa;

15.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

15.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.5. Não mantiver a proposta;

15.1.6. Cometer fraude fiscal;

15.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

15.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Microempresa/Empresa de Pequeno Porte ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

15.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

15.3.2. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

15.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Londrina e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

15.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

15.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

15.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência e/ou na Ata de Registro de Preços.

16. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

16.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

16.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

16.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

16.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

17.2. Os pedidos de impugnação, deverão ser encaminhados ao Departamento de Suprimentos e Patrimônio da Câmara Municipal de Londrina, A/C do Pregoeiro, das seguintes formas:

17.2.1. Mediante protocolo de documento assinado pelo representante legal, acompanhado de documentação comprobatória dos poderes de representação, junto ao Departamento de Documentação e Informação da Câmara Municipal de Londrina, na Rua Governador Parigot de Souza, 145, Jd. Caiçaras, CEP-86.015-930, Londrina – PR; ou

17.2.2. Mediante envio de documento assinado pelo representante legal, acompanhado de documentação comprobatória dos poderes de representação, ao e-mail licitacao@cml.pr.gov.br;

17.2.3. Deve o licitante confirmar junto ao Pregoeiro o recebimento do pedido da impugnação.

17.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

- 17.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 17.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 17.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.
- 17.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 17.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 17.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico e na página do processo licitatório no *site* da Câmara Municipal de Londrina: <https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/licitacaodetalhe.xhtml?origem=0&idlicitacao=567>.
- 18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso de Licitação e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 18.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 18.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 18.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

18.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

18.11. O Edital do certame e o respectivo processo estão disponibilizados na página do processo licitatório no site da Câmara Municipal de Londrina: <https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/licitacaodetalhe.xhtml?origem=0&idlicitacao=567> e, também, poderão ser lidos e/ou obtidos na sede da Câmara Municipal de Londrina (Rua Governador Parigot de Souza, nº. 145, Caiçaras, Londrina/PR), nos dias úteis, entre 13 e 18 horas, mesmo endereço e período nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Londrina, 19 de maio de 2022.

Alexandre Fujita
Diretor da Câmara Municipal de Londrina-PR





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem como objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos que serão utilizados na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Londrina.

1.2. A locação inclui as manutenções preventivas e corretivas e substituições que se fizerem necessárias à continuidade dos serviços.

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Câmara Municipal de Londrina a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. O climatizador evaporativo deve apresentar as seguintes características:

2.1.1. Móvel.

2.1.2. Com grade móvel que possibilite o direcionamento de ar.

2.1.3. Controle de velocidade do ar.

2.1.4. Fluxo de ar (vazão) de 18.000m³/h.

2.1.5. Possibilidade de ajuste da vazão de ar.

2.1.6. Capacidade total do **reservatório de água de no mínimo 70 litros**.

2.1.7. Consumo de água de no máximo 10 litros/h.

2.1.8. Caso a voltagem seja de 220v, é necessário o aparelho transformador, sendo o fornecimento deste de responsabilidade da contratada.

2.2. As medidas máximas do climatizador deverão ser de:





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

2.2.1. largura de frente: 86cm.

2.2.2. largura de fundo: 1,12m.

2.2.3. altura sem reservatório: 1,40m.

2.2.4. altura com reservatório: 1,97m.

2.2.5. profundidade: 67cm.

2.3. Caso o aparelho tenha um reservatório complementar, a empresa contratada deverá observar as medidas máximas informadas no item anterior no momento da instalação dos equipamentos.

2.4. Caso o aparelho fornecido possua as medidas superiores às das portas, a Contratada poderá desmontá-lo e remontá-lo no local onde serão instalados. No entanto, o aparelho depois de montado não poderá exceder as medidas máximas informadas neste Termo de Referência.

2.5. A contratada deverá fornecer manual do equipamento ou outro documento que comprove a capacidade de vazão do aparelho.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. A locação dos climatizadores visa amenizar o calor suportado pelos servidores, Vereadores, convidados e imprensa na Sala de Sessões, especialmente nos meses de outubro a junho, caracterizado por altas temperaturas.

3.2. A capacidade mínima do reservatório de água de no mínimo 70 litros e o consumo de água de no máximo 10 litros/hora são exigidos em virtude de dois aspectos: necessidade de climatizar o ambiente antes de sua utilização e duração mínima das sessões ser de 6 horas.

3.3. As medidas máximas dos aparelhos e dos reservatórios foram solicitadas para que os aparelhos sejam instalados na parte superior da Sala de Sessões, com portas de 86cm de largura e 2,0 metros de altura. Além disso, o local onde os aparelhos serão instalados tem uma profundidade máxima de 1,0m, e se for maior, poderá ocasionar acidentes.

4. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A locação de climatizadores compreende a disponibilização de aparelhos de climatização com tecnologia evaporativa, incluindo as manutenções e substituições que se fizerem necessárias à continuidade dos serviços, respeitados os prazos do presente Termo de Referência.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

4.2. O quantitativo registrado (o máximo que poderá ser contratado simultaneamente) é de 4 (quatro) equipamentos e será indicado na Nota de Empenho.

4.3. A instalação inclui mão de obra especializada, materiais necessários, adaptadores de tomadas, recolhimento de resíduos, colocação dos aparelhos e testes necessários.

4.4. A contratada será responsável pela instalação de equipamentos de substituição e pelas manutenções (preventivas e corretivas) dos aparelhos enquanto permanecerem no prédio da contratante e deverão atender o disposto neste Termo.

4.4.1. A contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho para entregar, instalar e colocar os equipamentos em funcionamento.

4.5. A expectativa é de que nos meses de calor intenso na cidade de Londrina a locação seja contínua e no quantitativo máximo de aparelhos registrados.

4.6. O cálculo do valor devido por período locado, a título remuneração pelo serviço de locação, será aferido por dia de equipamento efetivamente disponível para utilização da contratante.

4.7. O valor mínimo devido por equipamento locado é o equivalente a locação pelo período de 7 (sete) dias.

4.8. A remuneração é devida a partir do dia do recebimento provisório, até o envio da notificação, por e-mail de que o equipamento está à disposição para retirada.

4.9. Quando um ou mais equipamentos se apresentarem desnecessários o fiscal do contrato notificará a contratada, por e-mail, informando que o equipamento encontra-se à disposição.

4.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, caso a contratada queira deixar o equipamento nas dependências da contratante, no local onde fora instalado, poderá fazê-lo, sem remuneração – desde que a presença do equipamento não prejudique as atividades da Casa.

4.11. Quando do encerramento da vigência da Ata de Registro de Preços ou quando a presença do equipamento prejudicar as atividades da Casa, a notificação que informa da disponibilidade dos equipamentos concederá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a retirada dos equipamentos.

4.12. Em casos excepcionais, a empresa poderá solicitar, por e-mail, a permanência dos equipamentos no prédio da contratante e o fiscal do contrato decidirá sobre a possibilidade de cada caso.

4.13. A entrega, instalação, manutenção e retirada dos equipamentos não poderá ser realizada nos horários de sessões ou outros eventos.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

5. DA LEGISLAÇÃO REFERENTE AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

5.1. As manutenções preventivas ou corretivas dos climatizadores deverão atender as seguintes legislações:

5.1.1. Lei nº 13.589/2018 que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes.

5.1.2. Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde que aprova Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a Qualidade do Ar de Interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados e seu anexo.

5.1.3. Resolução - RE nº 9/2003 – ANVISA, que determina a publicação de Orientação Técnica elaborada por Grupo Técnico Assessor, sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo.

5.1.4. Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no artigo 7º da Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde.

5.1.5. Demais normas que sejam aplicadas ao objeto desta contratação ou que sejam aprovadas posteriormente.

6. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

6.1. Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados por profissionais especializados e legalmente habilitados, com métodos, materiais e equipamentos específicos que atendam a demanda da Câmara Municipal de Londrina.

6.2. Os serviços deverão obedecer as normas técnicas vigentes e as recomendações dos fabricantes.

6.3. A responsabilidade técnica pela execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva será integralmente da empresa e do responsável técnico indicado por esta, podendo ser:

6.3.1. Ambos com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – CREA-PR ou, se de outro Estado, com autorização para atuar no Paraná.

6.3.2. Ambos com registro no Conselho Federal ou Regional de Técnicos Industriais - CFT/CRT.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

6.3.2.1. O profissional habilitado pelo CFT/CRT poderá ser Técnico de Eletromecânica, Técnico de Mecânica Industrial, Técnico de Refrigeração ou Técnico de Climatização.

6.3.3. A responsabilidade técnica da empresa será comprovada mediante a entrega da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA-PR ou pelo CFT/CRT na apresentação da habilitação, demonstrando a regularidade da situação da empresa na forma da legislação vigente.

6.3.4. A responsabilidade técnica inclui a verificação e as adequações necessárias ao cumprimento de toda a legislação descrita neste Termo, além de outras que sejam aprovadas posteriormente.

6.4. A empresa contratada, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho, deverá encaminhar ao e-mail da fiscal do contrato:

6.4.1. Certidão de Registro de Pessoa Física ou outro documento que comprove a regularidade da situação do responsável técnico na forma da legislação vigente perante o CREA-PR ou perante o CFT/CRT.

6.4.2. Comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa contratada pela Câmara, mediante a apresentação de cópia do registro de vínculo empregatício em Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços caso seja autônomo.

6.4.3. Fotocópias dos documentos de identificação profissional e pessoal do responsável técnico.

6.4.4. Número de telefone e e-mail da empresa para contato e solicitações.

6.5. Caso haja necessidade de substituição do responsável técnico pelos serviços, a empresa deverá comunicar, por e-mail, a fiscal do contrato com antecedência mínima de 3 (três) dias corridos e providenciar a nova ART ou o novo TRT e a documentação prevista nos itens anteriores no prazo máximo de 3 (três) dias corridos a contar do recebimento do e-mail pela fiscal do contrato.

6.5.1. Se durante a execução do contrato ocorrer o vencimento de algum documento elencado nos itens anteriores, a contratada deverá encaminhar documento atualizado no prazo máximo de 3 (três) dias corridos contados da data final de vigência do documento que expirou.

7. DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE (PMOC)





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

7.1. O PMOC deverá ser elaborado pelo responsável técnico indicado pela empresa e deverá ser entregue em meio físico, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho, ao e-mail da contratada.

7.1.1. A ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou TRT (Termo de Responsabilidade Técnica) deverá acompanhar o PMOC e deverá ser entregue também em meio físico no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho, ao e-mail da contratada.

7.1.2. A ART ou TRT deverá estar devidamente quitado (a) e com a descrição dos serviços inerentes a esta contratação.

7.2. O PMOC deverá seguir a Lei nº 13.589/2018, a Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde e a Resolução - RE nº 9/2003 – ANVISA, além de outras normas aplicáveis às características dos equipamentos.

7.3. No PMOC deverá constar a rotina de análise da qualidade do ar, conforme a Resolução - RE nº 9/2003 – ANVISA.

7.3.1. Esta rotina deverá ser entregue em meio físico e acompanhar o PMOC. Portanto, deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho ao e-mail da contratada.

8. DA VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE DO AR – RESOLUÇÃO RE Nº 9/2003 – ANVISA

8.1. A contratada é responsável pelo cumprimento da Resolução - RE nº 9/2003 – ANVISA, e deverá cumprir a rotina estabelecida por técnico responsável.

8.2. A Contratada responsabiliza-se pela segurança e pela qualidade dos serviços de análise da qualidade do ar.

8.3. A análise da qualidade do ar deverá atender as características dos equipamentos e dos ambientes da contratante.

8.4. O serviço deverá ser realizado conforme a legislação vigente, com profissionais técnicos habilitados para os serviços.

8.5. O laudo de análise da qualidade do ar deverá ser entregue à fiscal do contrato ou encaminhado por e-mail, no prazo de até de 15 (quinze) dias corridos contados da coleta das amostras, obedecendo a frequência descrita no PMOC e deverá ser assinado pelos responsáveis técnicos da empresa autorizada a realizar os serviços.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

8.5.1. O laudo deverá acompanhar a análise do responsável técnico da empresa contratada pela Câmara Municipal de Londrina, indicando a necessidade ou a manutenção da rotina de serviços.

8.5.2. Caso o responsável técnico informe a necessidade de alteração dos serviços, a contratada deverá providenciar as devidas adequações.

8.5.3. O prazo máximo para adequação do PMOC será de 5 (cinco) dias corridos contados do recebimento do laudo pela fiscal do contrato.

9. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

9.1. A manutenção preventiva tem por finalidade conservar os equipamentos, mantendo-os em perfeitas condições de operação e higiene.

9.2. Os serviços de manutenção preventiva consistem na execução de procedimentos rotineiros estabelecidos no PMOC, mediante visitas previamente agendadas e deverão atender a periodicidade estabelecida pelo responsável técnico.

9.3. A manutenção será de caráter espontâneo, ou seja, não dependerão de chamados ou reclamações com periodicidade definida no PMOC.

9.4. Os serviços de manutenção preventiva deverão ocorrer independentemente de ter havido ou não manutenção corretiva no período.

9.5. Os serviços de manutenção preventiva devem ser realizados às segundas, quartas e sextas feiras, mediante prévio agendamento com a fiscal do contrato.

9.5.1. Os serviços serão realizados em horários que não prejudiquem os trabalhos da Câmara.

9.5.2. Os horários nos quais os serviços poderão ser realizados serão informados pela fiscal do contrato por e-mail.

9.5.3. A empresa deverá informar os horários de início e de término dos serviços.

9.5.4. De forma excepcional, a fiscal do contrato poderá autorizar a realização de serviços de manutenção preventiva às terças e quintas.

9.6. As visitas técnicas deverão obedecer a periodicidade estabelecida pelo responsável técnico no PMOC.

9.7. Todas as manutenções preventivas deverão ser anotadas no PMOC, de forma clara, organizada, sem rasuras e com as datas de realização dos serviços.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

9.8. O preenchimento do PMOC deverá ocorrer no mês de realização dos serviços e não ultrapassar a vigência da Nota de Empenho do respectivo mês.

9.9. Caso seja necessária a retirada de algum equipamento do prédio da Câmara, para manutenção preventiva, a empresa é responsável pelo transporte e a reinstalação deverá ocorrer no mesmo dia.

10. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

10.1. A manutenção corretiva tem por finalidade a correção dos defeitos, incluindo a mão de obra e as substituições necessárias de partes, peças, componentes e/ou acessórios com defeitos, ausentes ou gastos pelo uso.

10.2. Os serviços de manutenção corretiva devem ser realizados às segundas, quartas e sextas feiras, mediante prévio agendamento com a fiscal do contrato, com prazo máximo de 3 (três) dias úteis para atendimento e correção do equipamento, a contar do envio do pedido por e-mail.

10.2.1. Os serviços serão realizados em horários que não prejudiquem os trabalhos da Câmara.

10.2.2. Os horários nos quais os serviços poderão ser realizados serão informados pela fiscal do contrato por e-mail.

10.2.3. Caso o termo final do prazo recaia em terças ou quintas-feiras, considerar-se-á prorrogado até o dia útil seguinte.

10.2.4. De forma excepcional, a fiscal do contrato poderá autorizar a realização de serviços de manutenção corretiva às terças e quintas.

10.2.5. Quando não for possível o conserto do aparelho, a contratada deverá realizar a substituição do equipamento no prazo máximo 3 (três) dias úteis a contar do envio da solicitação ao e-mail da contratada.

10.2.6. Caso o prazo para a substituição do equipamento ultrapasse 7 (sete) dias, o valor da locação correspondente será descontado da nota fiscal.

11. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

11.1. O recebimento provisório ocorrerá nos casos em que o equipamento for devidamente instalado, testado e com a entrega do PMOC, da ART ou TRT e da rotina de análise da qualidade do ar à fiscal do contrato.

11.2. O recebimento definitivo será efetuado pelo servidor designado a atuar como fiscal do contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da Nota Fiscal, e implicará no





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

reconhecimento de que o serviço foi prestado nos termos da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da garantia do serviço.

11.3. O recebimento definitivo proferido sem que o equipamento esteja em posse da contratante é nulo, sem prejuízo de qualquer responsabilidade.

11.4. O prazo para proferir recebimento definitivo fica suspenso enquanto não entregues provisoriamente o quantitativo total de equipamentos previstos na Nota de Empenho ou a documentação necessária à correta manutenção.

12. DA VISTORIA

12.1. As proponentes poderão realizar vistoria prévia, mediante agendamento, arcando com o ônus de tal operação ou assumindo o risco de uma avaliação menos acurada, caso decida não realizá-la.

12.1.1. As vistorias deverão ser agendadas com o Departamento de Administração Predial pelo telefone (43) 3374-1340 ou pelo e-mail virginiareis@cml.pr.gov.br, de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 18:00 e serão acompanhadas pela servidora Virginia Barboza Reis de Oliveira

12.2. A proponente que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente subestimar sua proposta, incorrerá em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração Pública para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

13. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. A contratação será feita com base nos preços registrados na Ata de Registro de Preços – considerando o valor por semana, por equipamento licitado.

13.2. O prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo, pelo servidor designado a atuar como fiscal do contrato, da Nota Fiscal apresentada pela contratada.

13.3. A Nota Fiscal deverá ser apresentada até 5 (cinco) dias úteis após o término do período de locação descrito na Nota de Empenho.

13.4. O recebimento definitivo fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada pela contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Referência.

13.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

13.6. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

13.7. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.8. A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

13.9. A contratante poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive restando o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

14.1. A Contratada obriga-se a:

14.1.1. Efetuar a manutenção e a entrega dos equipamentos em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência.

14.1.2. Cumprir os prazos estipulados neste Termo.

14.1.3. Realizar as manutenções conforme o disposto no PMOC.

14.1.4. Entregar a ART ou TRT devidamente quitada e a rotina de análise da qualidade do ar à fiscal do contrato.

14.1.5. Prover os responsáveis pela manutenção com os equipamentos de proteção adequados à execução dos serviços, observando as normas de segurança do trabalho.

14.1.6. A empresa deverá orientar os responsáveis pela manutenção a tomarem decisões compatíveis com os compromissos assumidos neste Termo.

14.1.7. Fornecer todos os materiais necessários à execução das manutenções ou outros serviços, inclusive as manutenções que ocorram de forma emergencial e urgente, sem ônus à contratante.

14.1.8. Efetuar os testes de segurança que achar necessário ao instalar os equipamentos.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

14.1.9. Relatar à fiscal do contrato, por escrito, toda e qualquer irregularidade, que prejudique a execução deste Termo.

14.1.10. Informar à fiscal do contrato quaisquer danos causados às suas instalações ou a qualquer de seus bens.

14.1.11. Responsabilizar-se pelos danos causados ao imóvel e qualquer equipamento a este comum, bem como ao patrimônio da contratante, por culpa ou dolo, ficando obrigado a reparar ou corrigir o dano causado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data do fato.

14.1.12. Após a realização dos serviços, manter as instalações da contratante em perfeitas condições de operacionalidade e limpeza.

14.1.13. Responsabilizar-se pela adoção de medidas necessárias à proteção ambiental, evitando danos ao meio ambiente e a terceiros.

14.1.14. Utilizar, na limpeza dos equipamentos, somente produtos biodegradáveis.

14.1.15. Fornecer endereço de e-mail e telefone para contato com a fiscal do contrato.

14.1.16. Atender prontamente a quaisquer exigências da contratante, inerentes ao objeto da contratação.

14.1.17. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados de maneira clara, concisa e lógica, bem como atendendo de imediato às reclamações;

14.1.18. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos equipamentos ou a entrega da documentação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

14.1.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.1.20. Manter seu endereço de e-mail atualizado e apto a receber mensagens da Contratante, caso não seja informado e-mail específico, o endereço utilizado para envio de notificações e outros documentos serão os presentes nos autos do processo licitatório, notadamente eventual e-mail utilizado para orçamento na fase de instrução do procedimento, expresso na proposta ou outros documentos apresentados pela contratante durante a licitação.

14.2. A Contratante obriga-se a:





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

14.2.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.

14.2.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado;

14.2.3. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

15. DAS PENALIDADES

15.1. A contratada que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições previstas neste Termo de Referência ficará sujeita às penalidades previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, bem como nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15.2. Nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/1993 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratada, garantida a defesa prévia, ficará sujeita às seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

15.2.2. **Multa:**

15.2.2.1. **Moratória de 5% (cinco por cento)** por dia útil de atraso injustificado, calculada sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por atrasos que prejudiquem o quantitativo de equipamentos em funcionamento.

15.2.2.2. **Moratória de 2,5% (dois vírgula cinco por cento)** por dia útil de atraso injustificado sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por atraso na entrega do PMOC e/ou da ART ou TRT e da rotina de análise da qualidade do ar no prazo estipulado neste Termo de Referência ou atraso injustificado para a realização das manutenções previstas no PMOC ou da análise da qualidade do ar.

15.2.2.3. **Moratória de 1,5% (um vírgula cinco por cento)** por dia útil de atraso injustificado sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por atraso injustificado na retirada dos equipamentos após a solicitação da fiscal do contrato. Após esse período a contratante poderá pôr o equipamento em uso a título de ressarcimento pela guarda.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

15.2.2.4. **Compensatória de 50% (cinquenta por cento)** calculada sobre o valor total da Nota de Empenho, pela injustificada inexecução do objeto deste Termo de Referência.

15.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Londrina por até 2 (dois) anos.

15.2.4. Impedimento de licitar e contratar com o Município de Londrina por até 5 (cinco) anos.

15.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior

15.3. Nenhuma penalidade será aplicada à contratada sem que lhe seja dada oportunidade de defesa e apresentação de sua versão dos fatos e justificativas, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

15.3.1. A contratada terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar defesa, contados da data de sua notificação.

15.3.2. A não apresentação de defesa no prazo designado implicará a presunção de veracidade dos fatos imputados pela contratada.

15.4. O procedimento para aplicação de penalidade será instruído pelo Gestor do Contrato e se dará da seguinte maneira:

15.4.1. O Fiscal do Contrato enviará relatório ao Gestor do Contrato, onde indicará as eventuais falhas e circunstâncias, solicitando providências.

15.4.2. Autorizado pela Diretoria-Geral, o Gestor do Contrato notificará a contratada para se defender.

15.4.3. Apresentada a defesa, o Gestor do Contrato encaminhará relatório à Presidência da Câmara Municipal de Londrina, que então decidirá pela aplicação ou não da penalidade, assim como a medida da incidência.

15.5. Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, far-se-á a comunicação escrita à empresa e publicação no Jornal Oficial do Município (exceto nos casos de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado em cadastro correspondente.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

16. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. A fiscal será a servidora Virginia Barboza Reis de Oliveira, lotada no Departamento de Administração Predial.

Londrina, 16 de maio de 2022.

Virginia Barboza Reis de Oliveira
Departamento de Administração Predial

Mauricio Calgarotto
Gerente
Departamento de Administração Predial





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. [número sequencial de atas e contratos]/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2022

(Processo Administrativo nº 21/2022)

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.

Valor: [preço] ([valor por extenso])

Validade: 12 (doze) meses, a contar do dia seguinte ao de sua publicação em Jornal Oficial.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA**, inscrita no CNPJ sob o nº 78.316.064/0001-93, com sede na Rua Gov. Parigot de Souza, 145, Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto, CEP nº. 86.015-903, no Município de Londrina – PR, neste ato representado por seu Presidente, Vereador **Jairo Tamura**, portador da Cédula de Identidade nº x.xxx.xxx-xx e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada Contratante;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, conforme Relatório Final de Licitação e Termo de Homologação ratificado pelo Presidente da Câmara Municipal de Londrina;

Resolve firmar Ata de Registro de Preços com [nome da licitante vencedora], inscrita no CNPJ sob o nº [número do CNPJ], com sede na [endereço completo], CEP nº. [número do CEP], no Município de [município], neste ato representada pelo(a) Sr(a). [designado em ato constitutivo ou em instrumento de mandato], portador(a) da Cédula de Identidade nº [número do RG] e do CPF nº [número do CPF], doravante denominada Contratada, nos seguintes termos:

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 – Londrina – PR





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto deste instrumento é o **Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos**, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Londrina, conforme especificações e quantidades estabelecidas no presente instrumento, no Termo de Referência, no Edital e seus Anexos.
2. As disciplinas das especificações do objeto e dos serviços, das manutenções preventiva e corretiva, dos prazos e condições para sua execução, das obrigações do contratante e da contratada, das condições de pagamento e das sanções administrativas aplicáveis no curso da execução contratual estão previstas no Termo de Referência, documento que integra o presente instrumento, como se nele estivesse transcrito.
3. A existência de preços registrados não obriga a Câmara Municipal de Londrina a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de recursos do orçamento vigente da Câmara Municipal de Londrina, conforme a seguinte classificação: Funcional programática: 01.010.01.031.0001.2001, Desdobramento: 33.90.39.12.00 – Locação de Máquinas e Equipamentos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

5. A contratação será realizada de acordo com as disposições do presente instrumento, e será executada por emissão de Nota de Empenho.
6. A Nota de Empenho deverá ser solicitada, pelo Fiscal do Contrato.
- 6.1 O preço a ser empenhado deverá constar expressamente do pedido de empenho e deverá observar o preço registrado no presente instrumento.
- 6.2 O Fiscal do Contrato enviará, no endereço de *e-mail* ou no número de fac-símile da Contratada, Nota de Empenho a cada solicitação.
7. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

8. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data seguinte à de sua publicação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO UNITÁRIO E DO VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9. O preço unitário é:

(TABELA)

10. O presente instrumento possui valor total de [preço].

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

11. O prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo, pelo servidor designado a atuar como Fiscal do Contrato, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

12. A Nota Fiscal deverá ser apresentada junto com a entrega dos produtos.

13. Se houver erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

15. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

17. A fiscalização da contratação será exercida por representante da Câmara Municipal de Londrina, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e, quando necessário, dará ciência ao Gestor da contratação para tomar as medidas cabíveis.

17.1 A fiscalização da Ata de Registro de Preços será feita pela servidora Virginia Barboza Reis de Oliveira, matrícula nº. 2711, lotada no Departamento de Administração Predial.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

18. Ao Fiscal do contrato ficam designadas as seguintes atribuições:

18.1 Somente solicitar prestações da Contratada mediante a apresentação de Nota de Empenho.

18.2 Receber e indicar o número do empenho na fatura, caso a Contratada não o tenha feito.

18.3 Verificar se o valor discriminado na Nota Fiscal é o contratado, antes de remetê-la ao Departamento Financeiro.

18.4 Notificar o Gestor do contrato caso identifique qualquer irregularidade para eventual instauração de procedimento administrativo para aplicação de penalidade.

19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

20. O Fiscal do Contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

21. A Gestão do Contrato será feita pela servidora Lilian Matsubara Denobi Vieira, matrícula 11018, e, substitutivamente, pela servidora Allana Ferreira de Andrade Melanda, matrícula 99970, ambas lotadas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio. E na ausência destas, a Gestão será realizada pela servidora Andréia Herculano do Prado da Silva, matrícula 99970, também lotada no Departamento de Suprimentos e Patrimônio.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22. A Contratada que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições da presente Ata de Registro de Preços ficará sujeita às penalidades do Art. 7º da Lei 10.520/2002, bem como às previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.

23. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/1993 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a Contratada, garantida a defesa prévia, ficará sujeita às seguintes sanções:

23.1 **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

23.2 **Multa Moratória de 5% (cinco por cento)** por dia útil de atraso injustificado, calculada sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

atrasos que prejudiquem o quantitativo de equipamentos em funcionamento.

23.3 Multa Moratória de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por atraso na entrega do PMOC e/ou da ART ou TRT e da rotina de análise da qualidade do ar no prazo estipulado neste Termo de Referência ou atraso injustificado para a realização das manutenções previstas no PMOC ou da análise da qualidade do ar.

23.4 Multa Moratória de 1,5% (um vírgula cinco por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por atraso injustificado na retirada dos equipamentos após a solicitação da fiscal do contrato. Após esse período a contratante poderá pôr o equipamento em uso a título de ressarcimento pela guarda.

23.5 Multa Compensatória de 50% (cinquenta por cento) calculada sobre o valor total da Nota de Empenho, pela injustificada inexecução do objeto deste Termo de Referência.

23.6 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Londrina por até 2 (dois) anos.

23.7 Impedimento de licitar e contratar com o Município de Londrina por até 5 (cinco) anos.

23.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

24. Comete infração administrativa punível com impedimento de licitar, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

24.1 Não assinar a Ata de Registro de Preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a Nota de Empenho ou não assinar o Termo de Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços;

24.2 Apresentar documentação falsa;

24.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.5 Não manter a proposta;

24.6 Cometer fraude fiscal;

24.7 Comportar-se de modo inidôneo.

25. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Microempresa/Empresa de Pequeno Porte ou o





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

26. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

27. A entrega de objeto em desacordo ao Edital não descaracteriza a mora, que continuará sendo contada sem interrupção até a entrega de objeto adequado ao especificado pela Administração no instrumento convocatório.

28. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

29. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, instaurado por despacho do Diretor-Geral e julgado pelo Presidente da Câmara Municipal de Londrina.

30. Aplica-se subsidiariamente ao procedimento de penalização previsto no presente Edital, o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e analogicamente o previsto na Lei nº 9.784, de 1999.

31. Previamente à aplicação de qualquer penalidade poderá a Contratada apresentar defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que for notificada a respeito.

31.1 Da decisão que aplicar a penalidade caberá um único recurso ao Presidente da Câmara Municipal de Londrina, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

32. Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, far-se-á a comunicação escrita à empresa e publicação no Jornal Oficial do Município (exceto nos casos de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado em cadastro correspondente.

33. O prazo para pagamento da multa será de 10 (dez) dias após o recebimento da notificação para recolhimento do valor.

34. A importância relativa ao valor da multa será corrigida pelo IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), a partir dos respectivos fatos geradores.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

35. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, exceto no que se refere ao §1º do referido artigo.

36. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Departamento de Suprimentos e Patrimônio promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666,





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

1993, e submeter a decisão à Presidência.

37. Quando os preços registrados tornarem-se superiores aos preços praticados no mercado por motivo superveniente, o Departamento de Suprimentos e Patrimônio convocará o prestador para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

38. Se o prestador não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante despacho da Presidência.

39. Quando os preços de mercado tornarem-se superiores aos preços registrados e o prestador não puder cumprir o compromisso, a Presidência decidirá por:

39.1 Liberar o prestador do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido do objeto, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

39.2 Convocar os demais prestadores para assegurar igual oportunidade de negociação;

39.3 Proceder a revisão dos preços registrados a fim de possibilitar o cumprimento das obrigações, desde que o requerimento do fornecedor/prestador seja devidamente documentado (por exemplo, Notas Fiscais e documentos de fabricantes), de forma suficiente para comprovar: (a) Elevação dos encargos do particular; (b) Ocorrência de evento posterior à assinatura da Ata de Registro de Preços; (c) Nexso causal entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos; (d) Imprevisibilidade da ocorrência do evento ou dos efeitos do evento.

40. Se não houver êxito nas negociações, o Departamento de Suprimentos e Patrimônio, mediante decisão da Presidência, deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

41. A Contratada terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

41.1 Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

41.2 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

41.3 Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

41.4 A Contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA ONZE – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

42. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA DOZE – DOS ANEXOS E DOS CASOS OMISSOS

43. Constituem documentos anexos a este instrumento: o Edital, os Anexos que o compõem (principalmente o Termo de Referência), a proposta e quaisquer informações prestadas por escrito pelo Prestador com preço registrado.

44. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520, de 2002, Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente.

CLÁUSULA TREZE – DA PUBLICAÇÃO

45. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação do extrato deste instrumento no Jornal Oficial do Município de Londrina, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA QUATORZE – DO FORO

46. O foro para dirimir questões relativas ao presente instrumento será o da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Londrina, [dia, mês e ano].

Jairo Tamura
Presidente da Câmara Municipal de Londrina

[nome completo da signatária]
[cargo]





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

ANEXO III – CHECKLIST DE DOCUMENTAÇÃO

Esta lista não exime a empresa da obrigação de se ater às cláusulas deste Edital, servindo como *checklist* para facilitar a entrega da documentação no certame.

Credenciamento – Item 3 do Edital

- Credenciamento da empresa no SICAF encontrado no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital.

Proposta – Itens 5 e 6 do Edital

- Proposta preenchida corretamente conforme as exigências deste Edital.

Habilitação – Item 9 do Edital

Habilitação Jurídica (item 9.8)

- **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor e atualizado (original e todas as alterações ou consolidação).

Regularidade Fiscal/Trabalhista (item 9.9)

- Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral – **CNPJ ou CPF**

Link:

https://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.aspx

- Prova de regularidade perante a **Fazenda Federal** e Seguridade Social (Certidão Conjunta – conforme Portaria RFB/PGFN nº. 1.751/2014)

Link:

<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?tipo=1>

- Prova de regularidade perante a **Fazenda Estadual**

Link para empresas com sede no Estado do Paraná:

<http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/emissao/certidaoAutomatica>





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

| |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal <p>Link para empresas com sede no Município de Londrina: https://portal.londrina.pr.gov.br/certidoes-servicos-online/certidao-negativa-unificada-e-certidao-positiva-de-debitos-com-efeito-de-negativa</p> |
| <ul style="list-style-type: none">• Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) <p>Link: https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf</p> |
| <ul style="list-style-type: none">• Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação da certidão negativa. <p>Link: http://www.tst.jus.br/certidao</p> |
| Qualificação Econômico-Financeira (item 9.10) |
| <ul style="list-style-type: none">• Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante. <p><i>(OBS 1: Aaso a empresa esteja em Recuperação Judicial deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente).</i></p> <p><i>(OBS 2: A certidão negativa de falência ou concordata deve ser anexada no SICAF ("Nível VI – Qualificação Econômico-Financeira") ou anexada no sistema Comprasnet junto com o PDF da proposta comercial.</i></p> <p>Para empresas com sede no Município de Londrina:</p> <ul style="list-style-type: none">- A certidão pode ser solicitada no Cartório Distribuidor da Comarca de Londrina (Avenida Tiradentes, nº. 1575 – Londrina) e, mediante pagamento de custas diretamente no cartório, retirada após 24 horas no mesmo local; ou- Pode ser solicitada pelo e-mail certidoes@distribuidorlondrina.com.br e, após pagamento de boleto, ser retirada (após 24 horas da solicitação) no Cartório Distribuidor da Comarca de Londrina (Avenida Tiradentes, nº. 1575 – Londrina). <p>Em caso de dúvida, entrar em contato com Cartório Distribuidor da Comarca de Londrina: (43) 3572-3351 ou (43) 3342-1443.</p> |
| Qualificação técnica (item 9.11) |
| <ul style="list-style-type: none">• A qualificação técnica deverá ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso: <ul style="list-style-type: none">- Comprovação do registro da empresa e do responsável técnico indicado por ela no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – CREA-PR ou, se de outro Estado, com autorização para atuar no Paraná, em plena validade; ou |



Assinado eletronicamente por:

-Alexandre Fujita,Diretor Geral em 20-05-2022 às 12:47:09



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

- **Comprovação do registro da empresa e do responsável técnico indicado por ela junto ao Conselho Federal ou Regional de Técnicos Industriais – CFT/CRT.**

- O profissional habilitado pelo CFT/CRT poderá ser Técnico Eletromecânica, Técnico de Mecânica Industrial, Técnico de Refrigeração ou Técnico de Climatização.

- A empresa deverá **comprovar que o responsável técnico pertence ao seu quadro permanente ou é contratado como autônomo**, mediante a cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho ou Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 08/2022

Ampla Concorrência

Processo Administrativo nº 21/2022

Tipo: Menor preço por item

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.

RECURSOS: Funcional programática: 01.010.01.031.0001.2001, Desdobramento: 33.90.39.12.00 – Locação de Máquinas e Equipamentos.

VALOR MÁXIMO: R\$ 69.420,00 (sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte reais).

DATA E HORA DA SESSÃO: Às 14h do dia 03/06/2022.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/> – UASG: 926708.

OBTENÇÃO DO EDITAL: na página do processo licitatório no site da Câmara Municipal de Londrina: <https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/licitacaodetalhe.xhtml?origem=0&idlicitacao=567> ou poderão ser solicitados através do endereço eletrônico licitacao@cml.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@cml.pr.gov.br ou nos telefones (43) 3374-1324 (Gabriel) e (43) 3374-1312 (Luiz).

Em 19/05//2022

Alexandre Fujita
Diretor-Geral da Câmara Municipal de Londrina



Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

23/05/2022 15:33:43



Este Aviso de Licitação será Divulgado no Portal de Compras (www.gov.br/compras) na data de 24/05/2022.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão

96120 - ESTADO DO PARANA

UASG Responsável

926708 - CAMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

Modalidade de Licitação

Pregão

Nº da Licitação

00008/2022

Forma de Realização

Eletrônico

Característica

Registro de Preço (SRP)

Modo de Disputa

Aberto

Nº da IRP

00010/2022

Nº do Processo

21/2022

Tipo de Licitação

Menor Preço

Compra Nacional

Não

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Validade da Ata SRP

12

mes(es)



Equalização de ICMS



Internacional

Quantidade de Itens

1

Objeto

Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.

Data da Divulgação

24/05/2022

Data da Disponibilidade do Edital

A partir de 24/05/2022

às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação

Em 03/06/2022

às 14:00

Disponibilizar apenas para Divulgação

Aviso de Licitação

AVISO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 08/2022
Ampla Concorrência
Processo Administrativo nº 21/2022
Tipo: Menor preço por item

OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.
RECURSOS: Funcional programática: 01.010.01.031.0001.2001, Desdobramento: 33.90.39.12.00 – Locação de Máquinas e Equipamentos.
VALOR MÁXIMO: R\$ 69.420,00 (sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte reais).
DATA E HORA DA SESSÃO: Às 14h do dia 03/06/2022.
LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/> – UASG: 926708.
OBTENÇÃO DO EDITAL: na página do processo licitatório no site da Câmara Municipal de Londrina:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/licitacaodetalhe.xhtml?origem=0&idlicitacao=567> ou poderá ser solicitado pelo e-mail licitacao@cml.pr.gov.br.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@cml.pr.gov.br ou nos telefones (43) 3374-1324 (Gabriel) e (43) 3374-1312 (Luiz).

Em 19/05/2022. Alexandre Fujita, Diretor-Geral da Câmara Municipal de Londrina

EXPEDIENTE JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

Lei n.º 6.939, de 27/12/96 - Distribuição gratuita

Prefeito do Município – Marcelo Belinati Martins

Secretário de Governo – João Luiz Martins Esteves

Jornalista Responsável – José Otávio Sancho Ereno

Editoração: Emanuel Messias Pereira Campos – Núcleo de Comunicação da Prefeitura de Londrina

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E IMPRESSÃO - Av. Duque de Caxias, 635 - CEP 86.015-901 - Londrina-PR - Fone: (43) 3372-4013

Endereço Eletrônico: <http://www.londrina.pr.gov.br/jornaloficial> - E-mail: jornaloficial@londrina.pr.gov.br

A íntegra dos materiais referentes a licitações está disponível no endereço www.londrina.pr.gov.br

➤ Pregão Eletrônico

■ Visualização de Propostas

UASG: 926708 - CAMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

Pregão nº: **82022 (SRP)**

Modo de Disputa: Aberto

[Menu](#)[Voltar](#)

Fornecedor assinalado com (*) teve sua proposta desclassificada para o item.

Na coluna "Declaração", os fornecedores que estão assinalados com 'SIM', declaram que estão cientes e concordam com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

Item: 1 - Locação aparelho ar condicionado

Qtde Solicitada:
208

Qtde Aceita: 0

Valor Máximo Aceitável: R\$ 333,7500

Recurso:
Sem

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,01

| Fornecedor | Qtde Ofertada | Proposta (R\$) | Melhor Lance (R\$) | Data Melhor Lance | Valor (R\$) Negociado | Situação da Proposta | Anexo | Declaração |
|---|---------------|----------------|--------------------|-------------------------|-----------------------|----------------------|---------------------------|---------------------|
| 29.732.469/0001-05 - 2C CLIMATIZADORES EIRELI | 208 | 315,0000 | 315,0000 | 03/06/2022 14:00:00:720 | 310,0000 | Adjudicado | Consultar | SIM |

Descrição detalhada do objeto ofertado: Climatizador Evaporativo Portátil com vazão de 18.000m3/h Modelo: NI18.000
Funções: Refrigeração do ar (climatização), Ventilação e umidificação do ar (sem vapor ou gotículas de água) Instalação: M...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** NÃO

Declaração de Inexistência de fato superveniente: [SIM](#)

Declaração de Menor: [SIM](#)

Declaração

independente de proposta: [SIM](#)

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: [SIM](#)

Declaração de Acessibilidade: [SIM](#)

Declaração de Cota de Aprendizagem: [SIM](#)

Para mais informações sobre o porte da empresa, clique [aqui](#).

[Menu](#)[Voltar](#)

Imprimir o
Relatório



UASG 926708 - CAMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

Pregão Eletrônico Nº 82022 por SRP

| CNPJ/CPF | Razão Social/Nome | Porte da Empresa |
|--|---------------------------------|---|
| 29.732.469/0001-05 | 2C CLIMATIZADORES EIRELI | ME/EPP |
| Data Declarações: 03/06/2022 08:28 | Declaração MEE/EPP: NÃO | Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u> |
| Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u> | Declaração de Menor: <u>SIM</u> | Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u> |
| Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u> | | Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u> |
| Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u> | | |

Imprimir o
Relatório

Fechar

PREGÃO ELETRÔNICO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

Pregão Eletrônico Nº 00008/2022(SRP)

RESULTADO POR FORNECEDOR**29.732.469/0001-05 - 2C CLIMATIZADORES EIRELI**

| Item | Descrição | Unidade de Fornecimento | Quantidade | Critério de Valor (*) | Valor Unitário | Valor Global |
|------|----------------------------------|-------------------------|------------|-----------------------|----------------|-----------------|
| 1 | Locação aparelho ar condicionado | UNIDADE | 208 | R\$ 333,7500 | R\$ 310,0000 | R\$ 64.480,0000 |

Marca:

Fabricante:

Modelo / Versão:

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Climatizador Evaporativo Portátil com vazão de 18.000m3/h Modelo: NI18.000 Funções: Refrigeração do ar (climatização), Ventilação e umidificação do ar (sem vapor ou gotículas de água) Instalação: Móvel Vazão: 18.000m3/h Voltagem: 220V Reservatório: 70lts Consumo: 10lts/h Largura de frente: 86cm Largura de fundo: 1,12m Altura sem reservatório: 1,40m Altura com reservatório: 1,97m Profundidade: 67cm

Total do Fornecedor: R\$ 64.480,0000

Valor Global da Ata: R\$ 64.480,0000

(*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.



Imprimir o
Relatório

Voltar



PROPOSTA COMERCIAL DE LOCAÇÃO

| | |
|-------|-----------------|
| Nº.: | 372 - PG / 2022 |
| DATA: | 03/06/2022 |

LOCATÁRIA:

| | | | |
|---|------------------------|------------------------------|----------------|
| Razão Social: | | Nome Fantasia: | |
| CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA | | CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA | |
| CNPJ/MF: | Insc. Estadual: | RG: | CPF/MF: |
| 78.316.064/0001-93 | | | |
| Nome do representante legal: | | | |
| | | | |
| Endereço: | | | |
| Rua Governador Parigot de Souza, 145 - Centro Cívico, Londrina - PR, Brasil | | | |
| Telefone/Fax: | Celular: | E-mail: | |
| (43) 3374-1324 | | gabrielcandeva@cml.pr.gov.br | |

DO PRODUTO E SERVIÇO:

| Produto ou serviço | Qtd | Preço unit. p/ semana | Preço total p/ semana | Qtd. Semanas Ano/Calendário | Total Anual |
|---|-----|-----------------------|-----------------------|-----------------------------|---------------|
| 5001 - CLIMATIZADOR EVAPORATIVO NI18.000 P/ LOCAÇÃO Modelo: NI18.000 Instalação: Móvel Vazão: 18.000m3/h Voltagem: 220V Reservatório: 70lts Consumo: 10lts/h Largura de frente: 86cm Largura de fundo: 1,12m Altura sem reservatório: 1,40m Altura com reservatório: 1,97m Profundidade: 67cm | 4 | R\$ 315,00 | R\$ 1.260,00 | 52 | R\$ 65.520,00 |



DO LOCAL E VIGÊNCIA:

Processo Administrativo n. 21. Doc juntado em: 13/06/2022, Seq.: 4.2, por: luizfernando - pag. 137

| | | | |
|------------------|---|---------------------------------|----------------------------------|
| Local: | Rua Governador Parigot de Souza, 145 - Centro Cívico, Londrina - PR, Brasil | | |
| Vigência: | Previsão de montagem: | Previsão de desmontagem: | Prazo reparos/manutenção: |
| 52 SEMANAS | CONFORME EMPENHO | CONFORME EMPENHO | 180 DIAS |

DO PREÇO E PAGAMENTO:

| | | | |
|------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|------------------------------|
| Valor total produto(s) R\$: | Valor total serviço(s) R\$: | Valor total da proposta R\$: | Validade da proposta: |
| 65.520,00 | 0,00 | 65.520,00 | 30 DIAS |
| Forma de pagamento: | TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA | | |

VISTOS



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 29.732.469/0001-05 DUNS®: 917091406
Razão Social: 2C CLIMATIZADORES EIRELI
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 13/09/2022

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: **Micro Empresa**
Natureza Jurídica: **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)**
Capital Social: **R\$ 326.000,00** Data de Abertura da Empresa: **21/02/2018**
CNAE Primário: **2823-2/00 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL, PEÇAS E ACESSÓRIOS**

CNAE Secundário 1: **3314-7/07 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS E**
CNAE Secundário 2: **4322-3/02 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE**
CNAE Secundário 3: **4753-9/00 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE**
CNAE Secundário 4: **7739-0/99 - ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

Dados para Contato

CEP: **87.053-330**
Endereço: **AVENIDA ARQUITETO NILDO RIBEIRO DA ROCHA, 531 - JARDIM**
Município / UF: **Maringá / Paraná**
Telefone: **(44) 91399813**
E-mail: **gerenciaadm@respirenim.com.br**

Dados do Responsável Legal

CPF: **050.932.389-88**
Nome: **THIAGO GOES CANELLA**

Relatório de Credenciamento**Dados do Responsável pelo Cadastro**

CPF: 050.932.389-88
Nome: THIAGO GOES CANELLA
E-mail: gerenciaadm@respirenim.com.br

Sócios / Administradores**Dados do Sócio/Administrador 1**

CPF: 050.932.389-88 Participação Societária: 100,00%
Nome: THIAGO GOES CANELLA
Número do Documento: 104784879 Órgão Expedidor: IIPR
Data de Expedição: 30/12/2019 Data de Nascimento: 13/09/1988
Filiação Materna: EDNA GOES CANELLA
Estado Civil: Solteiro(a)
CEP: 87.050-610
Endereço: RUA GERARDO BRAGA, 220 - VILA RICA
Município / UF: Maringá / Paraná
Telefone: (18) 39034740
E-mail: faturamento@airfresh.com.br

Linhas Fornecimento**Serviços**

2054 - Instalação e Montagem de Sistemas de Refrigeração



Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Junta Comercial do Estado do Paraná



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Fotocópia de Processo

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

| | | | | |
|--|--------------------------------|--|--|----------------|
| Nome Empresarial: 2C CLIMATIZADORES EIRELI | | | Protocolo: PRC2210488331 | |
| Natureza Jurídica: Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária) | | | | |
| NIRE: 41600669347 | CNPJ: 29732469000105 | Natureza Jurídica: Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária) | Último Arquivamento Data: 29/09/2021 | Número: |
| Arquivamentos solicitado: | | | | |
| Número: | Data: | Ato: | | |
| 20216106427 | 29/09/2021 | ALTERAÇÃO | | |

Esta certidão foi emitida pela Junta Comercial em 11/03/2022, às 10:09:43 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código IYDHQMCZ.



PRC2210488331

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário Geral

2C CLIMATIZADORES EIRELI
CNPJ/MF Nº 29.732.469/0001-05
NIRE Nº 41600669347

SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

THIAGO GOES CANELLA, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Maringá-PR, nascido em 13/09/1998, filho de Nivaldo Canella e Edna Goes Canella, residente e domiciliado na Rua Geraldo Braga, nº 220, zona 08, CEP: 87050-610, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, portador da cédula de identidade RG nº 10.478.487-9, expedida pela SSP/PR, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas – CPF, sob nº 050.932.389-88, titular pessoa física da Empresa que gira sob o nome empresarial de **2C CLIMATIZADORES EIRELI**, com sede e foro na Avenida Guedner, nº 3010, Parque da Gávea, CEP: 87053-265, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, devidamente inscrita no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, sob nº 29.732.469/0001-05, inscrita na Junta Comercial do Paraná sob NIRE 41600669347 em sessão de 21/02/2018, e posterior alteração e consolidação do Ato Constitutivo em 26/04/2019, sob nº 20192675540, RESOLVE, por meio deste instrumento, alterar o Ato Constitutivo, de acordo com as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Altera-se o endereço da sede da 2C CLIMATIZADORES EIRELI, passando a CLÁUSULA PRIMEIRA do Ato Constitutivo a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA: A empresa girará sob o nome empresarial de: 2C CLIMATIZADORES

2C CLIMATIZADORES EIRELI
CNPJ/MF Nº 29.732.469/0001-05
NIRE Nº 41600669347

SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

EIRELI e terá sua sede na Avenida Arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha, nº 531, Jardim Ipanema, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP: 87053-330."

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas e de pleno vigor as demais cláusulas do contrato social e demais alterações que não foram modificados por força do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – Devido às alterações transformação do Ato Constitutivo, o titular resolve consolida-lo como segue:

CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO
2C CLIMATIZADORES EIRELI
CNPJ/MF: 29.732.469/0001-05
NIRE 41600669347

THIAGO GOES CANELLA, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Maringá-PR, nascido em 13/09/1998, filho de Nivaldo Canella e Edna Goes Canella, residente e domiciliado na Rua Geraldo Braga, nº 220, zona 08, na cidade de Maringá-PR, CEP: 87050-610, portador da cédula de identidade RG nº 10.478.487-9, expedida pela SSP-PR, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob nº 050.932.389-88, titular pessoa física da empresa que gira sob o nome empresarial de **2C CLIMATIZADORES EIRELI**, com sede e foro na Avenida Arquiteto

2C CLIMATIZADORES EIRELI
CNPJ/MF Nº 29.732.469/0001-05
NIRE Nº 41600669347

SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Nildo Ribeiro da Rocha, nº 531, Jardim Ipanema, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP: 87053-330, devidamente inscrita no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ/MF, sob nº 29.732.469/0001-05, inscrita na Junta Comercial do Paraná sob NIRE 41600669347.

CLÁUSULA PRIMEIRA: A empresa girará sob o nome empresarial de: 2C CLIMATIZADORES EIRELI e terá sua sede na Avenida Arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha, nº 531, Jardim Ipanema, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, CEP: 87053-330.

CLÁUSULA SEGUNDA: O capital social da empresa no valor de R\$ 326.000,00 (trezentos e vinte e seis mil reais), dividido em 326.000 (trezentos e vinte e seis mil) quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, em moeda corrente nacional, subscrito e integralizado, dividido nas seguintes proporções:

| SÓCIOS | QUOTAS | VALOR | % |
|----------------------------|----------------|-----------------------|----------------|
| THIAGO GOES CANELLA | 326.000 | R\$ 326.000,00 | 100,00% |
| Total | 326.000 | R\$ 326.000,00 | 100,00% |

Parágrafo único: A responsabilidade do Titular é limitada ao capital integralizado da empresa que será regida pelo regimento jurídico da empresa limitada e supletivamente pela Lei da Sociedade Anônima.

2C CLIMATIZADORES EIRELI
CNPJ/MF Nº 29.732.469/0001-05
NIRE Nº 41600669347

SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

CLÁUSULA TERCEIRA: O objeto social da EIRELI será:
FABRICAÇÃO DE MAQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO
E VENTILAÇÃO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL,
COMÉRCIO DE CLIMATIZADOR EVAPORATIVO, IMPORTAÇÃO E
EXPORTAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MAQUINAS E
APARELHOS DE REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO PARA USO
INDUSTRIAL E COMERCIAL, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE
SISTEMAS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILAÇÃO E
REFRIGERAÇÃO.

CLÁUSULA QUARTA: A EIRELI iniciará suas atividades a partir do registro do presente Contrato Social e seu prazo de duração é indeterminado. É garantida a continuidade da pessoa jurídica diante do impedimento por força maior ou impedimento temporário ou permanente do titular, podendo a empresa ser alterada para atender uma nova situação.

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade do titular é restrita ao valor de suas quotas, respondendo ainda pela integralização do capital social

CLÁUSULA SEXTA: A administração da EIRELI caberá ao Titular **THIAGO GOES CANELLA**, com os poderes e atribuições de

2C CLIMATIZADORES EIRELI
CNPJ/MF Nº 29.732.469/0001-05
NIRE Nº 41600669347

**SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Administrador, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor próprio ou de terceiros bem como onerar ou alienar bens imóveis. É facultada ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procuradores em nome da Eireli, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado. Poderão ser designados administradores não titular, na forma prevista no art.º 1.061 da lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SÉTIMA: Declara o titular da EIRELI, para os devidos fins e efeitos de direito, que o mesmo não participa de nenhuma outra empresa, pessoa jurídica dessa modalidade.

CLAUSULA OITAVA: Declaro o titular sob as penas da Lei, que a EIRELI se enquadra na condição de **MICROEMPRESA**, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA NONA: O ano social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, ocasião que os administradores prestarão contas justificadas de sua gestão, procedendo à elaboração do inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço do resultado Econômico da sociedade. Os lucros e perdas

2C CLIMATIZADORES EIRELI
CNPJ/MF Nº 29.732.469/0001-05
NIRE Nº 41600669347

SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

apurados, com a concordância de todos os sócios, poderão ser distribuídos entre os membros, sendo que poderá ser distribuída aos sócios de forma desproporcional a participação no capital social.

CLÁUSULA DÉCIMA: A EIRELI poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante deliberação assinada pelo titular.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O empresário poderá fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado o titular da EIRELI, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a EIRELI ser resolva em relação a seu titular.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da

2C CLIMATIZADORES EIRELI
CNPJ/MF Nº 29.732.469/0001-05
NIRE Nº 41600669347

SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: fica eleito o foro de Maringá-PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Assina o presente instrumento particular de constituição de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, EIRELI, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Maringá/PR, 27 de setembro de 2021.

THIAGO GOES CANELLA
Titular da EIRELI



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa 2C CLIMATIZADORES EIRELI consta assinado digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) | |
|----------------------------------|---------------------|
| CPF/CNPJ | Nome |
| 05093238988 | THIAGO GOES CANELLA |



CERTIFICO O REGISTRO EM 29/09/2021 07:51 SOB Nº 20216106427.
PROTOCOLO: 216106427 DE 27/09/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12107206640. CNPJ DA SEDE: 29732469000105.
NIRE: 41600669347. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 14/09/2021.
2C CLIMATIZADORES EIRELI

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

Autenticidade de documentos

[Sobre o Portal](#)[Serviços](#)[Legislação](#)[Parceiros](#)[Fale Conosco](#)[Manuais](#)[Municípios
Implantados](#)[Consultar
Informações](#)[Notificações](#) 

DADOS DA CONSULTA

Protocolo: 216106427**Data do Protocolo:** 27/09/2021**Número de Registro:** 41600669347**Arquivamento:** 20216106427**Empresa:** 2C CLIMATIZADORES EIRELI**Documento(s):** Contrato[← Voltar](#)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| | | |
|--|---|---|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.732.469/0001-05 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA 21/02/2018 |
| NOME EMPRESARIAL 2C CLIMATIZADORES EIRELI | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ***** | | PORTE ME |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 28.23-2-00 - Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.14-7-07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial 43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári | | |
| LOGRADOURO AV ARQUITETO NILDO RIBEIRO DA ROCHA | NÚMERO 531 | COMPLEMENTO ***** |
| CEP 87.053-330 | BAIRRO/DISTRITO JARDIM IPANEMA | MUNICÍPIO MARINGA |
| UF PR | | ENDEREÇO ELETRÔNICO T_CANELLA@HOTMAIL.COM |
| TELEFONE (44) 9139-9813 | | ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** |
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 21/02/2018 |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **03/06/2022** às **14:54:43** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 29.732.469/0001-05 DUNS®: 917091406
Razão Social: 2C CLIMATIZADORES EIRELI
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 13/09/2022

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 23/10/2022
Código de Controle: DD4056AFDB1539C9

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 20/06/2022
Código de Controle: 2022052200050125448067

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 29/11/2022
Código de Controle: 176506662022



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Dados do Fornecedor

CNPJ: 29.732.469/0001-05 DUNS®: 917091406
Razão Social: 2C CLIMATIZADORES EIRELI
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual: 9077321770
Inscrição Municipal: 194701

Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 07/07/2022
Código de Controle: 02628707075-97

Comprovante de Regularidade Municipal

Tipo de Comprovante: Certidão Data de Validade: 08/08/2022
Código de Controle: 90862/2022



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

- pag. 153

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 026287075-97

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **29.732.469/0001-05**

Nome: **2C CLIMATIZADORES EIRELI**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 07/07/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Governo do Estado do Paraná

Secretaria da Fazenda

Informações do Documento

Certidão 026287075-97
Tipo Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual - Automática
Fornecida para o CNPJ 29.732.469/0001-05
2C CLIMATIZADORES EIRELI
Emissão 09/03/2022 11:14:38
Data de Validade 07/07/2022

Voltar

© Secretaria da Fazenda - SEFA

Av. Vicente Machado, 445 - Centro - 80420-902 - Curitiba - PR

[Localização](#)





ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa Nº 90862/2022

Certificamos, conforme requerido por **2C CLIMATIZADORES EIRELI**, CPF/CNPJ nº **29.732.469/0001-05**, para fins **DE LICITAÇÃO**, que **CONSTAM DÉBITOS MUNICIPAIS** (impostos, taxas, contribuições, receitas não tributárias, inscritos em dívida ativa ou não dos Cadastros Mobiliários e Imobiliários) até a presente data em nome de **2C CLIMATIZADORES EIRELI**, CPF/CNPJ nº **29.732.469/0001-05**, situado(a) na cidade de Maringá , **MAS QUE SE ENCONTRAM A VENCER**.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal em cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.□

Emitida em: **10/05/2022**

Válida até: **08/08/2022**

Certidão emitida com base nas normas:

CTN - Código Tributário Nacional

CTM - Código Tributário Municipal

Decreto Municipal nº 1500/2017

Código de Autenticação: **8BBCF807D9F93D7A46D86BD02DA94DB4**

Para verificar a autenticidade, consulte o site: <http://venus.maringa.pr.gov.br:8090/portal-contribuinte>

Utilize este recurso para verificar a validade e autenticidade de um documento.

8BBCF807D9F93D7A46D86BD02DA94DB4

AUTENTICAR

Informações Documento

Tipo do documento: CERTIDÃO DE DÉBITOS CONTRIBUINTE (CNPJ/CPF)

Número do documento: 90862

Data Emissão: 10/05/2022

Data de validade: 08/08/2022

Finalidade: DE LICITAÇÃO

Situação: ATIVO - Positiva com efeito negativa

Informações Cadastro / Requerente

CPF / CNPJ Cadastro: 29.732.469/0001-05

Nome do requerente: 2C CLIMATIZADORES EIRELI

CPF / CNPJ Requerente: 29.732.469/0001-05



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências

Dados do Fornecedor

CNPJ: 29.732.469/0001-05 DUNS®: 917091406
Razão Social: 2C CLIMATIZADORES EIRELI
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 29.732.469/0001-05 DUNS®: 917091406
Razão Social: 2C CLIMATIZADORES EIRELI
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ: 29.732.469/0001-05 DUNS®: 917091406
Razão Social: 2C CLIMATIZADORES EIRELI
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 29.732.469/0001-05 DUNS®: 917091406
Razão Social: 2C CLIMATIZADORES EIRELI
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 13/09/2022
Natureza Jurídica: EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

| | | |
|---|-----------|------------|
| Receita Federal e PGFN | Validade: | 23/10/2022 |
| FGTS | Validade: | 20/06/2022 |
| Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao) | Validade: | 29/11/2022 |

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

| | | |
|----------------------------|-----------|------------|
| Receita Estadual/Distrital | Validade: | 07/07/2022 |
| Receita Municipal | Validade: | 08/08/2022 |

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/04/2023

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Maringá - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa, s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871

Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

CERTIDÃO NEGATIVA



Número: 202203101420437599666

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.distribuidormaringa.com.br>

**** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT **, Distribuidor e anexos da
Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...**

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o
Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, nos mesmos constatou a
INEXISTÊNCIA, de quaisquer pedidos de FALÊNCIA, CONCORDATAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL e
EXTRAJUDICIAL (Lei nº 11.101/2005) contra:

2C CLIMATIZADORES EIRELI

CNPJ: 29.732.469/0001-05

Observações:

Não Há.

*** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.

*** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).

***** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. *****

***** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R\$ 38,15 = 155 VRC - R\$ 0,76 = ISSQN 2% *****

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, quinta-feira, 10 de março de 2022.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS MARINGÁ - PARANÁ

Consultas

Simulações

Autenticidade da Certidão

A Certidão **NEGATIVA FALENCIA/CONC/RECUP. JUDICIAL** de número **202203101420437599666** está em nome de **2C CLIMATIZADORES EIRELI** , sendo sua busca efetuada nos últimos **20** ano(s). Esta Certidão foi expedida por **SILVANA** e emitida em Cartório na data de **10/03/2022 às 14:20:43**.

O Referido é verdade e dá fé.

Cartório Distribuidor e Anexos de Maringá - Paraná

Nova Consulta

Avenida Tiradentes, 380 - Edifício do Fórum.
Telefone (44) 3029-8871

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 13/06/2022 16:24:01

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **2C CLIMATIZADORES EIRELI**
CNPJ: **29.732.469/0001-05**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Sistema do CNJ está indisponível**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 51072/2022

Validade: 02/05/2022

Razão Social: 2C CLIMATIZADORES EIRELI

CNPJ: 29732469000105

Num. Registro: 72626

Registrada desde : 08/07/2020

Capital Social: R\$ 326.000,00

Endereço: AVENIDA GUEDNER, 3010 PARQUE DA GAVEA

Município/Estado: MARINGÁ-PR

CEP: 87053265

Objetivo Social:

Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, comércio de climatizador evaporativo, importação e exportação, manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, instalação e manutenção de sistemas de ar condicionado, de ventilação e refrigeração.

Possui parcelamento de anuidade em dia no CREA-PR.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICOS PELA MATRIZ - CNPJ: 29732469000105

1 - Nome Civil: CARLOS RENATO SILVA GUIDASTRE

Carteira: SP-2610638710/D Data de Expedição: 20/09/2018

Desde: 08/07/2020 Carga Horária: 10:0 H/S Até: 27/07/2021

Desde: 28/09/2021 Carga Horária: 10:0 H/M

Visto Nº: 173333 Data do Visto: 20/09/2018

Título: ENGENHEIRO MECANICO Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 12º do CONFEA

Título: TECNÓLOGO EM PROCESSO DE PRODUÇÃO E USINAGEM Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 313/1986 do CONFEA

Para fins de: LICITAÇÕES

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 121142/2022, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 19/04/2022 16:07:35

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ**

Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: 51073/2022**Validade: 16/10/2022**

Nome Civil: CARLOS RENATO SILVA GUIDASTRE**Carteira - CREA-SP Nº : SP-2610638710/D****Visto Nº : 173333****Registro Nacional : 2610638710****Registrado(a) desde : 20/09/2018****Dt. Expedição Visto : 20/09/2018****Filiação : APARECIDO GUIDASTRE****VERA LUCIA DA SILVA GUIDASTRE****Data de Nascimento : 30/03/1971****Documento de Identidade : 19352224 Orgão Emissor : SSP-SP/SP UF : SP****CPF : 14049695863****Naturalidade : SANTO ANDRÉ/SP**

Título: ENGENHEIRO MECANICO**UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP****Data da Colação de Grau : 30/01/2013****Diplomação : 30/12/2014****Situação : Regular****Atribuições profissionais:****Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 12º de 29/06/1973 do CONFEA.****Título: TECNOLOGO EM PROCESSO DE PRODUCAO E USINAGEM****CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SANTO ANDRÉ****Data da Colação de Grau : 16/03/2005****Diplomação : 16/03/2005****Situação : Regular****Atribuições profissionais:****Resolução do Confea N.º 313/1986 de 26/09/1986 do CONFEA.**

Responsabilidade Técnica/Quadro Técnico:**53680 - AJATONET SISTEMA MULTIMIDIA EIRELI - ME****CNPJ: 15465267000121****Desde: 02/10/2019 Carga Horária: 5 Horas Unidade: HORA/SEMANA****65477 - L & M SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA E ELETRONICA LTDA****CNPJ: 27199100000145****Desde: 01/07/2021 Carga Horária: 2 Horas Unidade: HORA/MES****72626 - 2C CLIMATIZADORES EIRELI****CNPJ: 29732469000105****Desde: 28/09/2021 Carga Horária: 10 Horas Unidade: HORA/MES**

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2022.**Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.**

Para fins de: LICITAÇÕES

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 121143/2022.

Emitida via Internet em 19/04/2022 16:08:27

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ**

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 74606/2022**Validade: 30/06/2022****Razão Social:** 2C CLIMATIZADORES EIRELI**CNPJ:** 29732469000105**Num. Registro:** 72626**Registrada desde :** 08/07/2020**Capital Social:** R\$ 326.000,00**Endereço:** AVENIDA GUEDNER, 3010 PARQUE DA GAVEA**Município/Estado:** MARINGÁ-PR**CEP:** 87053265**Objetivo Social:**

Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, comércio de climatizador evaporativo, importação e exportação, manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, instalação e manutenção de sistemas de ar condicionado, de ventilação e refrigeração.

Possui parcelamento de anuidade em dia no CREA-PR.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICOS PELA MATRIZ - CNPJ: 29732469000105

1 - Nome Civil: CARLOS RENATO SILVA GUIDASTRE

Carteira: SP-2610638710/D Data de Expedição: 20/09/2018

Desde: 08/07/2020 Carga Horária: 10:0 H/S Até: 27/07/2021

Desde: 28/09/2021 Carga Horária: 10:0 H/M Até: 14/05/2022

Desde: 06/06/2022 Carga Horária: 2:0 H/S

Visto Nº: 173333 Data do Visto: 20/09/2018

Título: ENGENHEIRO MECANICO Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 12º do CONFEA

Título: TECNOLOGO EM PROCESSO DE PRODUCAO E USINAGEM Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 313/1986 do CONFEA

Para fins de: LICITAÇÕES

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 172788/2022, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



PROPOSTA COMERCIAL DE LOCAÇÃO

| | |
|-------|-----------------|
| Nº.: | 372 - PG / 2022 |
| DATA: | 03/06/2022 |

LOCADORA:

| | | | |
|--|------------------------|-----------------------|----------------|
| Razão Social: | | | |
| 2C CLIMATIZADORES EIRELI | | | |
| CNPJ/MF: | Insc. Estadual: | RG: | CPF/MF: |
| 29.732.469/0001-05 | 907.732.17-70 | 10.478.487-9 | 050.932.389-88 |
| Nome do representante legal: | | | |
| THIAGO GOES CANELLA | | | |
| Endereço: | | | |
| Av. Arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha, 531 - Jardim Higienópolis, Maringá - PR, 87053-330 | | | |
| Telefone/Fax: | Celular: | E-mail: | |
| (44) 3255-2070 | (44) 99707-0033 | mkt@respirenim.com.br | |

LOCATÁRIA:

| | | | |
|---|------------------------|------------------------------|----------------|
| Razão Social: | | Nome Fantasia: | |
| CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA | | CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA | |
| CNPJ/MF: | Insc. Estadual: | RG: | CPF/MF: |
| 78.316.064/0001-93 | | | |
| Nome do representante legal: | | | |
| | | | |
| Endereço: | | | |
| Rua Governador Parigot de Souza, 145 - Centro Cívico, Londrina - PR, Brasil | | | |
| Telefone/Fax: | Celular: | E-mail: | |
| (43) 3374-1324 | | gabrielcandeva@cml.pr.gov.br | |

DO PRODUTO E SERVIÇO:

| Produto ou serviço | Qtd | Preço unit. p/ semana | Preço total p/ semana | Qtd. Semanas Ano/Calendário | Total Anual |
|---|-----|-----------------------|-----------------------|-----------------------------|---------------|
| 5001 - CLIMATIZADOR EVAPORATIVO NI18.000 P/ LOCAÇÃO | | | | | |
| Modelo: NI18.000 | | | | | |
| Instalação: Móvel | | | | | |
| Vazão: 18.000m3/h | | | | | |
| Voltagem: 220V | | | | | |
| Reservatório: 70lts | 4 | R\$ 310,00 | R\$ 1.240,00 | 52 | R\$ 64.480,00 |
| Consumo: 10lts/h | | | | | |
| Largura de frente: 86cm | | | | | |
| Largura de fundo: 1,12m | | | | | |
| Altura sem reservatório: 1,40m | | | | | |
| Altura com reservatório: 1,97m | | | | | |
| Profundidade: 67cm | | | | | |

**DO LOCAL E VIGÊNCIA:**

| | | | |
|------------------|---|---------------------------------|----------------------------------|
| Local: | Rua Governador Parigot de Souza, 145 - Centro Cívico, Londrina - PR, Brasil | | |
| Vigência: | Previsão de montagem: | Previsão de desmontagem: | Prazo reparos/manutenção: |
| 52 SEMANAS | CONFORME EMPENHO | CONFORME EMPENHO | 180 DIAS |

DO PREÇO E PAGAMENTO:

| | | | |
|------------------------------------|------------------------------------|-------------------------------------|------------------------------|
| Valor total produto(s) R\$: | Valor total serviço(s) R\$: | Valor total da proposta R\$: | Validade da proposta: |
| 64.480,00 | 0,00 | 64.480,00 | 30 DIAS |
| Forma de pagamento: | TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA | | |

VISTOS:

2C
CLIMATIZADORES
S EIRELI:
29732469000105

Assinado digitalmente por 2C CLIMATIZADORES
 EIRELI:29732469000105
 DN: C=BR, O=ICP-Brasil, S=PR, L=MARINGA,
 OU=34173682000318, OU=Secretaria da Receita
 Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1,
 OU=presencial, CN=2C CLIMATIZADORES
 EIRELI:29732469000105
 Razão: Eu sou o autor deste documento
 Localização: sua localização de assinatura aqui
 Data: 2022-06-03 17:28:42
 Foxit Reader Versão: 9.7.0

2C CLIMATIZADORES EIRELI

CNPJ: 29.732.469/0001-05

13/06/2022 15:30

Compras.gov.br - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO

Pregão Eletrônico

926708.82022 .6073 .4852 .179550



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

Ata de Realização do Pregão Eletrônico Nº 00008/2022 (SRP)

Às 14:00 horas do dia 03 de junho de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria nº 118/2021 de 07/07/2021, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 21/2022, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00008/2022. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1

Descrição: Locação aparelho ar condicionado

Descrição Complementar: Locação de climatizadores evaporativos, conforme Termo de Referência.

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 208

Valor Máximo Aceitável: R\$ 333,7500

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,01

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: 2C CLIMATIZADORES EIRELI, pelo melhor lance de R\$ 315,0000 e com valor negociado a R\$ 310,0000 e a quantidade de 208 UNIDADE .

Histórico

Item: 1 - Locação aparelho ar condicionado

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

| CNPJ/CPF | Fornecedor | ME/EPP Equiparada | Declaração ME/EPP | Quantidade | Valor Unit. | Valor Global | Data/Hora Registro |
|--|--------------------------|-------------------|-------------------|------------|--------------|-----------------|---------------------|
| 29.732.469/0001-05 | 2C CLIMATIZADORES EIRELI | Sim | Não | 208 | R\$ 315,0000 | R\$ 65.520,0000 | 03/06/2022 08:28:42 |
| Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Climatizador Evaporativo Portátil com vazão de 18.000m3/h Modelo: NI18.000 Funções: Refrigeração do ar (climatização), Ventilação e umidificação do ar (sem vapor ou gotículas de água) Instalação: Móvel Vazão: 18.000m3/h Voltagem: 220V Reservatório: 70lts Consumo: 10lts/h Largura de frente: 86cm Largura de fundo: 1,12m Altura sem reservatório: 1,40m Altura com reservatório: 1,97m Profundidade: 67cm Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | | |

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

| Valor do Lance | CNPJ/CPF | Data/Hora Registro |
|----------------|--------------------|-------------------------|
| R\$ 315,0000 | 29.732.469/0001-05 | 03/06/2022 14:00:00:830 |

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

| Evento | Data | Observações |
|-----------------------------------|---------------------|--|
| Encerramento análise de propostas | 03/06/2022 14:01:30 | Item com análise de propostas finalizada. |
| Abertura | 03/06/2022 14:05:01 | Item aberto para lances. |
| Encerramento sem prorrogação | 03/06/2022 14:15:02 | Item aguardando decisão sobre reinício ou encerramento da etapa aberta. |
| Encerramento etapa aberta | 03/06/2022 14:15:20 | Item com etapa aberta encerrada. |
| Encerramento | 03/06/2022 14:15:20 | Item encerrado para lances. |
| Aceite de proposta | 03/06/2022 | Aceite individual da proposta. Fornecedor: 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ/CPF: |

13/06/2022 15:30

Compras.gov.br - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO

| | | |
|--|---------------------|--|
| | 14:26:21 | 29.732.469/0001-05, pelo melhor lance de R\$ 315,0000. |
| Negociação de valor | 03/06/2022 14:26:49 | Alteração na negociação da proposta. Fornecedor: 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ/CPF: 29.732.469/0001-05, pelo melhor lance de R\$ 315,0000 e com valor negociado a R\$ 310,0000. Motivo: Negociação de valor |
| Abertura do prazo - Convocação anexo | 03/06/2022 14:38:51 | Convocado para envio de anexo o fornecedor 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ/CPF: 29.732.469/0001-05. |
| Encerramento do prazo - Convocação anexo | 03/06/2022 15:01:17 | Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ/CPF: 29.732.469/0001-05. |
| Abertura do prazo - Convocação anexo | 03/06/2022 16:57:49 | Convocado para envio de anexo o fornecedor 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ/CPF: 29.732.469/0001-05. |
| Encerramento do prazo - Convocação anexo | 03/06/2022 17:32:46 | Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ/CPF: 29.732.469/0001-05. |
| Abertura do prazo - Convocação anexo | 03/06/2022 18:09:46 | Convocado para envio de anexo o fornecedor 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ/CPF: 29.732.469/0001-05. |
| Encerramento do prazo - Convocação anexo | 06/06/2022 15:05:59 | Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ/CPF: 29.732.469/0001-05. |
| Habilitação de fornecedor | 07/06/2022 14:09:25 | Habilitação individual da proposta. Fornecedor: 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ/CPF: 29.732.469/0001-05, pelo melhor lance de R\$ 315,0000 e com valor negociado a R\$ 310,0000. |

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens

| | Data | Mensagem |
|--------------------|---------------------|--|
| Sistema | 03/06/2022 14:00:00 | A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados. |
| Sistema | 03/06/2022 14:04:01 | Etapas de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados. |
| Sistema | 03/06/2022 14:04:01 | A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados. |
| Sistema | 03/06/2022 14:05:01 | O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances. |
| Sistema | 03/06/2022 14:15:02 | O item 1 está aguardando decisão de reinício ou encerramento da etapa aberta pelo pregoeiro. |
| Sistema | 03/06/2022 14:15:20 | O item 1 está encerrado. |
| Sistema | 03/06/2022 14:15:24 | A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade". |
| Pregoeiro | 03/06/2022 14:17:21 | Para 2C CLIMATIZADORES EIRELI - Boa tarde. O que seria possível melhorar na proposta? Sugiro R\$ 250,00. |
| 29.732.469/0001-05 | 03/06/2022 14:20:24 | Boa tarde Sr. Pregoeiro! A proposta já está bastante apertada para nós, fica difícil abaixar mais além do que foi ofertado |
| Pregoeiro | 03/06/2022 14:21:03 | Para 2C CLIMATIZADORES EIRELI - Certo. Poderíamos fechar em R\$ 300,00 então? |
| 29.732.469/0001-05 | 03/06/2022 14:23:56 | Sr pregoeiro, infelizmente o máximo que conseguimos baixar a proposta seria para R\$ 310 |
| Pregoeiro | 03/06/2022 14:25:50 | Para 2C CLIMATIZADORES EIRELI - Ok. Vou atualizar para R\$ 310,00 no sistema |
| 29.732.469/0001-05 | 03/06/2022 14:26:25 | ok |
| Pregoeiro | 03/06/2022 14:38:20 | Enquanto termino a analise da documentação, vou solicitar o envio da proposta atualizada com o valor final |
| Sistema | 03/06/2022 14:38:51 | Senhor fornecedor 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ/CPF: 29.732.469/0001-05, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1. |
| Sistema | 03/06/2022 15:01:17 | Senhor Pregoeiro, o fornecedor 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ/CPF: 29.732.469/0001-05, enviou o anexo para o ítem 1. |
| Pregoeiro | 03/06/2022 16:56:08 | A proposta atualizada apresentada pela empresa não está assinada e nem contém os dados da empresa. |
| Pregoeiro | 03/06/2022 | Vou solicitar novamente o encaminhamento da proposta atualizada, com os dados da |



13/06/2022 15:30

Compras.gov.br - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO

| | | |
|-----------|---------------------|--|
| | 16:56:59 | empresa e assinada. |
| Sistema | 03/06/2022 16:57:49 | Senhor fornecedor 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ/CPF: 29.732.469/0001-05, solicito o envio do anexo referente ao item 1. |
| Sistema | 03/06/2022 17:32:46 | Senhor Pregoeiro, o fornecedor 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ/CPF: 29.732.469/0001-05, enviou o anexo para o item 1. |
| Pregoeiro | 03/06/2022 17:51:27 | A proposta encaminha está apta e a empresa pode ser classificada. |
| Pregoeiro | 03/06/2022 17:53:00 | Com relação à habilitação, os documentos apresentados são adequados à comprovação das exigências do edital, com exceção da certidão de Pessoa Jurídica do CREA, que foi apresentada fora do prazo de validade. |
| Pregoeiro | 03/06/2022 17:53:25 | Essa situação demanda a inabilitação da empresa. |
| Pregoeiro | 03/06/2022 17:56:29 | Entretanto, considerando que essa é a segunda licitação realizada para o objeto (haja vista que a tentativa anterior resultou fracassada), e que a única licitante presente não foi habilitada, é possível aplicar o art. 48, § 3º da Lei 8.666/1993 pelo qual é possível convocar o licitante inabilitado a apresentar a documentação faltante no prazo de 8 dias úteis |
| Pregoeiro | 03/06/2022 17:59:44 | Assim, considerando o dispositivo citado, vou conceder o prazo de 8 dias úteis para que a empresa 2C CLIMATIZADORES EIRELI apresente a certidão de pessoa jurídica do CREA em vigência. |
| Pregoeiro | 03/06/2022 18:06:04 | Assim, o prazo para envio da certidão faltante é até o dia 15/06/2022 (quarta-feira), 14:00. Nesse mesmo horário a sessão será reaberta para julgamento da habilitação e decisão final. |
| Pregoeiro | 03/06/2022 18:06:33 | Vou deixar a convocação em aberto até o dia 15/06 para que a empresa encaminha o documento antes, se possível. |
| Pregoeiro | 03/06/2022 18:06:50 | Assim, vou suspender a sessão, mas deixar a convocação de anexo em aberto. |
| Sistema | 03/06/2022 18:09:46 | Senhor fornecedor 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ/CPF: 29.732.469/0001-05, solicito o envio do anexo referente ao item 1. |
| Pregoeiro | 03/06/2022 18:10:10 | Sessão suspensa. A convocação ficará em aberto. |
| Sistema | 06/06/2022 15:05:59 | Senhor Pregoeiro, o fornecedor 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ/CPF: 29.732.469/0001-05, enviou o anexo para o item 1. |
| Pregoeiro | 06/06/2022 17:30:49 | Considerando que a empresa apresentou antes do prazo final o documento exigido e considerando que é a única participante do certame, vamos antecipar a sessão para decisão final sobre habilitação para 07/06/2022 às 14:00. |
| Pregoeiro | 07/06/2022 14:05:26 | Boa tarde, vamos retomar a sessão. |
| Pregoeiro | 07/06/2022 14:06:42 | Considerando que a empresa 2C CLIMATIZADORES EIRELI apresentou a documentação faltante, pode agora ser declarada habilitada. |
| Pregoeiro | 07/06/2022 14:07:02 | Classificada e habilitada, a empresa 2C CLIMATIZADORES EIRELI é a vencedora do certame. |
| Pregoeiro | 07/06/2022 14:07:19 | Vou abrir a oportunidade de recurso administrativo. |
| Sistema | 07/06/2022 14:09:25 | Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'. |
| Pregoeiro | 07/06/2022 14:09:47 | Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 07/06/2022 às 14:50:00. |
| Pregoeiro | 07/06/2022 15:14:42 | Considerando que nenhum interessado apresentou intenção de recurso, adjudico o objeto do certame à empresa 2C CLIMATIZADORES EIRELI |
| Pregoeiro | 07/06/2022 15:14:51 | Vou encerrar a sessão. |

Eventos do Pregão

| Evento | Data/Hora | Observações |
|--------------------------------------|---------------------|---|
| Alteração equipe | 26/05/2022 14:19:53 | |
| Abertura da sessão pública | 03/06/2022 14:00:00 | Abertura da sessão pública |
| Encerramento da análise de propostas | 03/06/2022 14:04:01 | Etapa de análise de propostas encerrada. |
| Julgamento de propostas | 03/06/2022 14:15:24 | Início da etapa de julgamento de propostas |
| Abertura do prazo | 07/06/2022 14:09:25 | Abertura de prazo para intenção de recurso |
| Fechamento do | 07/06/2022 | Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 07/06/2022 às |



-Luiz Fernando Moraes Marendaz,Técnico Legislativo em 14-06-2022 às 19:10:19
-Gabriel Cazado Candreva,Técnico Legislativo em 14-06-2022 às 19:11:34
-Angelica Tiemi Nakai,Técnico Legislativo em 15-06-2022 às 13:05:33
-Allana Ferreira de Andrade Melanda,Técnico Legislativo em 15-06-2022 às 13:11:22

13/06/2022 15:30

Compras.gov.br - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO

| | | |
|-------|----------|-----------|
| prazo | 14:09:47 | 14:50:00. |
|-------|----------|-----------|

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 15:27 horas do dia 07 de junho de 2022, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

LUIZ FERNANDO MORAES MARENDZ
Pregoeiro Oficial

GABRIEL CAZADO CANDREVA
Equipe de Apoio

ALLANA FERREIRA DE ANDRADE MELANDA
Equipe de Apoio

ANGELICA TIEMI NAKAI
Equipe de Apoio



Imprimir o
Relatório

Voltar





CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 08/2022 – Processo Administrativo nº. 21/2022

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos – Ampla Concorrência.

1. Súmula para publicação:

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2022

O Pregoeiro, devidamente designado pela Portaria nº. 118/2021, instaurou a sessão do Pregão Eletrônico em epígrafe, na data e horário fixados pelo Edital, para a abertura e julgamento das propostas. Aberta a sessão, constatou-se que foi apresentada apenas uma proposta inicial para o item único do certame, da empresa 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ nº: 29.732.469/0001-05, cujo valor foi de R\$ 315,00/unidade; após negociação com o Pregoeiro, reduziu sua proposta para o valor unitário de R\$ 310,00, conforme segue:

| Item | Descrição | Qtd. | Empresa Vencedora | V. Unitário | V. Total |
|-------|--|------|---|-------------|---------------|
| Único | Locação de Climatizador Evaporativo Móvel, conforme Termo de Referência. | 208 | 2C CLIMATIZADORES EIRELI CNPJ Nº. 29.732.469/0001-05 | R\$ 310,00 | R\$ 64.480,00 |

Quanto à habilitação, a empresa apresentou certidão de pessoa jurídica do CREA fora da data de validade, sendo inabilitada. Entretanto, como essa era a segunda licitação para o mesmo objeto desse ano (devido ao fato do Pregão Eletrônico 03/2022 ter restado fracassado), o Pregoeiro aplicou o art. 48, § 3º da Lei 8.666/1993 e permitiu que a empresa apresentasse a documentação do CREA no prazo de 8 dias úteis.

Apresentada certidão válida, a empresa foi considerada habilitada; e considerando que não houve intenção de recurso, a empresa 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ nº: 29.732.469/0001-05, foi declarada vencedora do certame e foi-lhe adjudicado o objeto.

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses, a contar da data seguinte à de sua publicação. Por fim, informa-se que a íntegra dos autos estará disponível para consulta após a finalização do processo. Londrina, 15 de junho de 2022. Pregoeiro – Luiz Fernando Moraes Marendaz.



2. Da fase interna

O Processo Administrativo nº. 21/2022 foi autuado para atender à determinação, da Presidência da Câmara Municipal de Londrina, de republicação do Edital do Pregão Eletrônico nº. 03/2022 (de mesmo objeto), em **ampla concorrência** (seq. 1.3, fl. 06).

Os seguintes documentos foram aproveitados do Processo Administrativo nº. 02/2022: Parecer Jurídico, Termo de Declaração de Licitação Fracassada, Termo de Referência, Despacho de Autorização para Abertura de Processo Licitatório, Despacho de Designação de Gestor de Contrato, Relatório de Preços, Informação acerca de Dotação Orçamentária, Portaria nº. 118/2021 e Termo de Fixação de Preço Máximo (seqs. 1.2-2.3 e 2.8, fls. 02-28 e 81).

Após novo Parecer Jurídico (seq. 2.7, fls. 78-80), o Edital, devidamente assinado pela Diretoria-Geral, foi publicado no site da Câmara Municipal de Londrina, no Jornal Oficial deste Município e no Portal de Compras do Governo Federal (seqs. 3.1 a 3.4, fls. 83-132), com sessão agendada para o dia 03/06/2022, às 14 horas.

3. Da fase externa

A fase externa da licitação está devidamente narrada na Ata da Sessão (seq. 4.6, fls. 173-176).

Considerando que a única proponente apresentou certidão de pessoa jurídica do CREA vencida, foi inabilitada. Entretanto, como essa era a segunda licitação para o mesmo objeto desse ano (devido ao fato do Pregão Eletrônico 03/2022 ter restado fracassado), o Pregoeiro aplicou o art. 48, § 3º da Lei 8.666/1993 e permitiu que a empresa apresentasse a documentação do CREA no prazo de 8 dias úteis.

Desse modo, a empresa 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ nº: 29.732.469/0001-05, foi declarada habilitada e vencedora do certame pelo valor global de R\$ 64.480,00, conforme tabela abaixo:

| 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ nº 29.732.469/0001-05 | | | | |
|--|--|----------------|------|---------------|
| Item | Descrição | Valor unitário | Qtd. | Valor total |
| 1 | Locação de Climatizador Evaporativo Móvel, conforme Termo de Referência. | R\$ 310,00 | 208 | R\$ 64.480,00 |
| VALOR TOTAL | | | | R\$ 64.480,00 |



Assinado eletronicamente por:

-Luiz Fernando Moraes Marendaz,Técnico Legislativo em 15-06-2022 às 15:52:06

Assim sendo, encaminham-se os autos do presente processo para análise da Assessoria Jurídica e, após, para homologação da licitação pelo Presidente desta Casa.

Londrina, 15 de junho de 2022.

Luiz Fernando Moraes Marendaz
Pregoeiro





Câmara Municipal de Londrina ***Estado do Paraná***

PARECER JURÍDICO¹

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2022

INTERESSADO: Departamento de Suprimentos e Patrimônio

ASSUNTO: Licitação, na modalidade de pregão eletrônico, para registro de preços de serviços de locação de climatizadores

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO –
LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO –
REGISTRO DE PREÇOS –
CLIMATIZADORES – FASE EXTERNA –
HOMOLOGAÇÃO

1. RELATÓRIO

O Departamento de Suprimentos e Patrimônio da Casa envia para análise o processo administrativo nº 21/20220, que encerra os atos do Pregão Eletrônico nº 8/2022, cujo objeto foi o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.

O objeto deste parecer encerra o exame dos atos procedimentais realizados na fase externa da licitação.

Submetido anteriormente à Assessoria Jurídica (seq. 2.7), aprovou-se a minuta do edital e do contrato.

Após autorização do Diretor-Geral, o aviso resumido do edital definitivo da licitação, convocando os interessados para o certame, fora publicado em 23 de maio de 2022 no Jornal Oficial do Município (Edição n.º 4640 pág. 103) e no portal de compras do SIASG. Não há publicação no Diário Oficial do Estado em razão do permissivo disposto no § 2º do art. 2º da Lei Complementar Estadual n.º 137/2011.

O certame foi aberto no dia 3 de fevereiro de 2022, por meio da plataforma Comprasnet, e dele sagrou-se vencedora a empresa 2C CLIMATIZADORES EIRELI.

Antes, porém, mais precisamente na fase de habilitação, o pregoeiro constatou que a empresa não havia apresentado certidão válida de seu registro junto ao CREA, documento exigido pelo item 9.11 do edital.

¹ Parecer 21/2020 (numeração interna)





Câmara Municipal de Londrina ***Estado do Paraná***

Mas como a licitante foi a única participante, o pregoeiro acertadamente utilizou-se do previsto no art. 48, § 3º da Lei 8.666/1993, convocando o licitante inabilitado a apresentar a documentação faltante no prazo de 8 dias úteis, o que foi cumprido (fl. 175).

O processo agora é encaminhado a esta Assessoria para manifestação antes da sua homologação.

É o relatório.

2. ANÁLISE

Compulsando os autos, verifico que os atos externos do Pregoeiro se afeiçoam ao ordenamento jurídico, contendo o procedimento os documentos essenciais à classificação e habilitação das licitantes vencedoras exigidos no edital.

Isso vale para sua decisão de conceder ao licitante prazo de 8 dias para que apresentasse documento faltante, pois se valeu do previsto no art. 48, § 3º da Lei 8.666/1993, que permite que a administração fixe aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação quando todos forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas.

Conclui-se, então, que foram atendidas as prescrições legais, tendo o procedimento seguido todos os atos componentes de sua fase externa, segundo uma análise estritamente formal.

3. CONCLUSÃO

Considerando o exposto e a conclusão *retro*, opino pela homologação do certame.

Este é parecer, salvo melhor entendimento da autoridade superior.

Londrina, 21 de junho de 2022.

Rafael Carvalho Neves dos Santos
Advogado da CML
OAB/PR 66.939





CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 08/2022 – Processo Administrativo nº. 21/2022

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.

Diante do Relatório do Pregoeiro (seq. 5.1, fls. 177-179) e do Parecer Jurídico (seq. 5.2, fls. 180-181), **homologo** o resultado do Pregão Eletrônico em epígrafe para a seguinte empresa e o respectivo item a ela adjudicado, de acordo com as informações abaixo:

| 2C CLIMATIZADORES EIRELI CNPJ nº 29.732.469/0001-05 | | | | |
|--|--|----------------|------|---------------|
| Item | Descrição | Valor Unitário | Qtd. | Valor Total |
| Único | Locação de Climatizador Evaporativo Móvel, conforme Termo de Referência. | R\$ 310,00 | 208 | R\$ 64.480,00 |
| VALOR TOTAL | | | | R\$ 64.480,00 |

Londrina, 21 de junho de 2022.

Jairo Tamura
Presidente



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 29.732.469/0001-05

Razão Social: 2C CLIMATIZADORES EIRELI

Endereço: AV GUEDNER 3010 / PARQUE DA GAVEA / MARINGA / PR / 87053-265

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/06/2022 a 09/07/2022

Certificação Número: 2022061001381406919152

Informação obtida em 21/06/2022 16:42:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICOGOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE LONDRINA**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico**

Nº 00008/2022 (SRP)

Às 14:25 horas do dia 22 de junho de 2022, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. JAIRO TAMURA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 21/2022, Pregão nº 00008/2022.

Resultado da Homologação**Item: 1****Descrição:** Locação aparelho ar condicionado**Descrição Complementar:** Locação de climatizadores evaporativos, conforme Termo de Referência.**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 208**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 333,7500**Situação:** Homologado**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Intervalo Mínimo entre Lances:** R\$ 0,01

Adjudicado para: 2C CLIMATIZADORES EIRELI , pelo melhor lance de R\$ 315,0000 , com valor negociado a R\$ 310,0000 e a quantidade de 208 UNIDADE .

Eventos do Item

| Evento | Data | Nome | Observações |
|------------|------------------------|-----------------|---|
| Adjudicado | 07/06/2022 15:27:39 | - | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ/CPF: 29.732.469/0001-05, Melhor lance: R\$ 315,0000, Valor Negociado: R\$ 310,0000 |
| Homologado | 22/06/2022 14:25:29 | JAIRO TAMURA | |

Fim do documento

➤ PREGÃO ELETRÔNICOGOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE LONDRINA**Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico****Nº 00008/2022 (SRP)**

Às 15:27 horas do dia 07 de junho de 2022, após analisado o resultado do Pregão nº 00008/2022, referente ao Processo nº 21/2022, o pregoeiro, Sr(a) LUIZ FERNANDO MORAES MARENDZ, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

****OBS:** Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

Resultado da Adjudicação**Item: 1****Descrição:** Locação aparelho ar condicionado**Descrição Complementar:** Locação de climatizadores evaporativos, conforme Termo de Referência.**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 208**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 333,7500**Situação:** Adjudicado**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Intervalo Mínimo entre Lances:** R\$ 0,01

Adjudicado para: 2C CLIMATIZADORES EIRELI , pelo melhor lance de R\$ 315,0000 , com valor negociado a R\$ 310,0000 e a quantidade de 208 UNIDADE .

Eventos do Item

| Evento | Data | Observações |
|------------|---------------------|---|
| Adjudicado | 07/06/2022 15:27:39 | Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ/CPF: 29.732.469/0001-05, Melhor lance: R\$ 315,0000, Valor Negociado: R\$ 310,0000 |

Fim do documento



Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2022

(Processo Administrativo nº 21/2022)

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.

Valor: R\$ 64.480,00 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais).

Validade: 12 (doze) meses, a contar do dia seguinte ao de sua publicação em Jornal Oficial.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.316.064/0001-93, com sede na Rua Gov. Parigot de Souza, nº. 145, Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto, CEP nº. 86.015-903, no Município de Londrina – PR, neste ato representado por seu Presidente, Vereador **Jairo Tamura**, portador da Cédula de Identidade nº 2020942 SSP/PR e do CPF nº 581.855.009-59, doravante denominada Contratante;

Em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico em epígrafe, conforme Relatório Final de Licitação e Termo de Homologação ratificado pelo Presidente da Câmara Municipal de Londrina;

Resolve firmar Ata de Registro de Preços com **2C CLIMATIZADORES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. 29.732.469/0001-05, com sede na Av. Arquiteto Nildo Ribeiro da Rocha, nº. 531, Jardim Ipanema, CEP nº. 87.053-330, no Município de Maringá – PR, neste ato representada pelo Sr. **Thiago Goes Canella**, portador da Cédula de Identidade nº 10.478.487-9 SSP/PR e do CPF nº 050.932.389-88, doravante denominada Contratada, nos seguintes termos:

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 – Londrina – PR





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto deste instrumento é o **Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos**, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Londrina, conforme especificações e quantidades estabelecidas no presente instrumento, e nos respectivos Termo de Referência e Edital com seus Anexos.
2. As disciplinas das especificações do objeto e dos serviços, das manutenções preventiva e corretiva, dos prazos e condições para sua execução, das obrigações da contratante e da contratada, das condições de pagamento e das sanções administrativas aplicáveis no curso da execução contratual estão previstas no Termo de Referência, documento que integra o presente instrumento, como se nele estivesse transcrito.
3. A existência de preços registrados não obriga a Câmara Municipal de Londrina a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta de recursos do orçamento vigente da Câmara Municipal de Londrina, conforme a seguinte classificação: Funcional programática: 01.010.01.031.0001.2001, Desdobramento: 33.90.39.12.00 – Locação de Máquinas e Equipamentos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

5. A contratação será realizada de acordo com as disposições do presente instrumento, e será executada por emissão de Nota de Empenho.
6. A Nota de Empenho deverá ser solicitada pelo Fiscal do Contrato.
- 6.1 O preço a ser empenhado deverá constar expressamente no pedido de empenho e deverá observar o preço registrado no presente instrumento.
- 6.2 O Fiscal do Contrato enviará, no endereço de *e-mail* da Contratada, Nota de Empenho a cada solicitação.
7. A Contratada deverá manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

8. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data seguinte à de sua publicação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO UNITÁRIO E DO VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9. Os preços unitário e total são:

| Item | Descrição | Valor Unitário | Qtd. | Valor Total |
|-------------|--|----------------|------|---------------|
| 1 | Locação de Climatizador Evaporativo Móvel, conforme Termo de Referência. | R\$ 310,00 | 208 | R\$ 64.480,00 |
| VALOR TOTAL | | | | R\$ 64.480,00 |

10. O presente instrumento possui valor total de **R\$ 64.480,00 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais).**

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

11. O prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo, pelo servidor designado a atuar como Fiscal do Contrato, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada.

12. A Nota Fiscal deverá ser apresentada junto com a entrega dos produtos.

13. Se houver erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

15. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a Ordem Bancária para pagamento.

16. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

Contratada, que porventura não tenha sido acordada na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

17. A fiscalização da contratação será exercida por representante da Câmara Municipal de Londrina, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e, quando necessário, dará ciência ao Gestor da contratação para tomar as medidas cabíveis.

17.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços será feita pela servidora Virginia Barboza Reis de Oliveira, matrícula nº. 2711, lotada no Departamento de Administração Predial.

18. Ao Fiscal do Contrato ficam designadas as seguintes atribuições:

18.1. Somente solicitar prestações da Contratada mediante a apresentação de Nota de Empenho.

18.2. Receber e indicar o número do empenho na fatura, caso a Contratada não o tenha feito.

18.3. Verificar se o valor discriminado na Nota Fiscal é o contratado, antes de remetê-la ao Departamento Financeiro.

18.4. Notificar o Gestor do Contrato caso identifique qualquer irregularidade para eventual instauração de procedimento administrativo para aplicação de penalidade.

19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

20. O Fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

21. A Gestão do Contrato será feita pela servidora Lilian Matsubara Denobi Vieira, matrícula 11018, e, substitutivamente, pela servidora Allana Ferreira de Andrade Melanda, matrícula 99970, ambas lotadas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio. E na ausência destas, a Gestão será realizada pela servidora Andréia Herculano do Prado da Silva, matrícula 99970, também lotada no Departamento de Suprimentos e Patrimônio.

CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22. A Contratada que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições da presente Ata de Registro de Preços ficará sujeita às penalidades do art. 7º. da Lei nº. 10.520/2002, bem como às





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº. 8.666/1993, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.

23. Nos termos do art. 87 da Lei nº. 8.666/1993 e do art. 7º. da Lei nº. 10.520/2002, pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a Contratada, garantida a defesa prévia, ficará sujeita às seguintes sanções:

23.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

23.2. **Multa Moratória de 5% (cinco por cento)** por dia útil de atraso injustificado, calculada sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis, por atrasos que prejudiquem o quantitativo de equipamentos em funcionamento.

23.3. **Multa Moratória de 2,5% (dois vírgula cinco por cento)** por dia útil de atraso injustificado, sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis, por atraso na entrega do PMOC e/ou da ART ou TRT e da rotina de análise da qualidade do ar no prazo estipulado no Termo de Referência ou atraso injustificado para a realização das manutenções previstas no PMOC ou da análise da qualidade do ar.

23.4. **Multa Moratória de 1,5% (um vírgula cinco por cento)** por dia útil de atraso injustificado, sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis, por atraso injustificado na retirada dos equipamentos após a solicitação da Fiscal do Contrato. Após esse período a contratante poderá pôr o equipamento em uso a título de ressarcimento pela guarda.

23.5. **Multa Compensatória de 50% (cinquenta por cento)** calculada sobre o valor total da Nota de Empenho, pela injustificada inexecução do objeto desta contratação.

23.6. **Suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Londrina por até 2 (dois) anos.

23.7. **Impedimento** de licitar e contratar com o Município de Londrina por até 5 (cinco) anos.

23.8 **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nos itens anteriores.

24. Comete infração administrativa punível com impedimento de licitar, nos termos da Lei nº. 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

24.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a Nota de Empenho ou não assinar o Termo de Contrato decorrente da Ata de Registro de Preços;





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

- 24.2. Apresentar documentação falsa;
- 24.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 24.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 24.5. Não manter a proposta;
- 24.6. Cometer fraude fiscal;
- 24.7. Comportar-se de modo inidôneo.
25. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Microempresa/Empresa de Pequeno Porte ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
26. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
27. A entrega do objeto em desacordo ao Edital não descaracteriza a mora, que continuará sendo contada sem interrupção até a entrega de objeto adequado ao especificado pela Administração no instrumento convocatório.
28. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
29. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo, que assegurará o contraditório e a ampla defesa, instaurado por despacho do Diretor-Geral e julgado pelo Presidente da Câmara Municipal de Londrina.
30. Aplica-se subsidiariamente ao procedimento de penalização previsto em Edital, o procedimento previsto na Lei nº. 8.666, de 1993, e analogicamente o previsto na Lei nº. 9.784, de 1999.
31. Previamente à aplicação de qualquer penalidade poderá a Contratada apresentar defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data em que for notificada a respeito.
- 31.1 Da decisão que aplicar a penalidade caberá um único recurso ao Presidente da Câmara Municipal de Londrina, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
32. Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, far-se-á a comunicação escrita à empresa e publicação no Jornal Oficial do Município de Londrina (exceto nos casos de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado em cadastro correspondente.
33. O prazo para pagamento da multa será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da notificação para recolhimento do valor.
34. A importância relativa ao valor da multa será corrigida pelo IPCA-E (Índice Nacional de





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

Preços ao Consumidor Amplo Especial), a partir dos respectivos fatos geradores.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

35. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993, exceto no que se refere ao §1º do referido artigo.

36. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Departamento de Suprimentos e Patrimônio promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº. 8.666, 1993, e submeter a decisão à Presidência.

37. Quando os preços registrados tornarem-se superiores aos preços praticados no mercado por motivo superveniente, o Departamento de Suprimentos e Patrimônio convocará o prestador para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

38. Se o prestador não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante despacho da Presidência.

39. Quando os preços de mercado tornarem-se superiores aos preços registrados e o prestador não puder cumprir o compromisso, a Presidência decidirá por:

39.1. Liberar o prestador do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido do objeto, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

39.2. Convocar os demais prestadores para assegurar igual oportunidade de negociação;

39.3. Proceder a revisão dos preços registrados a fim de possibilitar o cumprimento das obrigações, desde que o requerimento do fornecedor/prestador seja devidamente documentado (por exemplo, Notas Fiscais e documentos de fabricantes), de forma suficiente para comprovar: (a) Elevação dos encargos do particular; (b) Ocorrência de evento posterior à assinatura da Ata de Registro de Preços; (c) Nexa causal entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos; (d) Imprevisibilidade da ocorrência do evento ou dos efeitos do evento.

40. Se não houver êxito nas negociações, o Departamento de Suprimentos e Patrimônio, mediante decisão da Presidência, deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

41. A Contratada terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

41.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;





Câmara Municipal de Londrina Estado do Paraná

41.2. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

41.3. Não manter as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

42. A Contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA ONZE – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

43. Consoante o artigo 45 da Lei nº. 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

CLÁUSULA DOZE – DOS ANEXOS E DOS CASOS OMISSOS

44. Constituem documentos anexos a este instrumento: o Edital do Processo Licitatório, os Anexos que o compõem (principalmente o Termo de Referência), a proposta comercial e quaisquer informações prestadas por escrito pelo Prestador com preço registrado.

45. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº. 10.520, de 2002, Lei nº. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, Lei Complementar nº. 123, de 2006, e da Lei nº. 8.666, de 1993, subsidiariamente.

CLÁUSULA TREZE – DA PUBLICAÇÃO

46. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação do extrato deste instrumento no Jornal Oficial do Município de Londrina, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA QUATORZE – DO FORO

47. O foro para dirimir questões relativas ao presente instrumento será o da Comarca de Londrina, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Londrina, 22 de junho de 2022.

Jairo Tamura
Presidente da Câmara Municipal de Londrina

Thiago Goes Canella
Representante Legal

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 – Londrina – PR

2C
CLIMATIZADOR
ES EIRELI:
29732469000105

Assinado digitalmente por 2C CLIMATIZADOR
29732469000105
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, S=PR, L=MARINGÁ,
OU=3417368200318, OU=Secretaria de Reg.
do Brasil, RFB, OU=RFB e CNPJ A1, CN=2C
CLIMATIZADORES EIRELI/29732469000105
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022-06-22 16:45:25
Font: Reader Versão: 9.7.0

Assinado eletronicamente por:

-Jairo Tamura, Presidente da Câmara em 23-06-2022 às 01:08:46

Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

SEÇÃO I – DO OBJETO

- 1 O presente termo de referência tem como objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos que serão utilizados na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Londrina.
- 2 A locação inclui as manutenções preventivas e corretivas e substituições que se fizerem necessárias à continuidade dos serviços.
- 3 A existência de preços registrados não obriga a Câmara Municipal de Londrina a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

SEÇÃO II – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- 4 O climatizador evaporativo deve apresentar as seguintes características:
 - 4.1 Móvel.
 - 4.2 Com grade móvel que possibilite o direcionamento de ar.
 - 4.3 Controle de velocidade do ar.
 - 4.4 Fluxo de ar (vazão) de 18.000m³/h.
 - 4.5 Possibilidade de ajuste da vazão de ar.
 - 4.6 Capacidade total do **reservatório de água de no mínimo 70 litros**.
 - 4.7 Consumo de água de no máximo 10 litros/h.
 - 4.8 Caso a voltagem seja de 220v, é necessário o aparelho transformador, sendo o fornecimento deste de responsabilidade da contratada.
- 5 As medidas máximas do climatizador deverão ser de:
 - 5.1 largura de frente: 86cm.

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 - Londrina - PR

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=93770 e o número do documento=127980

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=96426 e o número do documento=132276

Assinado eletronicamente por:

-Jairo Tamura, Presidente da Câmara em 23-06-2022 às 01:08:46

Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

5.2 largura de fundo: 1,12m.

5.3 altura sem reservatório: 1,40m.

5.4 altura com reservatório: 1,97m.

5.5 profundidade: 67cm.

- 6 Caso o aparelho tenha um reservatório complementar, a empresa contratada deverá observar as medidas máximas informadas no item anterior no momento da instalação dos equipamentos.
- 7 Caso o aparelho fornecido possua as medidas superiores às das portas, a Contratada poderá desmontá-lo e remontá-lo no local onde serão instalados. No entanto, o aparelho depois de montado não poderá exceder as medidas máximas informadas neste Termo de Referência.
- 8 A contratada deverá fornecer manual do equipamento ou outro documento que comprove a capacidade de vazão do aparelho.

SEÇÃO III – DA JUSTIFICATIVA

- 9 A locação dos climatizadores visa amenizar o calor suportado pelos servidores, Vereadores, convidados e imprensa na Sala de Sessões, especialmente nos meses de outubro a junho, caracterizado por altas temperaturas.
- 10 A capacidade mínima do reservatório de água de no mínimo 70 litros e o consumo de água de no máximo 10 litros/hora são exigidos em virtude de dois aspectos: necessidade de climatizar o ambiente antes de sua utilização e duração mínima das sessões ser de 6 horas.
- 11 As medidas máximas dos aparelhos e dos reservatórios foram solicitadas para que os aparelhos sejam instalados na parte superior da Sala de Sessões, com portas de 86cm de largura e 2,0 metros de altura. Além disso, o local onde os aparelhos serão instalados tem uma profundidade máxima de 1,0m, e se for maior, poderá ocasionar acidentes.

SEÇÃO IV – DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 12 A locação de climatizadores compreende a disponibilização de aparelhos de climatização com tecnologia evaporativa, incluindo as manutenções e

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 - Londrina - PR

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=93770 e o número do documento=127980

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=96426 e o número do documento=132276

Assinado eletronicamente por:

-Jairo Tamura, Presidente da Câmara em 23-06-2022 às 01:08:46

Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

substituições que se fizerem necessárias à continuidade dos serviços, respeitados os prazos do presente Termo de Referência.

- 13 O quantitativo registrado (o máximo que poderá ser contratado simultaneamente) é de 4 (quatro) equipamentos e será indicado na Nota de Empenho.
- 14 A instalação inclui mão de obra especializada, materiais necessários, adaptadores de tomadas, recolhimento de resíduos, colocação dos aparelhos e testes necessários.
- 15 A contratada será responsável pela instalação de equipamentos de substituição e pelas manutenções (preventivas e corretivas) dos aparelhos enquanto permanecerem no prédio da contratante e deverão atender o disposto neste Termo.
 - 15.1 A contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho para entregar, instalar e colocar os equipamentos em funcionamento.
- 16 A expectativa é de que nos meses de calor intenso na cidade de Londrina a locação seja contínua e no quantitativo máximo de aparelhos registrados.
- 17 O cálculo do valor devido por período locado, a título remuneração pelo serviço de locação, será aferido por dia de equipamento efetivamente disponível para utilização da contratante.
- 18 **O valor mínimo devido por equipamento locado é o equivalente a locação pelo período de 7 (sete) dias.**
- 19 A remuneração é devida a partir do dia do recebimento provisório, até o envio da notificação, por e-mail de que o equipamento está à disposição para retirada.
- 20 Quando um ou mais equipamentos se apresentarem desnecessários o fiscal do contrato notificará a contratada, por e-mail, informando que o equipamento encontra-se à disposição.

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 - Londrina - PR

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=93770 e o número do documento=127980

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=96426 e o número do documento=132276

Assinado eletronicamente por:

-Jairo Tamura, Presidente da Câmara em 23-06-2022 às 01:08:46

Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

- 21 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, caso a contratada queira deixar o equipamento nas dependências da contratante, no local onde fora instalado, poderá fazê-lo, sem remuneração – desde que a presença do equipamento não prejudique as atividades da Casa.
- 22 Quando do encerramento da vigência da Ata de Registro de Preços ou quando a presença do equipamento prejudicar as atividades da Casa, a notificação que informa da disponibilidade dos equipamentos concederá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a retirada dos equipamentos.
- 23 Em casos excepcionais, a empresa poderá solicitar, por e-mail, a permanência dos equipamentos no prédio da contratante e o fiscal do contrato decidirá sobre a possibilidade de cada caso.
- 24 A entrega, instalação, manutenção e retirada dos equipamentos não poderá ser realizada nos horários de sessões ou outros eventos.

SEÇÃO V – DA LEGISLAÇÃO REFERENTE AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

- 25 As manutenções preventivas ou corretivas dos climatizadores deverão atender as seguintes legislações:
 - 25.1 Lei nº 13.589/2018 que dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes.
 - 25.2 Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde que aprova Regulamento Técnico contendo medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza, remoção de sujidades por métodos físicos e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os componentes dos sistemas de climatização, para garantir a Qualidade do Ar de Interiores e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados e seu anexo.
 - 25.3 Resolução - RE nº 9/2003 – ANVISA, que determina a publicação de Orientação Técnica elaborada por Grupo Técnico Assessor, sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo.
 - 25.4 Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no artigo

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 - Londrina - PR

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link: <https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=93770 e o número do documento=127980

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link: <https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=96426 e o número do documento=132276

Assinado eletronicamente por:

-Jairo Tamura, Presidente da Câmara em 23-06-2022 às 01:08:46

Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

7º da Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde.

25.5 Demais normas que sejam aplicadas ao objeto desta contratação ou que sejam aprovadas posteriormente.

SEÇÃO VI – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

- 26 Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados por profissionais especializados e legalmente habilitados, com métodos, materiais e equipamentos específicos que atendam a demanda da Câmara Municipal de Londrina.
- 27 Os serviços deverão obedecer as normas técnicas vigentes e as recomendações dos fabricantes.
- 28 A responsabilidade técnica pela execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva será integralmente da empresa e do responsável técnico indicado por esta, podendo ser:
 - 28.1 Ambos com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – CREA-PR ou, se de outro Estado, com autorização para atuar no Paraná.
 - 28.2 Ambos com registro no Conselho Federal ou Regional de Técnicos Industriais - CFT/CRT.
 - 28.2.1 O profissional habilitado pelo CFT/CRT poderá ser Técnico de Eletromecânica, Técnico de Mecânica Industrial, Técnico de Refrigeração ou Técnico de Climatização.
 - 28.3 A responsabilidade técnica da empresa será comprovada mediante a entrega da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA-PR ou pelo CFT/CRT na apresentação da habilitação, demonstrando a regularidade da situação da empresa na forma da legislação vigente.
 - 28.4 A responsabilidade técnica inclui a verificação e as adequações necessárias ao cumprimento de toda a legislação descrita neste Termo, além de outras que sejam aprovadas posteriormente.
- 29 A empresa contratada, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho, deverá encaminhar ao e-mail da fiscal do

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 - Londrina - PR

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=93770 e o número do documento=127980

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=96426 e o número do documento=132276

Assinado eletronicamente por:

-Jairo Tamura, Presidente da Câmara em 23-06-2022 às 01:08:46

Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

contrato:

- 29.1 Certidão de Registro de Pessoa Física ou outro documento que comprove a regularidade da situação do responsável técnico na forma da legislação vigente perante o CREA-PR ou perante o CFT/CRT.
 - 29.2 Comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa contratada pela Câmara, mediante a apresentação de cópia do registro de vínculo empregatício em Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços caso seja autônomo.
 - 29.3 Fotocópias dos documentos de identificação profissional e pessoal do responsável técnico.
 - 29.4 Número de telefone e e-mail da empresa para contato e solicitações.
- 30 Caso haja necessidade de substituição do responsável técnico pelos serviços, a empresa deverá comunicar, por e-mail, a fiscal do contrato com antecedência mínima de 3 (três) dias corridos e providenciar a nova ART ou o novo TRT e a documentação prevista nos itens anteriores no prazo máximo de 3 (três) dias corridos a contar do recebimento do e-mail pela fiscal do contrato.
- 30.1 Se durante a execução do contrato ocorrer o vencimento de algum documento elencado nos itens anteriores, a contratada deverá encaminhar documento atualizado no prazo máximo de 3 (três) dias corridos contados da data final de vigência do documento que expirou.

SEÇÃO VII – DO PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE (PMOC)

- 31 O PMOC deverá ser elaborado pelo responsável técnico indicado pela empresa e deverá ser entregue em meio físico, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho, ao e-mail da contratada.
- 31.1 A ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou TRT (Termo de Responsabilidade Técnica) deverá acompanhar o PMOC e deverá ser entregue também em meio físico no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho, ao e-mail da contratada.
- 31.2 A ART ou TRT deverá estar devidamente quitado (a) e com a descrição dos serviços inerentes a esta contratação.

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 - Londrina - PR

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link: <https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=93770 e o número do documento=127980

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link: <https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=96426 e o número do documento=132276

Assinado eletronicamente por:

-Jairo Tamura, Presidente da Câmara em 23-06-2022 às 01:08:46

Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

- 32 O PMOC deverá seguir a Lei nº 13.589/2018, a Portaria nº 3.523/1998 do Ministério da Saúde e a Resolução - RE nº 9/2003 – ANVISA, além de outras normas aplicáveis às características dos equipamentos.
- 33 No PMOC deverá constar a rotina de análise da qualidade do ar, conforme a Resolução - RE nº 9/2003 – ANVISA.
- 33.1 Esta rotina deverá ser entregue em meio físico e acompanhar o PMOC. Portanto, deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do envio da primeira Nota de Empenho ao e-mail da contratada.

SEÇÃO VIII – DA VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE DO AR – RESOLUÇÃO RE Nº 9/2003 – ANVISA

- 34 A contratada é responsável pelo cumprimento da Resolução - RE nº 9/2003 – ANVISA, e deverá cumprir a rotina estabelecida por técnico responsável.
- 35 A Contratada responsabiliza-se pela segurança e pela qualidade dos serviços de análise da qualidade do ar.
- 36 A análise da qualidade do ar deverá atender as características dos equipamentos e dos ambientes da contratante.
- 37 O serviço deverá ser realizado conforme a legislação vigente, com profissionais técnicos habilitados para os serviços.
- 38 O laudo de análise da qualidade do ar deverá ser entregue à fiscal do contrato ou encaminhado por e-mail, no prazo de até de 15 (quinze) dias corridos contados da coleta das amostras, obedecendo a frequência descrita no PMOC e deverá ser assinado pelos responsáveis técnicos da empresa autorizada a realizar os serviços.
- 38.1 O laudo deverá acompanhar a análise do responsável técnico da empresa contratada pela Câmara Municipal de Londrina, indicando a necessidade ou a manutenção da rotina de serviços.
- 38.2 Caso o responsável técnico informe a necessidade de alteração dos serviços, a contratada deverá providenciar as devidas adequações.
- 38.3 O prazo máximo para adequação do PMOC será de 5 (cinco) dias corridos

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 - Londrina - PR

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=93770 e o número do documento=127980

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=96426 e o número do documento=132276

Assinado eletronicamente por:

-Jairo Tamura, Presidente da Câmara em 23-06-2022 às 01:08:46

Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

contados do recebimento do laudo pela fiscal do contrato.

SEÇÃO IX – DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

- 39 A manutenção preventiva tem por finalidade conservar os equipamentos, mantendo-os em perfeitas condições de operação e higiene.
- 40 Os serviços de manutenção preventiva consistem na execução de procedimentos rotineiros estabelecidos no PMOC, mediante visitas previamente agendadas e deverão atender a periodicidade estabelecida pelo responsável técnico.
- 41 A manutenção será de caráter espontâneo, ou seja, não dependerão de chamados ou reclamações com periodicidade definida no PMOC.
- 42 Os serviços de manutenção preventiva deverão ocorrer independentemente de ter havido ou não manutenção corretiva no período.
- 43 Os serviços de manutenção preventiva devem ser realizados às segundas, quartas e sextas feiras, mediante prévio agendamento com a fiscal do contrato.
 - 43.1 Os serviços serão realizados em horários que não prejudiquem os trabalhos da Câmara.
 - 43.2 Os horários nos quais os serviços poderão ser realizados serão informados pela fiscal do contrato por e-mail.
 - 43.3 A empresa deverá informar os horários de início e de término dos serviços.
 - 43.4 De forma excepcional, a fiscal do contrato poderá autorizar a realização de serviços de manutenção preventiva às terças e quintas.
- 44 As visitas técnicas deverão obedecer a periodicidade estabelecida pelo responsável técnico no PMOC.
- 45 Todas as manutenções preventivas deverão ser anotadas no PMOC, de forma clara, organizada, sem rasuras e com as datas de realização dos serviços.
- 46 O preenchimento do PMOC deverá ocorrer no mês de realização dos serviços e não ultrapassar a vigência da Nota de Empenho do respectivo mês.
- 47 Caso seja necessária a retirada de algum equipamento do prédio da Câmara,

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 - Londrina - PR

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=93770 e o número do documento=127980

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=96426 e o número do documento=132276

Assinado eletronicamente por:

-Jairo Tamura, Presidente da Câmara em 23-06-2022 às 01:08:46

Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

para manutenção preventiva, a empresa é responsável pelo transporte e a reinstalação deverá ocorrer no mesmo dia.

SEÇÃO X – DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

- 48 A manutenção corretiva tem por finalidade a correção dos defeitos, incluindo a mão de obra e as substituições necessárias de partes, peças, componentes e/ou acessórios com defeitos, ausentes ou gastos pelo uso.
- 49 Os serviços de manutenção corretiva devem ser realizados às segundas, quartas e sextas feiras, mediante prévio agendamento com a fiscal do contrato, com prazo máximo de 3 (três) dias úteis para atendimento e correção do equipamento, a contar do envio do pedido por e-mail.
- 49.1 Os serviços serão realizados em horários que não prejudiquem os trabalhos da Câmara.
- 49.2 Os horários nos quais os serviços poderão ser realizados serão informados pela fiscal do contrato por e-mail.
- 49.3 Caso o termo final do prazo recaia em terças ou quintas-feiras, considerar-se-á prorrogado até o dia útil seguinte.
- 49.4 De forma excepcional, a fiscal do contrato poderá autorizar a realização de serviços de manutenção corretiva às terças e quintas.
- 49.5 Quando não for possível o conserto do aparelho, a contratada deverá realizar a substituição do equipamento no prazo máximo 3 (três) dias úteis a contar do envio da solicitação ao e-mail da contratada.
- 49.6 Caso o prazo para a substituição do equipamento ultrapasse 7 (sete) dias, o valor da locação correspondente será descontado da nota fiscal.

SEÇÃO XI - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

- 50 O recebimento provisório ocorrerá nos casos em que o equipamento for devidamente instalado, testado e com a entrega do PMOC, da ART ou TRT e da rotina de análise da qualidade do ar à fiscal do contrato.
- 51 O recebimento definitivo será efetuado pelo servidor designado a atuar como fiscal do contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da Nota Fiscal, e implicará no reconhecimento de que o serviço foi prestado nos

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 - Londrina - PR

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=93770 e o número do documento=127980

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=96426 e o número do documento=132276

Assinado eletronicamente por:

-Jairo Tamura, Presidente da Câmara em 23-06-2022 às 01:08:46

Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

termos da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da garantia do serviço.

- 52 O recebimento definitivo proferido sem que o equipamento esteja em posse da contratante é nulo, sem prejuízo de qualquer responsabilidade.
- 53 O prazo para proferir recebimento definitivo fica suspenso enquanto não entregues provisoriamente o quantitativo total de equipamentos previstos na Nota de Empenho ou a documentação necessária à correta manutenção.

SEÇÃO XII – DA VISTORIA

- 54 As proponentes poderão realizar vistoria prévia, mediante agendamento, arcando com o ônus de tal operação ou assumindo o risco de uma avaliação menos acurada, caso decida não realizá-la.
- 54.1 As vistorias deverão ser agendadas com o Departamento de Administração Predial pelo telefone (43) 3374-1340 ou pelo e-mail virginiareis@cml.pr.gov.br, de segunda a sexta-feira, das 13:00 às 18:00 e serão acompanhadas pela servidora Virginia Barboza Reis de Oliveira
- 55 A proponente que decidir não realizar a vistoria e, eventualmente subestimar sua proposta, incorrerá em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração Pública para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

SEÇÃO XIII– DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 56 A contratação será feita com base nos preços registrados na Ata de Registro de Preços – considerando o valor por semana, por equipamento licitado.
- 57 O prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo, pelo servidor designado a atuar como fiscal do contrato, da Nota Fiscal apresentada pela contratada.
- 58 A Nota Fiscal deverá ser apresentada até 5 (cinco) dias úteis após o término do período de locação descrito na Nota de Empenho.
- 59 O recebimento definitivo fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada pela contratada e do regular cumprimento das

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 - Londrina - PR

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=93770 e o número do documento=127980

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=96426 e o número do documento=132276

Assinado eletronicamente por:

-Jairo Tamura, Presidente da Câmara em 23-06-2022 às 01:08:46

Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

obrigações assumidas neste Termo de Referência.

- 60 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.
- 61 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 62 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 63 A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 64 A contratante poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

SEÇÃO XIV – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

- 65 A Contratada obriga-se a:
- 65.1 Efetuar a manutenção e a entrega dos equipamentos em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência.
- 65.2 Cumprir os prazos estipulados neste Termo.
- 65.3 Realizar as manutenções conforme o disposto no PMOC.
- 65.4 Entregar a ART ou TRT devidamente quitada e a rotina de análise da qualidade do ar à fiscal do contrato.
- 65.5 Prover os responsáveis pela manutenção com os equipamentos de proteção adequados à execução dos serviços, observando as normas de segurança do trabalho.
- 65.6 A empresa deverá orientar os responsáveis pela manutenção a tomarem

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 - Londrina - PR

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=93770 e o número do documento=127980

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=96426 e o número do documento=132276

Assinado eletronicamente por:

-Jairo Tamura, Presidente da Câmara em 23-06-2022 às 01:08:46

Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

decisões compatíveis com os compromissos assumidos neste Termo.

- 65.7 Fornecer todos os materiais necessários à execução das manutenções ou outros serviços, inclusive as manutenções que ocorram de forma emergencial e urgente, sem ônus à contratante.
- 65.8 Efetuar os testes de segurança que achar necessário ao instalar os equipamentos.
- 65.9 Relatar à fiscal do contrato, por escrito, toda e qualquer irregularidade, que prejudique a execução deste Termo.
- 65.10 Informar à fiscal do contrato quaisquer danos causados às suas instalações ou a qualquer de seus bens.
- 65.11 Responsabilizar-se pelos danos causados ao imóvel e qualquer equipamento a este comum, bem como ao patrimônio da contratante, por culpa ou dolo, ficando obrigado a reparar ou corrigir o dano causado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data do fato.
- 65.12 Após a realização dos serviços, manter as instalações da contratante em perfeitas condições de operacionalidade e limpeza.
- 65.13 Responsabilizar-se pela adoção de medidas necessárias à proteção ambiental, evitando danos ao meio ambiente e a terceiros.
- 65.14 Utilizar, na limpeza dos equipamentos, somente produtos biodegradáveis.
- 65.15 Fornecer endereço de e-mail e telefone para contato com a fiscal do contrato.
- 65.16 Atender prontamente a quaisquer exigências da contratante, inerentes ao objeto da contratação.
- 65.17 Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados de maneira clara, concisa e lógica, bem como atendendo de imediato às reclamações;
- 65.18 Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos equipamentos ou a entrega da documentação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 65.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 65.20 Manter seu endereço de e-mail atualizado e apto a receber mensagens da

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 - Londrina - PR

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=93770 e o número do documento=127980

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=96426 e o número do documento=132276

Assinado eletronicamente por:

-Jairo Tamura, Presidente da Câmara em 23-06-2022 às 01:08:46

Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

Contratante, caso não seja informado e-mail específico, o endereço utilizado para envio de notificações e outros documentos serão os presentes nos autos do processo licitatório, notadamente eventual e-mail utilizado para orçamento na fase de instrução do procedimento, expresso na proposta ou outros documentos apresentados pela contratante durante a licitação.

66 A Contratante obriga-se a:

- 66.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos.
- 66.2 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado;
- 66.3 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

SEÇÃO XV – DAS PENALIDADES

- 67 A contratada que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições previstas neste Termo de Referência ficará sujeita às penalidades previstas no Art. 7º da Lei 10.520/2002, bem como nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 68 Nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/1993 e do art. 7º da Lei 10.520/2002, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratada, garantida a defesa prévia, ficará sujeita às seguintes sanções:
 - 68.1 **Advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.
 - 68.2 **Multa:**
 - 68.2.1 **Moratória de 5% (cinco por cento)** por dia útil de atraso injustificado, calculada sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por atrasos que prejudiquem o quantitativo de equipamentos em funcionamento.
 - 68.2.2 **Moratória de 2,5% (dois vírgula cinco por cento)** por dia útil de atraso injustificado sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por atraso na entrega do PMOC e/ou da ART ou TRT e da rotina de análise da qualidade do ar no prazo estipulado neste Termo de Referência ou atraso injustificado para

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 - Londrina - PR

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link: <https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=93770 e o número do documento=127980

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link: <https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=96426 e o número do documento=132276

Assinado eletronicamente por:

-Jairo Tamura, Presidente da Câmara em 23-06-2022 às 01:08:46

Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

a realização das manutenções previstas no PMOC ou da análise da qualidade do ar.

68.2.3 **Moratória de 1,5% (um vírgula cinco por cento)** por dia útil de atraso injustificado sobre valor equivalente a 4 (quatro) semanas de locação, até o limite de 7 (sete) dias úteis por atraso injustificado na retirada dos equipamentos após a solicitação da fiscal do contrato. Após esse período a contratante poderá pôr o equipamento em uso a título de ressarcimento pela guarda.

68.2.4 **Compensatória de 50% (cinquenta por cento)** calculada sobre o valor total da Nota de Empenho, pela injustificada inexecução do objeto deste Termo de Referência.

68.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Londrina por até 2 (dois) anos.

68.4 Impedimento de licitar e contratar com o Município de Londrina por até 5 (cinco) anos.

68.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior

69 Nenhuma penalidade será aplicada à contratada sem que lhe seja dada oportunidade de defesa e apresentação de sua versão dos fatos e justificativas, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

69.1 A contratada terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar defesa, contados da data de sua notificação.

69.2 A não apresentação de defesa no prazo designado implicará a presunção de veracidade dos fatos imputados pela contratada.

70 O procedimento para aplicação de penalidade será instruído pelo Gestor do Contrato e se dará da seguinte maneira:

70.1 O Fiscal do Contrato enviará relatório ao Gestor do Contrato, onde indicará as eventuais falhas e circunstâncias, solicitando providências.

70.2 Autorizado pela Diretoria-Geral, o Gestor do Contrato notificará a

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 - Londrina - PR

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link: <https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=93770 e o número do documento=127980

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link: <https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=96426 e o número do documento=132276

Assinado eletronicamente por:

-Jairo Tamura, Presidente da Câmara em 23-06-2022 às 01:08:46

Assinado eletronicamente por:

-Mauricio Calgarotto, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:04

-Virginia Barboza Reis de Oliveira, Técnico Legislativo em 16-05-2022 às 15:31:30



CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

contratada para se defender.

70.3 Apresentada a defesa, o Gestor do Contrato encaminhará relatório à Presidência da Câmara Municipal de Londrina, que então decidirá pela aplicação ou não da penalidade, assim como a medida da incidência.

- 71 Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, far-se-á a comunicação escrita à empresa e publicação no Jornal Oficial do Município (exceto nos casos de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado em cadastro correspondente.

SEÇÃO XVI- DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 72 A fiscal será a servidora Virginia Barboza Reis de Oliveira, lotada no Departamento de Administração Predial.

Londrina, 16 de maio de 2022.

Virginia Barboza Reis de Oliveira
Departamento de Administração Predial

Mauricio Calgarotto
Gerente
Departamento de Administração Predial

Rua Gov. Parigot de Souza, 145
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto
Fone/FAX: 3374-1265 - Londrina - PR

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=93770 e o número do documento=127980

Documento assinado eletronicamente, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e a Resolução nº 120 de 04/06/2018 da Mesa Executiva da Câmara Municipal de Londrina.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site da Câmara através do link:
<https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/tpautentico.xhtml>, informando número do processo=96426 e o número do documento=132276

RELATÓRIO 1 - APROVADO, EM CONFORMIDADE COM A <A HREF="HTTP://

WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/MPV/ANTIGAS_2001/2200-2.HTM">MP 2.200-2/2001

Versão do software : 2.8.1
Nome : Verificador de Conformidade
Arquivo Fonte : ARP_152022_TR_Assinada_Empresa.pdf
Resumo SHA256 do arquivo : 68a0b9ea7deee7a00ea9a131f00ca1efd31261807caba34b705c6782ccfe8d72
Data de verificação : 22/06/2022 17:36:58 BRT
Fonte da data : Offline

ASSINATURAS

Assinante

Assinante : CN=2C CLIMATIZADORES EIRELI:29732469000105,
OU=presencial, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=34173682000318, L=MARINGA, ST=PR,
O=ICP-Brasil, C=BR

Status da assinatura : Aprovado

Caminho de certificação : Aprovado

Estrutura : De acordo.

Cifra assimétrica : Aprovada.

Resumo criptográfico : Correto.

Certificados necessários : Nenhum certificado é necessário

Mensagem de alerta : Atualizações incrementais não verificadas

Certificados utilizados

Certificado

Buscado : Offline

Assinatura : Aprovada

Entidade : CN=2C CLIMATIZADORES EIRELI:29732469000105,
OU=presencial, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=34173682000318, L=MARINGA, ST=PR,
O=ICP-Brasil, C=BR

Emissor : CN=AC CNDL RFB v3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão : 22/03/2022 10:28:53 BRT

Aprovado até : 22/03/2023 10:28:53 BRT

Certificado

Buscado : Offline

Assinatura : Aprovada

Entidade : CN=AC CNDL RFB v3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil -
RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Emissor : CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade
Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão : 29/08/2018 15:48:34 BRT

Aprovado até : 20/02/2029 15:48:34 BRT

LCR

Emissor : CN=AC CNDL RFB v3, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
Buscado : Offline
Assinatura : Aprovada
Data de publicação : 22/06/2022 17:18:03 BRT
Próxima atualização : 22/06/2022 23:18:03 BRT

Certificado

Buscado : Offline
Assinatura : Aprovada
Entidade : CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR
Emissor : CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR
Data de emissão : 20/07/2016 10:32:04 BRT
Aprovado até : 02/03/2029 09:00:04 BRT

LCR

Emissor : CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR
Buscado : Offline
Assinatura : Aprovada
Data de publicação : 20/04/2022 15:54:34 BRT
Próxima atualização : 19/07/2022 15:54:34 BRT

Certificado

Buscado : Offline
Assinatura : Aprovada
Entidade : CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR
Emissor : CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR
Data de emissão : 02/03/2016 10:01:38 BRT
Aprovado até : 02/03/2029 20:59:38 BRT

LCR

Emissor : CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR
Buscado : Offline
Assinatura : Aprovada
Data de publicação : 05/05/2022 10:34:28 BRT
Próxima atualização : 03/08/2022 10:34:28 BRT

➤ PREGÃO ELETRÔNICO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
CAMARA MUNICIPAL DE LONDRINA**Ata de Formação do Cadastro de Reserva****Data de abertura:** 03/06/2022 14:00**Número da portaria:** Portaria nº 118/2021**Data de portaria:** 07/07/2021**Número do processo:** 21/2022**Número do prego:** 00008/2022 (SRP)**Objeto:** Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.**Item 1****Descrição:** Locação aparelho ar condicionado**Descrição Complementar:** Locação de climatizadores evaporativos, conforme Termo de Referência.**Tratamento Diferenciado:** -**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Quantidade:** 208**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Valor estimado:** R\$ 333,7500**Fornecedores Vencedores**

| CPF/CNPJ | Nome/Razão Social | Quantidade Ofertada | Valor Adjudicado |
|--------------------|--------------------------|---------------------|------------------|
| 29.732.469/0001-05 | 2C CLIMATIZADORES EIRELI | 208 | R\$ 310,0000 |

Cadastro de Reserva:**Data/Hora Inicial:****Data/Hora Final:****Data/Hora Envio de Envio para o SIASG:****Valor para Cadastro de Reserva:** R\$ 310,0000**Fornecedores que aderiram ao cadastro de reserva**

| Classificação | CPF/CNPJ | Nome/Razão Social | Qtde. Ofertada | Data/Hora da Adesão |
|--|----------|-------------------|----------------|---------------------|
| Sem fornecedores aptos à formação do Cadastro de Reserva | | | | |

Eventos do Item

| Evento | Data | CPF do Usuário | Justificativa/Observações |
|-------------------------------------|---------------------|----------------|--|
| Sem formação de cadastro de reserva | 22/06/2022 14:25:31 | 581.855.009-59 | Não houve formação do Cadastro de Reserva devido à falta de fornecedores aptos à formação do Cadastro. |

Fim do documento

CÂMARA JORNAL DO LEGISLATIVO ATOS LEGISLATIVOS RESULTADO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2022

O Pregoeiro, devidamente designado pela Portaria nº. 118/2021, instaurou a sessão do Pregão Eletrônico em epígrafe, na data e horário fixados pelo Edital, para a abertura e julgamento das propostas. Aberta a sessão, constatou-se que foi apresentada apenas uma proposta inicial para o item único do certame, da empresa 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ nº: 29.732.469/0001-05, cujo valor foi de R\$ 315,00/unidade; após negociação com o Pregoeiro, reduziu sua proposta para o valor unitário de R\$ 310,00, conforme segue:

| Item | Descrição | Qtd. | Empresa Vencedora | V. Unitário | V. Total |
|-------|--|------|---|-------------|---------------|
| Único | Locação de Climatizador Evaporativo Móvel, conforme Termo de Referência. | 208 | 2C CLIMATIZADORES EIRELI CNPJ Nº. 29.732.469/0001-05 | R\$ 310,00 | R\$ 64.480,00 |

Quanto à habilitação, a empresa apresentou certidão de pessoa jurídica do CREA fora da data de validade, sendo inabilitada. Entretanto, como essa era a segunda licitação para o mesmo objeto desse ano (devido ao fato do Pregão Eletrônico 03/2022 ter restado fracassado), o Pregoeiro aplicou o art. 48, § 3º da Lei 8.666/1993 e permitiu que a empresa apresentasse a documentação do CREA no prazo de 8 dias úteis.

Apresentada certidão válida, a empresa foi considerada habilitada; e considerando que não houve intenção de recurso, a empresa 2C CLIMATIZADORES EIRELI, CNPJ nº: 29.732.469/0001-05, foi declarada vencedora do certame e foi-lhe adjudicado o objeto.

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 meses, a contar da data seguinte à de sua publicação. Por fim, informa-se que a íntegra dos autos estará disponível para consulta após a finalização do processo. Londrina, 15 de junho de 2022. Pregoeiro – Luiz Fernando Moraes Marendaz.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 08/2022 – Processo Administrativo nº. 21/2022

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.

Diante do Relatório do Pregoeiro (seq. 5.1, fls. 177-179) e do Parecer Jurídico (seq. 5.2, fls. 180-181), homologo o resultado do Pregão Eletrônico em epígrafe para a seguinte empresa e o respectivo item a ela adjudicado, de acordo com as informações abaixo:

| 2C CLIMATIZADORES EIRELI CNPJ nº 29.732.469/0001-05 | | | | |
|--|--|----------------|------|---------------|
| Item | Descrição | Valor Unitário | Qtd. | Valor Total |
| Único | Locação de Climatizador Evaporativo Móvel, conforme Termo de Referência. | R\$ 310,00 | 208 | R\$ 64.480,00 |
| VALOR TOTAL | | | | R\$ 64.480,00 |

Londrina, 21 de junho de 2022. Jairo Tamura, Presidente

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº. 15/2022 – Pregão Eletrônico nº. 08/2022

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

Contratada: 2C CLIMATIZADORES EIRELI

CNPJ: 29.732.469/0001-05

Objeto: Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de climatizadores evaporativos.

Valor total: R\$ 64.480,00 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais).

Data da Assinatura: 23 de junho de 2022.

Vigência: 12 meses, a contar da data seguinte à de sua publicação no Jornal Oficial de Londrina.

EXPEDIENTE JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

Lei n.º 6.939, de 27/12/96 - Distribuição gratuita

Prefeito do Município – Marcelo Belinati Martins

Secretário de Governo – João Luiz Martins Esteves

Jornalista Responsável – José Otávio Sancho Ereno

Editoração: Emanuel Messias Pereira Campos – Núcleo de Comunicação da Prefeitura de Londrina

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E IMPRESSÃO - Av. Duque de Caxias, 635 - CEP 86.015-901 - Londrina-PR - Fone: (43) 3372-4013

Endereço Eletrônico: <http://www.londrina.pr.gov.br/jornaloficial> - E-mail: jornaloficial@londrina.pr.gov.br

A íntegra dos materiais referentes a licitações está disponível no endereço www.londrina.pr.gov.br

Assunto: Finalização - PA nº. 21/2022 - Locação de Climatizadores Evaporativos**De:** Gabriel Cazado Candрева <gabrielcandрева@cml.pr.gov.br>**Data:** 27/06/2022 17:24**Para:** virginiareis@cml.pr.gov.br

Boa tarde, Virginia.

Considerada a finalização do Processo Administrativo nº 21/2022 - Pregão Eletrônico nº 08/2022, relativo ao **Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada em locação de Climatizadores Evaporativos**, seguem Termo de Homologação, Proposta Comercial e Ata de Registro de Preços nº 15/2022 (anexos), e, abaixo, os dados da Contratada para emissão de Nota de Empenho e regular fiscalização; ademais, orienta-se o(a) fiscal da contratação quanto à recomendação da Controladoria da Casa: *Da forma da contratação: Tendo-se em vista que na presente contratação a Nota de Empenho substituirá o contrato administrativo, nos termos do art. 62 da Lei 8.666/93, orientamos que ao ser solicitada a emissão da Nota de Empenho, faça constar em seu histórico a menção ao Termo de Referência, de modo a suprir a necessidade das cláusulas obrigatórias, estipuladas no art. 55, da Lei 8.666/93:*

2C CLIMATIZADORES EIRELI**CNPJ nº 29.732.469/0001-05**

| Item | Descrição | Valor Unitário | Qtd. | Valor Total |
|-------|--|----------------|------|---------------|
| Único | Locação de Climatizador Evaporativo Móvel, conforme Termo de Referência. | R\$ 310,00 | 208 | R\$ 64.480,00 |

| | |
|--------------------|--------------------------------|
| VALOR TOTAL | R\$ 64.480,00 |
|--------------------|--------------------------------|

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data seguinte à de sua publicação no Jornal Oficial de Londrina, o que ocorreu em 27/06/2022.

Favor acusar o recebimento deste e-mail.

Qualquer dúvida, à disposição.

--

Atenciosamente,

Gabriel Cazado Candрева
Departamento de Suprimentos e Patrimônio
Câmara Municipal de Londrina
Tel: (43) 3374-1324

— Anexos: —

ARP_152022_Climatizadores_Assinada.pdf

873KB

| | |
|--------------------------------------|-------|
| Termo_de_Homologacao_Assinado.pdf | 106KB |
| Proposta_Final_2C_Climatizadores.pdf | 337KB |

Assunto: Confirmação de Leitura (exibida): Finalização - PA nº. 21/2022 - Locação de Climatizadores Evaporativos

De: virginiareis@cml.pr.gov.br

Data: 27/06/2022 17:24

Para: Gabriel Cazado Candeva <gabrielcandeva@cml.pr.gov.br>

Esta é uma confirmação de leitura da sua mensagem

Para: virginiareis@cml.pr.gov.br

Assunto: Finalização - PA nº. 21/2022 - Locação de Climatizadores Evaporativos

Data: 27/06/2022 17:24

Nota: Esta confirmação de leitura somente informa que a mensagem foi aberta no computador do destinatário. Não há garantia que o destinatário tenha lido ou compreendido o conteúdo da mensagem.

—MDNPart2.txt—

Final-Recipient: rfc822; virginiareis@cml.pr.gov.br

Original-Message-ID: <679a863b-19bb-7880-d12f-9fb6a871d546@cml.pr.gov.br>

Disposition: manual-action/MDN-sent-manually; displayed

Original-Recipient: virginiareis@cml.pr.gov.br

Reporting-UA: Webmail - CML

—Anexos:—

MDNPart2.txt

262 bytes

[Voltar](#)

Detalhes processo licitatório

Informações Gerais

| | | | |
|--|---|-----------------------------|------------|
| Entidade Executora | CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA | | |
| Ano* | 2022 | | |
| Nº licitação/dispensa/inexigibilidade* | 8 | | |
| Modalidade* | Pregão | | |
| Número edital/processo* | 21/2022 | | |
| Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito | | | |
| Instituição Financeira | | | |
| Contrato de Empréstimo | | | |
| Descrição Resumida do Objeto* | Registro de Preços para eventual locação de climatizadores evaporativos - Republicação em ampla concorrência. | | |
| Forma de Avaliação | Menor Preço ▾ | | |
| Dotação Orçamentária* | 0101001031000120013390391200 | | |
| Preço máximo/Referência de preço - R\$* | 69.420,00 | | |
| Data de Lançamento do Edital | 19/05/2022 | | |
| Data da Abertura das Propostas | 03/06/2022 | Data Registro | |
| NOVA Data da Abertura das Propostas | | Data Registro | 13/07/2022 |
| Data de Lançamento do Edital | | | |
| Data da Abertura das Propostas | | | |
| Há itens exclusivos para EPP/ME? | ▾ | | |
| Há cota de participação para EPP/ME? | ▾ | Percentual de participação: | |
| Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME? | ▾ | | |
| Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais? | ▾ | | |

Data Cancelamento [Editar](#)[Excluir](#)CPF: 8240699944 ([Logout](#))